

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA/PPGH-GO  
JAQUELINE PEREIRA DE MORAIS

**MINERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FAINA NUMA PERSPECTIVA DA  
HISTÓRIA AMBIENTAL – (1987 – 2015)**

**Goiânia  
2020**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem resarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Idem fiação do material bibliográfico

Dissertação       Tese

### 2. Nome completo do autor

Jacqueline Pereira de Moraes

### 3. Título do trabalho

Mineração no Município de Faina Numa perspectiva da História Ambiental - (1987-2015)

### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;

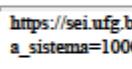
- Submissão de artigo em revista científica; - Publicação como capítulo de livro;

- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por Alexandre Marins De Araújo, Professor do Magistério Superior, em 30/09/2020, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por JAQUELINE PEREIRA DE MORAIS, Discente, em 30/09/2020, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 1586616 e o código CRC AA6DF685.

Referência: Processo nº 23070.037769/2020-15

SEI nº 1586616

[https://sei.ufg.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=1713423&infra\\_sistema=1000...](https://sei.ufg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1713423&infra_sistema=1000...)

**JAQUELINE PEREIRA DE MORAIS**

**MINERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FAINA NUMA PERSPECTIVA DA  
HISTÓRIA AMBIENTAL – (1987 – 2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

**Área de Concentração:** Cultura, Fronteiras e Identidades.

**Linha de Pesquisa:** Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História.

**Orientador:** Prof. Dr. Alexandre Martins de Araújo

**Goiânia**

**2020**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do  
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Moraes, Jaqueline Pereira de  
Mineração no Município de Faina Numa Perspectiva da História  
Ambiental - (1987-2015) [manuscrito] / Jaqueline Pereira de Moraes. -  
2020.  
CXXXIV, 116 f.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Martins de Araújo.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,  
Goiânia, 2020.

Bibliografia. Apêndice.  
Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras,  
lista de tabelas.

1. Mineração. 2. História Ambiental. 3. Faina. 4. População. 5. Ouro. I.  
Araújo, Alexandre Martins de , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 29 da sessão de Defesa de Dissertação de Jaqueline Pereira de Moraes, que confere o título de Mestre(a) em História, na área de concentração em Culturas, Fronteiras e Identidades.

Ao(s) vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, a partir da(s) 14h30, no(a) videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “Mineração no Município de Faina Numa perspectiva da História Ambiental - (1987-2015)”. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) Alexandre Martins de Araújo (PPGH/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) Maria Cristina Nunes Ferreira Neto (PUC-GO), membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) Carlos Cristhian Della Giustina (Uni-Evangelica - Anápolis), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestões de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) aprovado(a) pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) Alexandre Martins de Araújo (PPGH/UFG), Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

## TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por Jiani Fernando Langaro, Coordenador de Pós-graduação, em 30/09/2020, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por Alexandre Martins De Araújo, Professor do Magistério Superior, em 30/09/2020, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 1586606 e o código CRC BBA70E74.

## **AGRADECIMENTOS**

A concretização de um trabalho acadêmico é resultado de um grande empenho empregado diariamente. E nesse percurso, a participação de determinadas pessoas tornam parte desse caminho mais fácil e realizável. “Suportável”, eu diria para determinados dias. Assim, agradeço a:

Professor e orientador Alexandre Araújo, a quem sou grata por me acolher nessa trajetória do mestrado, pela sua paciência, dedicação, comprometimento e compreensão comigo nesses anos do mestrado. Soube reconhecer meus limites e dificuldades e não mediu esforços para me auxiliar na realização e concretização da pesquisa. Agradeço pelas orientações: fizeram diferença neste trabalho e me acompanharão por toda trajetória que ainda está por vir.

Às amigas, Josi, Maria Elisa e Iodenis, pessoas incomparáveis nessa trajetória e sem as quais não seria possível. Professora Josi, primeiramente por ser uma professora sublime e sempre incentivou suas alunas a seguirem a carreira acadêmica. Posteriormente, pela amizade e pelo acolhimento em seu lar, pelas palavras amigas, sinceras, precisas e sensíveis que me reergueram a cada desafio da vida acadêmica. Por todas as vezes em que pensei em desistir e não me permitiu. E também pela grande ser humana que é. Uma mulher incrivelmente forte, que me inspira diariamente.

Maria Elisa, sou grata pelo companheirismo diário, pela alegria de viver compartilhada, pelas palavras de acolhimento. Agradeço pela coragem compartilhada nessa trajetória da continuação acadêmica e sem a qual não seria possível. Algumas coragens precisam de companhia e sou muito grata pela sua. Nesses quatro anos, por termos dividido não somente um teto e boletos, mas a vida, o viver, a tristeza e a alegria que se fortaleceu em uma linda amizade.

Iodenis, por sua amizade compartilhada diariamente no convívio da vida acadêmica, do acolhimento com afeto, das sensibilidades em não medir esforços para ajudar, ouvir, ler e contribuir com palavras de afeto nos momentos angustiantes diante da conclusão desse trabalho.

Professor Euzebio, pela amizade, ensinamento e orientação que tanto me ajudou a permanecer e a continuar na vida acadêmica. Todas as palavras de agradecimentos não são suficientes para expressar o reconhecimento.

Às amigas encontradas nesse caminho da pós-graduação Ludmila, Sarah (PUC), Amanda e Sarah (UFG), são pessoas com quem pude contar nos momentos que precisei e com quem dividi

afeto, dificuldades, medos, coragem e, sobretudo, as alegrias de cada momento nessa vida acadêmica. Tenham certeza, meu caminho segue, mas sem vocês não seria possível. Também não poderia me esquecer dos amigos Edgar, Marcos Vinícius, pessoas com quem dividi também alegrias, dificuldades e principalmente ideias, dúvidas, materiais e desafios dessa pesquisa.

Meu pai Valdivino, minha mãe Maria Juliana e meu irmão Rodrigo, meu alicerce que muito contribuiu para trilhar nos caminhos da educação e na academia e, mesmo com dificuldades, são meu maior incentivo pra continuar.

Agradeço a Universidade Federal de Goiás (UFG) juntamente ao fomento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior) por ter tornado este trabalho possível. Aos funcionários e técnicos-administrativos que fazem a UFG e a Faculdade de História acontecer. Em especial, ao sr. Edmar, sr<sup>a</sup>. Lucilene que sempre nos recebia na biblioteca com o sorriso no rosto, que nos fortalecia no trabalho diário da escrita.

Agradeço a professora Maria Cristina e ao professor Christian por terem aceitado compor minha banca de qualificação e também defesa, por ter contribuído significativamente para a continuação desse trabalho.

Agradeço a todas as mulheres e mulheres negras que vieram antes de mim, pela força, coragem, luta que travaram, caminhos que foram abertos e hoje permite outras mulheres a ocuparem esse espaço na academia. Eu sou, por que vocês foram.

*Vocês desterram povaréus ao léu que erram  
E não empregam tanta gente como alega  
Vocês não matam nem a fome que há na terra  
Nem alimentam tanta gente como pregam [...]]  
Desmata Minas, a Amazônia, Mato Grosso  
Infecta solo, rio, ar, lençol freático  
Consome mais do que qualquer outro negócio  
Um quatrilhão de litros d'água, o que é dramático  
Por tanto mal, do qual vocês não se redimem  
Por tal excesso que só leva à escassez  
Por essa seca, essa crise, esse crime  
Não há maiores responsáveis que vocês [...].*

Chico César.  
Reis do Agronegócio, 2015.

## **RESUMO**

Os estudos sobre processos minerários sempre foi um importante tema para as áreas acadêmicas que se ocupam de questões socioambientais. E justamente por se constituir em um importante campo para estudos das relações entre ambiente e sociedade têm atraído também a atenção da História Ambiental, como é o caso da nossa pesquisa. Essa pesquisa, intitulada *Minerações no município de Faina numa perspectiva da História Ambiental*, estabelece um recorte temporal entre os anos 1987 a 2015, correspondente a um período em que as atividades de mineração, no município de Faina, Goiás, estiveram mescladas entre o garimpo manual e a mineração do tipo industrial. Essa pesquisa se apoia nas abordagens da História Ambiental para atingir outras dimensões dos processos minerários, que ocorrem no Município de Faina desde o período colonial. Tal dimensão requerida corresponde tanto às percepções e sentimentos entre moradores locais a respeito das alterações ambientais como suas subjetividades inerentes àqueles aspectos considerados positivos ou negativo no âmbito de suas experiências vividas. Igualmente, nossa pesquisa procurou interrogar a relação entre a presença histórica da mineração na formação da população de Faina e sua relação com as políticas implementadas pelas empresas Sertão e Orinoco no que se refere à percepção das alterações ambientais. As considerações apresentadas vão de encontro com a análise sobre as respostas dos entrevistados a respeito desse processo histórico que foram vivenciados por estes. Desse modo os dados evidenciaram uma carência econômica no município, que enfrenta sobretudo, um índice grande de desemprego. Por outro lado, as percepções demonstraram que a população de Faina tão habituada com a atividade no município acaba atribuindo as melhorias de infraestrutura ao sucesso da mineração, quando na verdade a melhoria ou não deve ser imputada ao governo municipal, o que demonstra que a mineração está naturalizada na história de Faina, que convive com a atividade desde a sua formação. Quanto as questões ambientais, a realidade de Faina nos mostrou o desconhecimento sobre questões ambientais, quando poucos souberam responder e aqueles que responderam atribuíram responsabilidade somente nos fazendeiros. O que também evidencia que as propagandas encabeçadas por empresas e políticos influenciam em suas opiniões sobre a questão.

Palavras –chaves: Mineração aurífera; História Ambiental; Faina; população.

## **Abstract**

Mining process has been an important field to academic studies of environmental issues. To that end studies of interactions between the environment and society have claimed attention to Environmental History field, as is the case of our research. This study, entitled “Mining in the municipality of Faina in a perspective of Environmental History” covering the years 1987 to 2015. In that period artisanal mining and mining industry co-existed simultaneously in the municipality of Faina, Goias, Brazil. In the scope of Environmental History, this study aims to understand the array dimensions of the mining process since the colonial period in the municipality of Faina. Those dimensions are the perceptions and feelings of local residents about environment changes and also their positive or negative viewpoints from their experiences in life. Furthermore, this study seeks to link the mineral extraction process historic event to the population development of Faina along with understanding political implementations made by Sertão and Orinoco companies in the perspective of the environmental changes. The considerations presented supports the analysis of the respondents' responses to this historical process that they experienced. The data from this study suggest an economic problem in the municipal area, in addition, a high rate of unemployment. On the other hand, the data also shows the population from the municipality of Faina perceived the infrastructure improvements as a result of the mining process. Whereas, in fact, the improvements are made from the municipal government. This suggests naturalisation of mining in the Faina history as a consequence of the presence from this activity since the beginning formation of the municipality. In view of environmental issues, it has been observed a lack of knowledge about it. Few people could answer the questions. But when the questions were answered the responsibility for environmental matters were assigned to landowners only. This finding presents a significant influence of the advertising campaigns sponsored by companies and politicians in the opinions of local residents about environmental changes.

Keywords: Gold Mining, Mining, Environmental History, Faina, Population.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mesorregiões do Estado de Goiás. Fonte: SEGPLAN/IMB (2014) .....	23
Figura 2 Microrregião do Rio Vermelho. Fonte: IMB/SEGPLAN (2014) .....	24
Figura 3 Localização do município de Faina -GO/2015. Sistema de Geoinformação de Goiás (SIEG), 2015.....	25
Figura 4 Arraialis (1808). Fonte: Palacin (1994) .....	30
Figura 5 Antiga cerca de contenção em Santa Rita (povoado que remonta ao século XVIII). Acervo Pessoal (Santa Rita, 2017) .....	35
Figura 6 Jazida da mina Sertão localizado na Fazenda Cubatão – Faina-GO. Fonte: CALIXTO, 2009 .....	50
Figura 7 Jazida da mina Sertão em fase de recuperação em 2008. Foto: CALIXTO, 2009 ....	50
Figura 8 Visita a área da Mina Sertão 10 anos após seu encerramento. Créditos: Autoria própria (2018) .....	51
Figura 9 Gráfico da Relação da empregabilidade em Faina- GO entre 1999 e 2008. Fonte: Adaptação (SEGPLAN/IMB, 2018).....	52
Figura 10 Produção Mineral 2004-2008/CEFEM. Adaptação DNPM (2018).....	53
Figura 11 Gráfico da Produção Agrícola entre anos 2003-2008. Fonte: Adaptação (IMB/SEGPLAN, 2018).....	55
Figura 12 Gráfico do Efetivo de bovinos e mineração aurífera. Fonte: Adaptação (IMB/SEGPLAN, 2018).....	56
Figura 13 Tabela da Relação da empregabilidade em Faina 2009 e 2017Fonte: Adaptação (SEGPLAN/IMB, 2018).....	58
Figura 14 Gráfico do efetivo de Bovinos nos períodos das mineradoras Sertão Ltda. (2004-2008) e Orinoco Gold (2015-2017). Fonte: Adaptação (SEGPLAN/IMB, 2018) .....	61
Figura 15 Gráfico da comparativo de arrecadação da CFEM nos períodos da Sertão Ltda. (2004-2008) e Orinoco Gold (2015-2018). Fonte: Adaptação (DNPM, 2018) .....	62
Figura 16 Gráfico do efetivo de Bovinos na microrregião do Rio Vermelho. Adaptação (IMB/SEGPLAN, 2019).....	64
Figura 17 Gráfico da receita corrente totais do município de Faina entre os anos 2003 e 2018. Fonte: Tribunal de Contas dos municípios do Estado de Goiás (2019) .....	66

Figura 18 Gráfico da Opinião dos entrevistados sobre a mineração como principal renda do município. Fonte: Dados extraídos das entrevistas (2018).....82

Figura 19 Gráfico com a percepção sobre os aspectos negativos da mineração em Faina. ....87

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Relação da empregabilidade em Faina 1999 e 2008. Fonte: Adaptação (SEGPLAN/IMB, 2018).....	51
Tabela 2 Mão-de-obra em áreas de títulos de lavra por substância/Município – Ouro, ano base 2006. Fonte: Adaptação (DNPM, 2006).....	53
Tabela 3 Mão-de-obra em áreas de títulos de lavra por substância/Município – Ouro, ano base 2007. Fonte: Adaptação (DNPM, 2007).....	54
Tabela 4 Produção agrícola no município de Faina entre os anos 2000 e 2008. Fonte: Adaptação (IMB/SEGPLAN, 2018).....	54
Tabela 5 Relação de efetivos bovinos entre os anos 1998 a 2008. Fonte: Adaptação (IMB/SEGPLAN, 2018).....	56
Tabela 6 Relação da empregabilidade em Faina 2009 e 2017. Fonte: Adaptação (SEGPLAN/IMB, 2018).....	57
Tabela 7 Destaques em mão- de- Obras utilizadas em áreas de títulos de Lavra, por município em Goiás – substância ouro. Fonte: Adaptação (DNPM, 2019) .....	59
Tabela 8 Mão-de-obra em áreas de títulos de lavra por substância/Município – Ouro, ano-base 2016. Fonte: Adaptação (DNPM, 2016).....	60
Tabela 9 - Mão-de-obra em áreas de títulos de lavra por substância/Município – Ouro, ano-base 2017. Fonte: Adaptação (DNPM, 2017).....	60
Tabela 10 Relação de efetivos bovinos entre os anos 2009 a 2017 Fonte: Adaptação (IMB/SEGPLAN, 2018).....	60
Tabela 11 Relação da Pecuária na microrregião do Rio Vermelho entre 1998 e 2008. Fonte: Adaptação (IMB/SEGPLAN, 2019).....	63
Tabela 12 Relação da Pecuária na microrregião do Rio Vermelho entre 2009 e 2017. Fonte: Adaptação (IMB/SEGPLAN, 2019).....	63
Tabela 13 Ciclos da mineração de ouro em Faina. Fonte: adaptação entrevistas .....	67
Tabela 14 Questões direcionadas aos participantes da pesquisa. Fonte: Questionário aplicado aos entrevistados (2018) .....	70
Tabela 15 Percepção dos moradores sobre as coisas positivas Fonte: Dados extraídos das entrevistas (2018) .....	70

## LISTA DE SIGLAS

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás .....	43
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados .....	55
CETEM – Centro de Tecnologia Mineral .....	60
CEFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais .....	57
DF – Distrito Federal .....	57
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral .....	41
EIA – Estudo de Impacto Ambiental .....	29
FEMAGO – Fundação Estadual do Meio Ambiente de Goiás.....	30
LTDA – Limitada .....	12
GO – Goiás .....	64
IDAGO – Instituto do Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás .....	44
IDH - Índice de Desenvolvimento .....	89
IMB – Instituto Mauro Borges .....	28
IUM – Instituto Universitário Militar .....	47
ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios S.A. .....	79
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional .....	61
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística .....	29
LTDA – Limitada .....	12
MMA – Ministério do Meio Ambiente .....	31
METAGO – Metais de Goiás .....	46
PPM – Programa de Pesquisa Mineral .....	68
PCV – Participante com vínculo .....	75
PSV – Participante sem vínculo .....	75
PANFCA - Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola .....	47
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento .....	47
PIB – Produto Interno Bruto .....	29
SAMA – S.A Minerações Associadas .....	46
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial .....	96
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental .....	115
SMET - Secretaria de Minas, Energia e Telecomunicações .....	55

SEMAGO - Superintendência do Meio Ambiente de Goiás .....	52
SEGPLAN - Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás.....	28
SIEG – Sistema de Geoinformação de Goiás .....	29
WMC - <i>Western Mining Corporation</i> .....	52
TCM – Tribunal de Contas do Município .....	48
UTI – Unidade de Tratamento Intensivo .....	95
UEG – Universidade Estadual de Goiás.....	100

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I: A MINERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FAINA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA AMBIENTAL.....	6
1.1. OS CAMINHOS DA HISTÓRIA AMBIENTAL .....	6
1.2 ESTADO DA ARTE: A TEMÁTICA DA MINERAÇÃO DE OURO.....	17
1.3. UMA GEO-HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE FAINA. ....	22
1.4. ANTECEDENTES HISTÓRICOS: A PRIMEIRA OCUPAÇÃO EM FAINA NA CONSTRUÇÃO DOS ARRAIS ANTA E SANTA RITA .....	27
CAPÍTULO II: A SOCIOECONOMIA DE FAINA NO ÂMBITO DOS PROCESSOS MINERATÓRIOS .....	37
2.1. A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FAINA EM SUA SEGUNDA OCUPAÇÃO ANTRÓPICA .....	37
2.2. ATIVIDADES NO SÉCULO XX E XXI: O GARIMPO DE OURO EM FAINA – 1987 A 1990. .....	41
2.2.1. ASPECTOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS NO PERÍODO DA <i>SERTÃO MINERAÇÃO LTDA.</i> (2004-2008) .....	48
2.2.2. ASPECTOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS NO PERÍODO DA <i>ORINOCO GOLD</i> (2015-2017) .....	56
CAPÍTULO III. PERCEPÇÕES DA PRESENÇA DA MINERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FAINA.....	67
3.1. DA ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA PESQUISA EM CAMPO.....	67
3.2. AS EXPECTATIVAS SOCIOECONÔMICAS NA RELAÇÃO COMUNIDADE-MINERAÇÃO .....	70
3.3. A DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL DO PROCESSO DE MINERAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS MORADORES DE FAINA .....	86
3.4. PERCEPÇÕES DAS QUESTÕES AMBIENTAIS OU PERCEPÇÕES ECONÔMICAS? .....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	109
REFERÊNCIAS .....	111



## **INTRODUÇÃO**

A história do ouro no município de Faina tem anterioridade às atividades atuais e pode ser reconhecida desde a fase colonial do ouro em Goiás, que emergiu no século XVIII e XIX. Especificamente, quando ocorre a entrada de povos brancos no interior do centro oeste goiano à procura de indígenas e também do próprio ouro. Esse movimento deu origem ao Arraial de Sant'Anna, que posteriormente se tornou Vila boa e, mais tarde, Goiás. Assim, com o desenvolvimento das atividades e a prosperidade nas minas, outros núcleos auríferos foram sendo descobertos nos arredores de Sant'Anna e consequentemente foram surgindo outros arraiais: Barra, Ferreiro, *Anta*, Ouro Fino, *Santa Rita* (PALACÍN, 1994). Esses dois (*Anta* e *Santa Rita*) formam os primeiros ciclos de mineração no município de Faina.

Conforme o documento Notícia geral da Capitania de Goiás utilizado por Palacín (et. al, 1995) e também de registros realizados por Bertran (1997), a história desses arraiais se desenhou na mesma existência de Sant'Anna, com grande relevância econômica para a Vila. *Anta*, cujo nome foi atribuído em razão de seu fundador ter matado uma anta, foi criada no ano de 1762. Não foi possível localizar seu ano de fundação de *Santa Rita*, mas os documentos evidenciam que tinha estrutura organizacional semelhante a *Anta*.

Os dois arraiais formaram um núcleo populacional constituídos de vendas, capelas e lojas. No entanto, apenas *Santa Rita* continuou existindo após o encerramento das atividades nas minas. *Santa Rita* permaneceu como um distrito de Goiás até 1988, quando houve a emancipação do município de Faina e *Santa Rita* passou a ser parte territorial de Faina. A história desses arraiais marca o contexto histórico das minerações auríferas em Faina, que é entendido como o primeiro ciclo do ouro.

Após esse período, uma nova fase da mineração é retomada entre os anos *1987 a 1990*. Esse processo deu origem ao segundo ciclo da mineração no município de Faina e foi caracterizado pelo exercício do *garimpo particular*. A atividade ocorreu às margens dos córregos (Gorinos, Rio Vermelho, córrego do Feixe, Rio do Peixe) com ouro em Faina. Esses corpos d'água localizam-se nas imediações de *Santa Rita* (distrito de Faina). Essa fase do garimpo teve durabilidade de quatro anos, quando medidas ambientalistas levaram ao encerramento das atividades.

Entretanto, em meados dos anos 1996, novas pesquisas foram realizadas na região de Faina e, no início deste século, mais precisamente no ano de 2003, uma nova fase de extração do minério foi inaugurada. Liderado pela cooperativa *Sertão Mineração Ltda.*, denominaram o projeto de exploração da mina Sertão, localizado na Fazenda Cubatão e na região do Chupé (Axupé) nas proximidades da Lua Nova. É conhecida como mineração a céu aberto. Com uma vida útil de quatro anos, a mina Sertão esteve em atividade até o ano de 2008.

O quarto ciclo, ainda está em atividade, teve início no ano de 2015 sob direção da mineradora australiana *Orinoco Gold*, pela implantação do projeto Mina Cascavel. A atividade localiza-se nas fazendas do Mestre e Curral de Pedra e o projeto avalia a vida útil de atividades da mina para 8 anos.

Os quatro ciclos apresentados acima reconstroem o panorama das atividades acerca do ouro no município de Faina. Essa pesquisa terá como recorte temporal a fase do garimpo na década 1987- 1990; a fase da Sertão Mineração Ltda. 2003 – 2008; e Orinoco Gold 2015 – atualmente. A delimitação ao século XX justifica-se pelo foco da pesquisa ser a análise de pessoas que viveram diretamente esses processos mineratórios, entre os anos 1987 e 2015.

Diante das informações expostas acima e dos estudos consultados até aqui, foi possível perceber que as temáticas ligadas à mineração tiveram como focos principais em seus estudos responder problemas relacionados a aspectos ambientais e econômicos. Desse modo, partindo do contexto histórico que insere essas atividades de mineração em Faina, acredita-se que as inquietações dessa pesquisa se abrem do ponto de vista metodológico, pela intenção de trazer à tona uma outra dimensão desses estudos sobre mineração aurífera. Significa olhar esses processos a partir do ponto de vista social, ressaltando as subjetividades, os sentidos construídos pela população de Faina no âmbito desses processos mineratórios. Assim, busca-se responder: Quais são os sentimentos construídos diante desse cenário em relação às questões ambientais? Quais coisas foram vistas como positivas e negativas? Os discursos em torno progresso de fato atendem as expectativas da comunidade? Como se manifestam os discursos na comunidade?

Assim para uma melhor compreensão dos questionamentos acima, a pesquisa tem como objetivo geral: *Recriar um panorama histórico do processo mineratório no município de Faina, bem como analisar a percepção de parte dessa população sobre os impactos socioambientais gerados no âmbito dessas atividades de mineração.* Acreditamos que trazer impressões da população que vivenciou e vivenciam esses processos, podem trazer novas narrativas, além de contribuir com a história regional, para que possa nos trazer a compreensão de como se dá essa relação através de interações entre sociedade e meio ambiente.

Para tanto, este estudo também teve como objetivos específicos: realizar um levantamento historiográfico dos processos de mineração do município de Faina; identificar como a população percebeu a presença das minerações; identificar a percepção dos moradores de Faina sobre impactos ambientais e compreender a relação entre os moradores e o meio ambiente de Faina, no âmbito desses processos mineratórios.

Durante esses anos, para o desenvolvimento e execução da pesquisa, foram realizados estudos de campo, que contaram com visitações a antigas áreas das atividades desenvolvidas na região do garimpo e também da Sertão Mineração Ltda., bem como a moradores da região de Faina. Ainda, levantamentos bibliográficos e visitas à prefeitura do município.

A realização das entrevistas ocorreu em duas etapas: Visitações aos moradores e, posteriormente, realização das entrevistas. O questionário utilizado como orientação à entrevista foi elaborado em quatro questões: 1) Quais as coisas positivas que a mineração trouxe para o município de Faina?; 2) Na sua opinião, a mineração é a única fonte de renda para Faina?; 3) Quais as coisas negativas que a mineração trouxe para Faina?; 4) O que você sabe sobre impactos ambientais?

O universo amostral é constituído por um total de 18 entrevistados, todos moradores da região de Faina, com exceção de dois funcionários da empresa Orinoco Gold. Atestaram estar em Faina em decorrência do trabalho, porém não são moradores do município. A faixa etária é compreendida entre 20 e 60 anos de idade, sendo mulheres e homens. Essas pessoas se dividiram em dois grupos: pessoas diretamente ligadas aos processos de mineração (trabalhadores e ex-trabalhadores<sup>1</sup>); e não diretamente ligados (proprietários rurais, professores, comerciantes e trabalhadores (as) em geral que viveram tais processos, porém não prestaram serviços às empresas ou trabalharam no garimpo).

No mais, a metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa. Conforme Moresi (2003), a descrição e análise do levantamento de dados permite traduzi-los em fenômenos subjetivos, o que torna viável uma pesquisa com este cunho. Nesse sentido, o pesquisador possui liberdade para seguir além com seu universo amostral e assim, narrar as subjetividades encontradas nos próprios dados qualitativos: comportamentos, eventos, pessoas, interações, experiências. Em sua forma de elaboração, “a pesquisa qualitativa é frequentemente descrita como sendo essencialmente indutiva em sua abordagem, o que quer dizer que a mesma é conduzida pelos dados, sendo os resultados e conclusões extraídos diretamente destes últimos” (MORESI, 2003,

---

<sup>1</sup>Nessa categoria também se incluem os proprietários das terras garimpadas/mineradas e que também trabalharam no período da mineração em suas terras.

p.70). Assim, foi realizada uma apresentação e descrição dos dados e, em seguida, a elaboração de categorias de acordo com o detalhamento das respostas das pessoas entrevistadas.

Esse estudo estruturou-se em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *A Mineração no município de Faina a partir de uma perspectiva da História Ambiental* propõe apontar os enfoques teóricos e metodológicos que a pesquisa aborda: os principais conceitos que norteiam nosso estudo e contextualizar a história do município de Faina, bem como a existência da atividade da mineração. Também apresentou o estado da arte dialogando com a temática dessa pesquisa.

O referencial teórico metodológico da pesquisa é pautado nos estudos do autor Donald Worster, em que refletimos sobre a construção do estudo de história ambiental. Ele definiu o *Fazer história ambiental* a partir de três níveis conceituados. Recorrendo ao caminho da interdisciplinaridade, o primeiro deles trata da constituição da natureza em seus aspectos orgânicos e inorgânicos. Ou seja, “antes que se possa escrever sobre a história ambiental, deve-se primeiro entender a própria natureza – especificamente como a natureza estava organizada e funcionava em tempos passados” (WORSTER, 2003, p. 26). Nesse primeiro nível, é necessário conhecer os ambientes e suas organizações nos tempos passados, como eram organizados e estruturados.

O segundo nível é entendido como os “aspectos socioeconômicos na medida em que interage com o ambiente” (WORSTER, 1991, p.202). Trata-se do entendimento que as formas produtivas determinam não só o modo de organização de cada sociedade, mas também suas formas de usos dos recursos naturais, ou seja, partindo do pressuposto que as pessoas reformulam as relações sociais no processo de transformação da natureza.

O terceiro nível perpassa pelo campo “em que as percepções, ideologias, éticas, leis, mitos, tornaram-se parte de um diálogo com indivíduos e de grupos com a natureza” (WORSTER, 2003, p. 26). O autor o considera inatingível, por estar associado ao campo mental. Diz sobre as compreensões de mundo, que segundo as construções singulares por cada indivíduo ou grupo, definem comportamentos e os fins que se impõe à natureza.

Nessa ótica, também dialogamos com o conceito de ambiente explanado por Leff (2003), que amplia o entendimento acerca destas formas de interpretações. Afirma ser necessário romper com a ideia do homem como o destruidor da natureza, entendendo que a natureza também impõe suas condições, tornando necessário compreender que há uma interrelação nas transformações. Compreensão que dialoga com o proposto pelos historiadores ambientais, que tem o trabalho desafiador de reconstruir os cenários históricos que não mais

coloquem o ser humano como dominador dos processos naturais ou considerando a natureza como inerte, antes, sempre em interação mútua.

O segundo capítulo (*A socioeconomia de Faina no âmbito dos processos mineratórios*) buscou na limitada literatura sobre Faina mostrar os processos da sua segunda ocupação antrópica. Sua formação, ligada a ideais desenvolvimentistas inaugurados com a marcha para o Oeste, teve reflexos na formação da cidade de Faina em meados dos anos 50, através do processo de terras devolutas.

Também foi apresentado nesse capítulo um panorama econômico do município de Faina no âmbito dos processos mineratórios *garimpo*, *Sertão Mineração Ltda.* e *Orinoco Gold*. Dessa forma, discutiu-se o processo de retomada da mineração no Estado de Goiás no século XX, com o advento da chamada *nova mineração*, que deu origem a novos garimpos em Goiás e refletiu no novo período do ouro em Faina. Nesse cenário, a Metago foi entendida como o acontecimento relevante nesse processo, sobretudo por ter sido responsável em gerir novas etapas de explorações e explorações em todo o Estado, impulsionando as atividades relacionadas aos recursos naturais e garantindo a defesa dos recursos a serviço do Estado.

O terceiro capítulo (*Percepções da Presença da mineração no Município de Faina*) dedicou-se a discussões em torno das entrevistas e teve como propósito trabalhar com a percepção da população sobre os períodos mineratórios no município de Faina. Desse modo, o desafio foi discutir as subjetividades e as impressões dos entrevistados no contexto da presença dessas atividades. Em diálogo com o segundo nível apresentado por Worster (1991, p.202), (“os aspectos socioeconômicos na medida em que interage com o ambiente”) busca compreender como as relações sociais se reformulam no processo de transformação da natureza. Assim, o foco está nas entrevistas e percepções da comunidade em relação aos aspectos econômicos no município de Faina e a comunicação com esses processos. Foram trabalhadas as expectativas entre a relação comunidade-mineração, ou seja, os sentimentos de possibilidades e esperança que foram ou não construídos.

Os resultados alcançados pelas respostas dos entrevistados abriram-se para o diálogo com o terceiro nível retratado por Worster (2003, p. 26), as compreensões de mundo que, segundo as construções singulares de cada indivíduo ou grupo, definem comportamentos e os fins que se impõe à natureza. Ligado ao campo da mentalidade, esse nível nos dará condições para compreender os sentidos, os valores emocionais desses entrevistados pelas experiências no contexto da mineração.

## **CAPÍTULO I: A MINERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FAINA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA AMBIENTAL**

Apresentará aqui neste capítulo, a partir de apanhados documentais locais, a formação da cidade de Faina, bem como aspectos geográficos e processo histórico de formação do seu município, que em essência tem a participação da atividade de mineração. Também comporá este capítulo as discussões em torno da História Ambiental: história, construção e definição do conceito como base teórica e metodológica dessa pesquisa.

### **1.1. Os caminhos da História Ambiental**

Num rápido retrospecto, não é preciso ir muito distante no passado para saber que a maior parte de nossa história - em específico os capítulos que compõem Américas e Áfricas - é pautada e “narrada<sup>2</sup>” pela presença da colonização e, sobretudo, a partir do olhar do colonizador. E que com ela também teve início a atividade de exploração minerária. Tal atividade também possibilitou ao colonizador construir outras formas de se relacionar com os ambientes onde exploravam.

Contudo, é importante salientar que a interação entre homem e natureza (bem como os usos desta a seu bel-prazer) data de muitos anos antes da invasão aos continentes americanos e africanos. De acordo com Duarte (2005), é possível perceber uma temporalidade do envolvimento humano com o meio ambiente. Segundo esta autora, as práticas realizadas no Coliseu, sob a política do pão e circo na Roma antiga, assinalam indícios de agressão à natureza. As conhecidas *venationes* incluíam combates entre homens e animais, ou até mesmo feras por elas mesmas. Durante muito tempo, o que era motivo de prazer e diversão para o povo romano, foi também um extermínio à fauna romana<sup>3</sup>, pois “o sacrifício de tantos animais para o prazer do povo e para a glória dos imperadores significou uma verdadeira hecatombe e certamente

---

<sup>2</sup> Aqui, quero me referir à insurgência dos povos que foram subalternizados.

<sup>3</sup> Conforme dados apresentados pela autora, pode-se afirmar que aproximadamente 9.000 animais foram mortos durante a inauguração do Coliseu e mais 11 mil nas comemorações da vitória de Trajano sobre a Dácia, em 107 d.C. (DUARTE, 2005, P. 36).

teve repercussões nos ecossistemas de onde tantos animais foram retirados” (DUARTE, 2005, p.37).

Entretanto, o que toda essa discussão tem a ver com a história? Bem, quando se considera o historiador, seu trabalho analisa o homem e mais precisamente, as ações do homem no tempo(BLOCH, 2002); isso leva a concluir que as formas de dominação da natureza e suas particularidades de exploração deste meio fazem parte de um “espaço de experiência”<sup>4</sup> indubitavelmente histórico.

Ao partir desta percepção, não seria incorreto afirmar que acontecimentos como as mudanças climáticas, extinções de espécies animais e vegetais, dentre outras alterações ambientais, sejam caracterizados como processos e que não possam ser estudados pelo historiador. Portanto, ao crer nisto, os historiadores

Apresentam-se como homens em diálogo com seu tempo e, principalmente, como pesquisadores de um saber não apenas válido, mas essencial para compreendermos nosso presente e atuarmos na construção de nosso futuro. Compreender a historicidade das relações entre a sociedade e a natureza pode, certamente, dar-nos instrumentos para assumir uma postura mais crítica frente aos debates sobre o ambiente (DUARTE, 2005, p.32).

Conforme apontado pela autora acima, a compreensão da historicidade entre as interações do ser humano com a natureza permite-nos uma atuação mais crítica em conjunto com as demandas das pautas ambientais. Essa discussão adquire certa profundidade e firmamento pelo trabalho de anos de pesquisadores que arriscavam pensar uma história da natureza, que eram julgados a não estar desenvolvendo conteúdo com caráter devidamente histórico. Como afirma o autor Donald Worster (1991), o que se tinha do trabalho de um historiador era que suas investigações deveriam estar no domínio das tramitações de leis, sobre negociações dos governantes e, em suma, entendiam que as repostas às suas indagações estivessem apenas no âmbito dos registros oficiais.

Um marco positivo para os historiadores que desejavam saltar para além dos estudos já estabelecidos se dá a partir da emergência dos *Annals*, em que são ressignificados os modos de operar sobre a história. E assim, as questões voltadas para memorização de datas, fatos e grandes nomes oficiais passam a ser tomados por assuntos que entrelaçam presente e futuro, pensando dentro de uma dimensão prospectiva.

Nesse caso, a emergência de temas como o ambiente ganham espaço e sentido no trabalho dos historiadores. Embora reconhecendo que a escola dos *Annals* amplia os temas nas pesquisas, ainda é necessário problematizar tal fato. Sua emergência se dá pelo final do século

---

<sup>4</sup> Para utilizarmos o conceito do historiador Koselleck (2006).

XIX e início do XX; mas é só no final do século XX que se institui a História Ambiental. Isso, de certa forma, nos leva a pensar a qual é fator que devidamente impulsionou o tema do ambiente e as discussões da relação sociedade-natureza então questionada pela pesquisa histórica, que, até então, eram domínio da ecologia, biologia e geografia.

Desde então, a natureza ganha nos quadros historiográficos uma atenção especial - sobretudo pelo caráter que a eleva ao status de uma percepção histórico-ambiental - inserindo-a nas mais diversas realidades e tidas como naturais nas narrativas historiográficas. No entanto, a natureza também recebe especial destaque nas discussões acerca do seu estatuto, dos quais a sua interpretação exerce total importância e dá sentido para este texto.

Para tanto, a natureza (em seu sentido dado, tal como a percebemos e da visão como um todo) define-se por uma realidade separada do ser humano, algo externo, “[...] em algum lugar ‘lá fora’, parada, sólida, concreta, sem ambiguidades” (WORSTER, 1991, p.210). Conforme Worster, esta seria uma visão que em certo sentido poderia ser considerada uma verdade, pois ela ainda continuaria a existir sem a nossa presença. Porém, tal definição configura outro sentido quando buscamos compreendê-la no campo das ideias. Isto porque os seres humanos estão imersos numa rede de significados, de construções e pensamentos que num conjunto forjam elementos de uma *cultura*<sup>5</sup>; assim, ela passa a ter um sentido a partir de nossas próprias criações, um reflexo do olhar de quem a observa. Um fator que explica as causas para que, para determinadas pessoas, a preservação da natureza é condição fundamental e, para outras, predomina a ideia de destruição, para somente depois falar em reconstrução.

Ao dialogar com a ecologia da auto-organização, Pádua (2012) define que esses sentidos precisam ser ampliados para um entendimento mais complexo. Numa primeira observação, não é somente pela condição do pensamento que influencia nas formas de ordenação dos indivíduos entre si, “mas também por meio do corpo e do conjunto do organismo. O conjunto do organismo está presente na construção da subjetividade” (PÁDUA, 2012, p.32). Em segunda instância, é essa singularidade que determina as formas de construção do mundo. Estas, que se caracterizam pelas categorias experiências, organismo e percepção, formam elementos subjetivos de suas próprias aglomerações, que a partir de interações e correlações mútuas, definem o todo.

O historiador britânico Keith Thomas (1988), ao desenvolver um estudo a respeito da visão do homem sobre o mundo natural, analisou tal relação, tendo como cenário os trezentos anos que precedem ao que se conhece como modernidade. Durante aquele momento, o autor

---

<sup>5</sup> Esta, entendida tal como apresenta o autor Cliford Geertz, em seu texto A interpretação das culturas.

observou, na Inglaterra, a visão que tinham sobre a natureza. Diziam respeito às narrativas tradicionais fundamentadas por princípios teológicos, onde o mundo natural fora entregue ao ser humano e todas as demais criaturas deviam submissão a este. Tal interpretação é tomada pelo autor, sob a imagem transmitida pela sociedade do período (*os Tudor*), a respeito da maneira como viam o mundo ao seu redor.

Com efeito, é essa percepção do domínio da humanidade sobre a natureza, que justificou o seu aproveitamento como bem entendessem. Ainda, segundo Thomas, é sob a ordem prescrita no livro de Gênesis que os comentadores *Tudor* deram sentido para as interpretações dos relatos bíblicos. “O Jardim do Éden, afirmavam, era um paraíso preparado para o homem, no qual Deus conferiu a Adão o domínio sobre todas as coisas vivas” (GÊNESIS I, 28 *apud* THOMAS, 1988, p. 22). Assim, sob a narrativa da criação, os homens interpretavam os usos da natureza e dos que nela habitavam; os seus, com o desígnio de subjugo. A interpretação apresenta nitidamente em seu texto também é apontado pelos filósofos e estudiosos da época.

Tal observação leva a refletir que esse entendimento humano sobre a natureza teve efeitos ainda mais graves sob a marca da dominação. À essa consideração pode-se pontuar as causas que caíram sobre ser mulher, que também - pautados no discurso patriarcal e regidos pelos princípios cristãos - entendiam a natureza como o princípio feminino, logo, passível de dominação. Essa contestação pode ser observada ao longo dos contrapontos alentados pelas estudiosas/pesquisadoras ecofeministas, que ao longo da década de 70, travaram lutas em defesa da natureza e da liberdade/resistência/feminina, ao passo que também fossem respeitadas as ordens da natureza<sup>6</sup>.

Tais apontamentos nos levam a compreender que, as visões dominantes em relação a natureza, também podem ser observadas no processo de exploração de grupos humanos que marcaram, sobretudo, o período que se iniciou como moderno. Embora, Thomas (1988), ao trazer tais exemplificações, para o que ele mesmo justificou limitando-se à sociedade inglesa e

---

<sup>6</sup> Tal observação pode ser verificada nos estudos sobre o ecofeminismo, que surgem no calor da então denominada segunda onda do feminismo. Eclodiu a partir de movimentos que já ocorriam no período, como movimentos pacifistas, antimilitares, ambientalistas e feministas que agitavam a Europa e os Estados Unidos. Surge como um pensamento propulsor desses movimentos que inquietavam a década de 70 e defende uma interconexão entre a dominação feminina e a dominação da natureza, conforme aponta Emma Siliprandi (2000). Segundo Rosendo (2017), a origem do termo foi cunhada por Françoise d' Eaubonne com o objetivo de despertar a atenção das mulheres para o movimento político, com o intuito de uma revolução ecológica. As autoras Vandana Shiva e Maria Myes (S.d.) afirmam que embora o uso desse termo tenha sido registrado em princípio por Françoise d'Eaubonne, teve maior dimensão com as várias lutas e movimentos contra a destruição ambiental, que deram início aos desastres ecológicos recorrentes.

outras demais da Europa e América do norte; tem-se, que tal fator influenciou também no processo que dizimou e explorou milhares de pessoas em América e África. Pois, a narrativa ocidental, hebraico-cristã condenou todos aqueles que não estavam ligados a seus segmentos, embora não somente destacasse apenas essa questão. A “incivilidade” dos não europeus, não cristãos, lhes concederam a base da pirâmide, no processo de classificação social; em razão de uma herança não compartilhada com a civilização europeia.

Informações, segundo Castro-Gómez (2005), podem ser observadas, sobretudo pelas teses da filosofia iluminista, cujo olhar tem como lugar, um *ponto zero*. Isto é, Kant ao elaborar suas definições de raças, partiu das teorias da *antropologia pragmática* e da *geografia física* para pensar o homem, partindo das transformações deste no tempo e espaço. No qual, a primeira se sobrepõe a segunda. Em tal suposição, tem fundamento no dualismo: o corpo inferior à alma; condições para a superioridade dos estudos da natureza moral à natureza física. Neste sentido, conforme Kant, o *ponto zero*, é o lugar de análise do observador; tal como, se era possível observar os movimentos dos astros; precisamente, de acordo com essa concepção era onde se habitava conhecimento racional. Igualmente, lançam-se os olhares do mundo ocidental sobre o novo mundo. Isto implica dizer, que análise do ponto de vista do observador parte de um olhar neutro, independentemente da posição deste em relação ao seu objeto de estudo, que parte sempre da lógica que a ciência opera segundo princípios universais.

Fatores condicionantes para toda uma população que, sob o estigma de raça, tiveram suas forças de trabalho dominadas, levaram à perda da condição humana de ser. Para tanto, no esforço travado por Quijano (2005) em diagnosticar as alcunhas da colonialidade do poder,<sup>7</sup> pode-se localizar a relação entre o *corpo* e o *não-corpo*. Conforme o autor, essa afinidade (ao mesmo tempo, nem tão afim assim) é elemento fundamental para construir uma visão eurocêntrica sobre o ser e que alcança profundidade na narrativa difundida pelo cristianismo.

Nesse segmento, Quijano nos informa que a configuração desses dois elementos é caracterizada pelo processo de separação onde um se sobrepõe ao outro (neste caso, a alma ao corpo, como símbolo digno da salvação e o espírito como o mais alto grau de elevação). Esta ideia teria tido como seu precursor o filósofo iluminista Descartes, que instiga essa separação, pois

A razão não é somente uma secularização da idéia de “alma” no sentido teológico, mas uma mutação numa nova id-entidade, a “razão/sujeito”, a única entidade capaz de conhecimento “racional”, em relação à qual o “corpo” é e não pode ser outra coisa além de “objeto” de conhecimento. Desse ponto de vista o ser humano é, por excelência, um ser dotado de “razão”, e esse se concebe como localizado

---

<sup>7</sup> A colonialidade do poder...

exclusivamente na alma. Assim o “corpo”, por definição incapaz de raciocinar, não tem nada a ver com a razão/sujeito. Produzida essa separação radical entre “razão/sujeito” e “corpo”, as relações entre ambos devem ser vistas unicamente como relações entre a razão/sujeito humana e o corpo/natureza humana, ou entre “espírito” e “natureza”. Deste modo, na racionalidade eurocêntrica o “corpo”, foi fixado como “objeto” de conhecimento, fora do entorno do “sujeito/razão (QUIJANO, 2005).”

Tendo em consideração a abordagem acima, os seres desprovidos de alma também são incapazes da razão, assim lhes coube o lugar de inferiorização, de explorados e dominados. Distantes cada vez mais do branco, eurocêntrico e civilizado e, aproximando-se gradualmente da natureza, resultou o olhar ocidental sobre os povos do *novo mundo*. Observa-se como as visões de natureza com base na superioridade do homem por emanção do “poder divino” pode ter sido fundante nas formas de apropriação da mesma e de exploração dos demais.

Não é intenção aqui trazer em nota a afirmação de que as outras culturas não recorreram à natureza para uso de bem materiais, mas, de interpretar que povos diferentes desenvolvem meios diversos para ver e lidar com o mundo ao seu redor. A exemplo de como bem demonstrou Thomas (1988), sob análise de uma determinada sociedade, a maneira como o Ocidente pensou a natureza a distancia das demais. Em certa medida, as respectivas formas projetam consequências irreparáveis para determinados grupos. É nítido que o referido comportamento não representou somente uma ação baseada nos princípios cristãos, uma vez que recebia incentivo da classe intelectual filosófica. Vale ressaltar, de igual modo, a teoria evolucionista de Charles Darwin, que serviu de base para leituras reducionistas, racistas e deterministas (PÁDUA, 2012).

No entanto, sobre a forma humana como se encara a natureza, de acordo com Pádua (2012), exige-se um certo esforço de interpretação. Isto porque a mesma que foi considerada sob uma dimensão bíblica [referenciada nos períodos iniciais do século XVI por Thomas (1988) e, que muito influenciou nos olhares dos povos para a natureza] que perpassou por mudanças e sofreu grandes impactos já no século XVIII.

A história ambiental começa a estruturar-se como campo historiográfico na década de 1970. Em razão do crescente interesse pelo tema, destacou-se os Estados Unidos como cenário formidável desta manifesta mudança na história ao criar, em 1977, a *American Society for Environmental History* (Sociedade Americana de História Ambiental). Um dos pioneiros na tentativa de validar o campo da história ambiental pode ser identificado no trabalho do historiador Roderick Nash que, em 1972, lecionara o primeiro curso de história ambiental, na Universidade da Califórnia (PÁDUA, 2012).

Para Worster (1991), o contexto do qual nasceu a história ambiental resultou da intensificação dos movimentos ambientalistas e das conferências em torno da crise global, no

qual o mundo direcionava para uma “reavaliação e reforma cultural”, demandando inquietações públicas. Pensar essa corrente de transformações no campo histórico, político, social e cultural que acarretou no nascimento da história ambiental teve, por trás, ações políticas que, à medida que cresciam, tornaram-se também um empreendimento acadêmico.

As agitações causadas pelos movimentos desafiaram as disciplinas sociais a questionarem o paradigma vigente e integrar as pautas naturais como objetos de pesquisa. Segundo Pádua (2012), essas ações, como o próprio autor denominou, foram as “vozes das ruas”, que levaram à real efetivação da história ambiental. Isso resultou em muito mais que uma simples transformação no setor acadêmico porque

[...] representou um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea. Ele pode ser considerado como um movimento histórico, mas que um movimento social, que repercutiu nos diferentes campos do saber. A ideia de “ecologia” rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global. [...] O avanço da chamada globalização, com o crescimento qualitativo e quantitativo da produção científico-tecnológica e da velocidade dos meios de comunicação, catalisou uma explosão de temas da vida e do ambiente na agenda política. A discussão ambiental tornou-se ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização (PÁDUA, 2010, p.18).

Ou seja, essas transformações motivadas pelo discurso da questão ambiental vieram à tona como um pedido de socorro e crítica à chamada globalização. Os movimentos ambientalistas foram aqueles que se opuseram ao *Otimismo desenvolvimentista* (DUARTE, 2005). Isto descrevia o cenário em que a Europa saía devastada da Segunda Guerra Mundial e em que os Estados Unidos se consolidavam como potência hegemônica, tanto econômica quanto política e configurando-se como símbolo do capitalismo mundial. Este episódio, que marcou profundamente o panorama mundial, subdividiu os países em desenvolvidos e subdesenvolvidos. Os países industrializados e capitalistas, símbolos do poder hegemônico, determinavam o modelo apropriado de organização de sociedade, o que os levaram/levam a ditar padrões de vida e subsistência. Conforme a autora:

O mundo industrializado e capitalista era apresentado como uma finalidade não apenas desejada mas, principalmente, era único modelo realmente válido de organização da sociedade. Aquele seria o único mundo possível e cabia as nações subdesenvolvidas esforçarem-se para sair de sua pobreza e afirmar-se numa nova ordem apresentada como único mundo possível (DUARTE, 2005, p.16).

Conforme Henrique Leff (2003, p.11), o *ambiente* surge no cenário político e científico como um conceito que ressignifica as visões de mundo e, a partir de uma nova ótica, propõe compreender como se dão as interações entre sociedade e natureza, desenvolvimento, tempo e sustentabilidade da vida. Trata-se de uma reinterpretação da história, emergente a partir do que o autor definiu como complexidade ambiental.

Na busca pela definição do conceito de ambiente, Leff (2003) recorre à afirmativa de que a conceituação é também o caminho para a construção da epistemologia ambiental histórica. Deste modo, compreender o que é o ambiente implica distinguir que não pode haver uma confusão com a ecologia, para que não haja também uma redução da história ambiental para a história natural. Não se trata de uma evolução desta última e nem uma simples mudança de paradigmas científicos, pautados numa reconfiguração do conhecimento. O autor traz à tona que a compreensão rompe com determinismos, sobretudo o econômico, sustentado no discurso que ignora as condições “impostas pela própria natureza” e apoia-se nas “relações sociais de produção ou luta de classes”, sem considerar que há uma interrelação nessas transformações (LEFF, 2003, p. 12).

Neste sentido, pode-se mencionar as discussões que Pádua (2012) faz ao falar das bases teóricas da história ambiental. Além de se preocupar com a necessidade de rompimento com visões dualistas entre cultura e natureza, também se preocupa em demonstrar que a própria cultura é uma chave para compreender as múltiplas formas de o homem acessar o ambiente, para que possa se ajustar historicamente a ele. Assim,

A literatura teórica em história ambiental vem chamando a atenção para a necessidade de, ao enfatizar a relevância do mundo biofísico, não cair na falácia de considerar que este se apresenta de forma direta, positiva e imediata à percepção humana. O ser humano age sempre a partir de sentidos e compreensões, estando imerso na linguagem, nos mecanismos de cognição e na presença de visões culturais historicamente construídas (PÁDUA, 2012, p.31).

Tal assertiva incita a interpretação de como a natureza se apresenta para o ser humano e como ele a decodifica a partir de cosmovisões díspares, como resultado da produção social, cultural e sob prismas de determinadas épocas. Este foi o caso do mineral ouro, que ganhou sentido econômico para os europeus e passava desatenção aos grupos indígenas (PÁDUA, 2012).

Todos esses seres constroem o seu mundo a partir da experiência, envolvendo organismo e percepção, mesmo que o domínio da linguagem e da cultura, com a amplitude e as características sintéticas observadas no ser humano, não esteja presente. Cada ser constrói o seu mundo, e o mundo coletivo se constrói por meio de uma trama complexa de interações e interdependências (PÁDUA, 2012, p.32).

Deste modo, a partir da compreensão de que cultura e natureza se influenciam mutuamente, se abre uma via para compreender de que forma tais conhecimentos e implicações se fazem presente na interpretação do conceito de ambiente, bem como suas inferências na compreensão do entendimento de história ambiental. Assim, sublinhamos que seguir problematizando a visão dualista entre cultura e natureza será uma das constantes dessa nossa pesquisa, amparada em autores como Henrique Leff (2003), José de Pádua (2012), Donald

Worster (1991). O caminho pela interdisciplinaridade se faz necessário e torna a discussão possível.

A história ambiental se configura na própria história da construção do conceito: decorre de uma “ruptura epistemológica” (LEFF, 2003, p.15).

A configuração do saber ambiental não é uma mudança de paradigma científico, no sentido de uma evolução para uma fase superior da história natural e reintegração dos conhecimentos dispersos (do propósito falido da unidade da ciência preconizada pelo positivismo) em uma nova totalidade. O saber ambiental é um olhar holístico, um pensamento da complexidade que emerge da desconstrução do logocentrismo e o descentramento do círculo das ciências. Esse saber encontra seu referente na construção social da complexidade ambiental: a complexificação do real, do conhecimento, da produção, da racionalidade, do tempo e das identidades (LEEF, 2003, p.15).

Para Leff, é no curso da existência de uma complexidade ambiental que se dá a marcha inicial de um olhar voltado para os processos do ambiente. É assim, para além da externalidade, que é construído o mundo de fora, dos elementos da natureza em si. É também uma construção social que emerge no seio da desconstrução de uma ordem centro-universalizadora-determinante que, por séculos, invisibilizou seres, saberes e identidades:

O ambiente é um saber sobre a natureza externalizada, sobre as identidades desterritorializadas, a respeito do real negado e dos saberes subjugados por uma razão totalitária, o *Logos* unificador, a lei universal, a globalidade homogeneizante e a ecologia generalizada. O ambiente é objetividade e subjetividade, exterioridade e interioridade, imperfeição em ser e de saber, que não acumula nenhum conhecimento objetivo, um método sistêmico e uma doutrina totalitária. O ambiente não é somente um objeto complexo, mas que está integrado pelas identidades múltiplas que configuram uma nova racionalidade, a qual acolhe diversas racionalidades e abre diferentes mundos de vida (LEFF, 2009, p.21).

É aí, por esse caminho, que se justifica o trabalho que exerce – ou, pelo menos - deve exercer a história ambiental. A fronteira dos saberes e pelo viés da interdisciplinaridade (não caracterizada pelo dualismo existente e na qual remete-se a tal entendimento quando se pensa na relação do homem com a natureza, mas pelas aberturas e possibilidades que se instauram a partir do reconhecimento da construção social do ambiente) é pensada a partir de saberes outros que, outrora, foram negados pelo *logos* unificador.

Desta forma, os sujeitos protagonistas se encontram em realidades outras, de culturas e espaços diferentes, tais como os povos indígenas, as populações rurais e os quilombolas, que existiram e resistiram no fluxo da subalternidade, se reconstituíram e reafirmaram suas identidades no espaço e no tempo, pelas suas cosmovisões de mundo. É de onde se criam os subsídios para as construções sociais dos movimentos ambientalistas, que articulam tais práticas em diálogo com conceitos teóricos e políticos, reconfigurando outros modos de ser, viver e lidar com a natureza, numa ação prospectiva arrolada no real da sustentabilidade.

Estas práticas se desvincilham do ideal difundido pelos processos da globalização econômico-político mundial. Aníbal Quijano (2005, p.107) aponta que pode ser entendida como o resultado de um processo instituído a partir da constituição da “América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial”. Uma racionalidade hegemônica que difundiu e ditou formas de ser, existir e que, portanto, invisibilizou outras racionalidades, calcados pela ideia da diferença de raças, fundamentados nos discursos biológicos e que justificou a dominação colonial e a classificação dos povos.

Desta feita, não se trata somente de projetar os ideais ambientalistas em realidades antigas, ou interpretar como tais sociedades viveram em interrelações com seu habitat natural; ou como cooperaram em acordo com as destruições dos diversos biomas no passado, mas pensar também o que pode ser realizado no presente para a possibilidade de um futuro. Ademais, detectar que culturas diferentes também projetam olhares distintos para enxergar o mundo ao seu redor. Poderia se definir também como um olhar complexo para ações num espaço de experiências que se reconfigura e se abre para um horizonte de expectativas.

Worster (1991), em estudo sobre o tema, elaborou elementos básicos que são necessários para os historiadores ambientais ao desenvolver pesquisas na área. Tais informações podem ser observadas na sistematização elaborada num conjunto de questões e que definem o *Fazer História Ambiental* em três níveis.

O primeiro pode ser observado na constituição da “natureza propriamente dita, tal como se organizou no passado, incluindo aspectos orgânicos e inorgânicos” (WORSTER, 1991, p.202). Trata-se de compreender o mundo biofísico em correlação com suas sociedades, no transcorrer das ações no tempo.

No segundo nível, o autor sinaliza para os “aspectos socioeconômicos na medida em que [se] interage com o ambiente” (WORSTER, 1991, p.202). O autor convida a pensar nas relações sociais que surgem em conformidades com o trabalho e nas formas diversificadas de produção de riquezas materiais naturais, por cada tipo de organização social.

O último nível está no campo daquilo que o autor reconhece como inatingível a olhos nus, como forma de interação “puramente intelectual ou mental, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significações se tornam parte de um diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p. 202).

Worster (1991) não propõe uma abordagem retilínea dos níveis apresentados, podendo as mesmas indagações variarem de acordo com as especificidades de cada pesquisa. Contudo, aponta que a articulação dos mesmos contribui para uma visão completa e dinâmica das

análises. Pádua (2012, p.33) também enfatizou que os respectivos níveis necessitam ser trabalhados em conjunto, “em suas interações mútuas e múltiplas maneiras de causalidade”.

Pensando a partir de tais considerações, Zarth (2012) apresenta importantes discussões ao entendimento da história Ambiental. Em seu trabalho intitulado *Agricultura e Impactos ambientais no Rio Grande do Sul*, procurou demonstrar os processos de ocupação no planalto do Sul pela colonização europeia e o impacto nas formas de habitação das comunidades tradicionais, os Kaingang. O enfoque contorna o processo dessas modificações nas paisagens, protagonizando o processo de colonização ao final do século XIX.

Zarth evidenciou no período transitório sobredito as formas de enfrentamento em torno dessa ocupação do território, bem como foram percebidas as particularidades de significação de uso, forjadas no âmbito das condições ambientais. A dimensão que circunda o referido objeto recupera as formas de integração entre a sociedade que existia e as que chegaram com as concepções de produção a partir da natureza que se construiu: a singularidade da qual a história ambiental se propõe a analisar.

Ao chegar às novas terras do planalto do Rio Grande do Sul, os europeus se depararam com os já habitantes das terras, os povos indígenas que exerciam atividades próprias de plantações e técnicas naturais (consideradas de fato sustentáveis, sob o ponto de vista ambiental). Tais povos, denominados Kaingang, se organizavam por meio das araucárias e exerciam enorme influência tanto na organização do espaço, quanto social e politicamente. Nesse caso, o que estava em evidência nas relações desses povos não era a ideia de propriedade da terra, mas do direito à coleta nos pinheirais (ZARTH, 2012).

Com a invasão europeia, a dinâmica organizacional desse povo foi modificada subitamente, limitando sua atuação aos espaços de sobrevivência dentro e a partir de uma reserva de floresta. Este contexto também restringia a sustentabilidade, na medida que a população crescia. Esses povos construíram suas bases de subsistência a partir de técnicas ligadas aos recursos naturais, sem medidas de recomposição e com menos agressividades. O indígena concentrava suas caças respeitando estações, queima das florestas, tempo de descanso do solo. O colonizador exigia maior controle sobre a vida de seus animais. Após toda essa mudança, levou-se a

O confinamento dos povos indígenas remanescentes os salvou do extermínio, mas destruiu definitivamente todo um sistema de interação entre os humanos e o meio ambiente. Em espaços reduzidos, essa população não poderia mais prosseguir do mesmo jeito que andou por séculos e séculos. As araucárias não tiveram melhor sorte. Depois de alimentarem os indígenas por séculos com seus frutos, foram derrubadas pelos europeus, mais interessados em sua madeira do que em suas pinhas. Algumas áreas de araucárias nativas foram poupadadas em poucas unidades de conservação. Estabelecidos e consolidados os acordos de paz e a delimitação de reservas indígenas,

um imenso território florestal ficou livre para ocupação por outros grupos (ZARTH, 2018, p. 58).

Conforme o contexto observado, as formas apresentadas sobre a concepção de uso do ambiente e suas construções pelas distintas culturas é evidenciada pelos impactos ambientais. Enquanto determinada cultura elaborava formas de sustento, a outra se criava para o comércio. Os sentidos se forjaram a partir de uma interrelação com o meio natural, a partir do entendimento individual de aproveitamento e uso deste. Amparadas em Worster (1991), a construção dessas interações poderia ser sintetizada a partir das relações com a *natureza orgânica*, as *relações socioeconômicas* e o *campo das ideias*. Do mesmo modo, como lembra Leff (2003), podem ser percebidas pelas identidades reafirmadas a partir de suas concepções singulares de mundo.

## **1.2 Estado da Arte: a temática da mineração de ouro**

No tocante a outros estudos em História Ambiental e com o intuito de pensar a temática da mineração de ouro, encontrou-se nos trabalhos a seguir um diálogo aproximado com a problemática da nossa pesquisa. A pesquisadora Maria de Fátima Fernandes (2014) debruçou-se sobre os referenciais teórico-metodológicos da história ambiental para pensar os processos mineratários recorrentes, tendo como palco específico o município Pilar de Goiás e recorte temporal entre o século XVIII e XX. Sua pesquisa que intitula -se *Fronteiras e Recursos Naturais: História Ambiental e Mineração em Pilar de Goiás – séculos: XVIII - XX*.

De acordo com este estudo, a história de Pilar de Goiás também tem nas suas origens a ocupação inicial a partir do uso de recursos naturais. Isso estimulou a autora desenvolver em 2014 pesquisa acerca dos resultados que a atividade de exploração do ouro provocou neste município. Estas atividades na região de Pilar de Goiás, assim como em Faina, sucederam-se ao longo de três diferentes épocas. O primeiro é o período colonial, entre os séculos XVIII e XIX. Caracterizou o momento em que a utilização desses recursos naturais se intensificou, sobretudo com a invasão dos bandeirantes à procura do ouro. Posteriormente, por volta da década de 1983 a 1995, já caracterizada pelas novas práticas de faiscação e garimpagem, além da presença de equipamentos modernos, dá-se início ao segundo ciclo mineratório. E o terceiro

período iniciou-se no ano de 2009, com o estudo de impacto ambiental (EIA) e encontrava-se em atividade até a realização da pesquisa da autora.<sup>8</sup>

O que a autora enfatiza em sua abordagem são os desastres ambientais no município de Pilar de Goiás, ocorridos em decorrência de uma fiscalização ambiental pouco presente e das explorações clandestinas que ocorreram desordenadamente. Dos que foram informados pela autora, podemos citar: a) Destrução de sítios arqueológicos que resguardavam a identidade dos habitantes de pilar, como os quilombos, sobretudo pelos usos de explosivos pelos garimpeiros. Acrescenta-se também nesse saldo a destruição da cachoeira de nome conhecido como Ogó e também do rio que abastecia a cidade. Outros acontecimentos foram presenciados nos impactos à b) saúde da população. Para alguns, na procura do ouro não realizaram devida proteção, levando muitos ao óbito. Também pelo uso do mercúrio, a autora aponta que certamente a população sofreu contaminação do produto. Essas foram as ocorrências apresentadas pela autora.

Diante deste quadro, também Silva (2008) ao realizar seu trabalho dissertativo sobre a realidade do município de Faina no contexto do século XVIII e início do XXI identificou a passagem de três processos mineratórios que igualmente deixaram suas consequências na região. O histórico aurífero de Faina se assemelha ao de Pilar de Goiás, que carrega na sua história vários estágios do ouro. Na pesquisa que intitulou- se *Sustentabilidade da Agricultura Familiar e das Ações Mineratórias Auríferas no município de Faina- GO*, realiza um exercício em que compara o grau de sustentabilidade entre as atividades de mineração e agricultura familiar.

No levantamento realizado pelo autor, identificou a passagem de três ações mineratórias, destacadas no espaço temporal por ele definido – (século XVIII e XXI) mineração escrava, mineração de dragagem (1987-1990) e mineração industrial (2004-2008). Na análise atingida por Silva (2008), chamaram a atenção os níveis de impactos ambientais provocados por essas atividades, que existiram em distintos momentos na região de Faina. Tal constatação se dá no sentido que o autor identifica os procedimentos utilizados no interior das atividades que provocaram impactos ambientais diferenciados, considerando processos de desmatamentos, degradação do solo, assoreamentos de rios, adição de produtos químicos e também no processo de reconstrução dessas interferências. Nesse sentido, conforme aponta

---

<sup>8</sup> Notou-se no curso do texto, que esse terceiro ciclo foi apenas mencionado pela autora no sentido de informar sobre os estágios dos processos auríferos na região, dado que ela já havia antecedido que o recorte temporal se faz entre o século XVIII e XX. Mesmo esse período não sendo o centro de suas análises, informou que desajustes haviam acontecido decorridos do vazamento dos dejetos minerais, o qual ocasionou na contaminação de um córrego afluente do rio Tocantins e afetou também parte dos produtores rurais do município.

Silva (2008), a atividade que mais gerou interferências na paisagem natural de Faina corresponde ao período entre 1987 e 1990, denominada pelo autor de mineração de dragagem, em razão de suas formas de produção de ouro<sup>9</sup>, que usava maquinários modernos. Assim, se considerar as formas que esse modelo proporcionou e o curto tempo que permaneceu em execução, evidencia-se nesse ciclo mineratório mais impactos ambientais em relação ao ciclo anterior (período colonial). Soma-se a isso o fechamento do garimpo no ano de 1990, mediante ação promulgada pela Fundação Estadual de Meio Ambiente de Goiás (FEMAGO) que decretou o fechamento do garimpo em decorrência dos impactos ambientais na região atingida. Essas são as constatações do autor a respeito desse período.

Sobre os referidos processos mineratórios, Silva (2008) identificou que todos eles não alcançaram integralmente o viés da sustentabilidade<sup>10</sup> ambiental e econômica. Ao questionar-se também sobre a sustentabilidade econômica não se pode dizer que a atividade da mineração foi capaz de sustentar sozinha a renda do município. Durante cada fase, a atividade da agropecuária e da agricultura familiar não foi abandonada por aqueles que além de proprietários de terras, tinham a agropecuária como base e ainda empreenderam maquinários nas atividades. Em questionários aplicados a garimpeiros e proprietários, o autor informa que 100% responderam que a mineração era a que mais gerava renda pro município.

No entanto, há que acrescentar-se uma observação: no período da mineração colonial, Silva (2008) informa a aparência de ter gerado menos impactos ambientais, porém, deve se considerar a não existência de uma política ambiental que exibisse uma rigorosidade quanto à proteção ambiental por parte dos exploradores. As principais marcas deixadas por essas atividades, conforme o autor, são as retiradas das matas ciliares e a degradação dos solos, visível em ambos os processos mineratórios. Também é possível ver desvios de mananciais realizados pelo processo de mão de obra escravizada.

---

<sup>9</sup> A mineração de dragagem, iniciada em 1987, como a mineração escrava, apesar de ter ocorrido em outros córregos, teve concentração no Córrego Vermelho de Santa Rita, apresentando dessa vez novos métodos de extração. Trata-se de uma exploração aurífera que utilizava técnicas modernas como tratores esteiras para retirar a cobertura vegetal e remover o solo até o encontro do cascalho e um maquinário composto por dois motores estacionários a combustão – um para o jato d’água e outro para a retirada do material de dentro da cata. A este último ficava acoplada a maracá, um cano de quatro polegadas por onde o material mais fino é transportado até a carcaça e enviando ao caixote de captação do ouro. Este é composto por uma bica, onde ficam os carpetes de aprisionamento do metal (SILVA, 2008, p.71).

<sup>10</sup> Ao tratar do termo sustentabilidade, Silva (2008), a partir de um apanhado de autores, mas em destaque para o pensamento de Suslick et al (2005), entende que a sustentabilidade ocorre quando ela atinge a tríade desenvolvimento econômico, proteção ambiental e social, sendo estas no presente e para o futuro. Ou seja, as atividades humanas realizadas a partir do meio ambiente, deve ocorrer sob planejamentos que efetivem a sustentabilidade, garantindo o bem-estar da sociedade mas em preservação da natureza.

A respeito da temática em discussão, apresenta-se aqui o trabalho intitulado *Os efeitos Regionais da ‘Grande Mineração’: A experiência do Norte de Goiás*. O estudo realizado pelo pesquisador Ubajara Leite (2013) tem recorte sobre o norte de Goiás e procurou destacar o interesse em investigar a respeito dos efeitos provocados pela ‘Grande mineração’<sup>11</sup>.

Um dos fatores importantes em se pensar essa proposta, é que o tipo de porte de cada mineração pode apresentar diferentes impactos nos centros mineradores. Como é o caso da pequena mineração, em que

a influência restrita à localidade onde ocorre a extração mineral, aliada ao baixo aproveitamento econômico da atividade, levam a conclusão de que os efeitos regionais da ‘Pequena Mineração’ na rede urbana são inexpressivos, assim como no tocante à atração de investimentos em infraestrutura econômica” (UBAJARA LEITE, 2013, p.26)<sup>12</sup>.

Através das palavras de Hirschman, Ubajara Leite (2013) diz que pensar as características que envolvem a instalação dessas atividades numa determinada região, implica pensar em todos os atributos que abarcam o envolvimento desta atividade com o restante da economia, que é por ele definida como as características de ‘enclave’. Tal pensamento, apresenta-nos a ideia de que se as empresas de mineração não interagem com outros setores produtivos locais, reflete-se na socioeconomia da própria comunidade local<sup>13</sup>. Deste modo, trazer o referido trabalho, torna-se rico do ponto de vista em que ao analisar o campo da mineração no setor econômico e chega a constatação que, apesar de caracterizar-se por um gerador de renda, os indicadores sociais, evidenciam uma necessidade de retorno econômico desta atividade produtiva à comunidade local. Compete uma maior participação dos três

---

<sup>11</sup> Ao que o autor apresentou como Grande Mineração está relacionada ao tipo de porte qual define os empreendimentos de explorações minerais. Tal denominação, determina também na dinâmica preferencial de exploração do recurso natural, que são estruturados pela capacidade organizacional e econômica dessas empresas. Entretanto, a nomenclatura utilizada pode variar e pode haver distintos critérios que podem ser levados em conta na classificação segundo o porte de empreendimentos. Assim, na pesquisa de Ubajara Leite(2013) escolheu-se para trabalhar segundo a classificação apresentada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), no documento Diretrizes Ambientais do Setor Mineral, que foi publicado em 1997 e seus segmentos são subsetor de Garimpo, Subsetor de Minerais de Uso Direto na Construção Civil e o subsetor de Minerais Metálicos Industriais, Fertilizantes e Carvão Mineral. Embora seja essa a classificação exibida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), ressalta-se que o autor optou por utilizar a nomenclatura pequena, média e grande mineração.

<sup>12</sup> O trabalho de Ubajara Leite (2013) não restringiu-se somente no âmbito do minério de ouro; pois dedicou-se também a outros recursos naturais, como bem retratou seu interesse em entender os efeitos causados pela grande mineração, que engloba os subsetores de Minerais Metálicos Industriais, Fertilizantes e Carvão Mineral, no domínio de uma discussão econômica, embora se posicionou em reconhecer os efeitos desta atividade produtiva no aspecto ambiental.

<sup>13</sup> Nessa linha de raciocínio, quando se trata do trabalho desempenhado por parte dessas empresas nas cidades, há que pontuar que boa parte da economia fica nas mãos da chamada mão de obra qualificada, visto que os grandes cargos são sempre direcionados às pessoas cuja experiência e formação lhe garantem o exercício de determinadas atividades.

poderes em criar mecanismos de inserção da comunidade neste setor, como maior fonte de aproveitamento.

Apesar de objetos e contextos diferentes, os estudos apresentados manifestam algo em comum: o impacto que as atividades de mineração causam em seus respectivos núcleos exploratórios. Efeitos que podem ser positivos ou negativos nos campos econômicos e ambientais, e que de certa forma, direcionam-se sobre a população local. Deste modo, acredita-se que o diálogo com essas pesquisas diz em certa semelhança com a realidade que está sendo trabalhada nessa pesquisa. Em específico ao estudo de Fernandes sobre Pilar de Goiás e Silva que pesquisou sobre o próprio Faina. Estes estudos, contribuem quando são pensados a partir de uma ótica histórico ambiental e sobretudo, quando demonstram economicamente e ambientalmente como uma comunidade pode ser e é afetada pela existência dessas atividades. No estudo de Ubajara, entende-se que sua contribuição perpassa pelo âmbito da economia, na compreensão de que a execução de tais atividades em determinada região só consegue produzir efeitos positivos economicamente, quando de fato ela atinge a outros setores da economia e os resultados de tais produções retornem à comunidade local.

Conforme os estudos consultados até aqui, foi possível perceber que as temáticas ligadas à mineração se localizam no campo dos aspectos ambientais e econômicos. Assim, acredita-se que os questionamentos dessa pesquisa se abrem para um ponto de vista metodológico, no qual tem a intenção de trazer à tona uma outra dimensão dos estudos sobre mineração aurífera. Propõe-se olhar a partir do ponto de vista social e os sentidos construídos no âmbito desses processos mineratórios em Faina entre 1987 e 2015. Trabalhar por outra ótica não significa que as questões ambientais e econômicas serão abandonadas, mas receberão outra perspectiva. Serão ressaltadas as subjetividades da população que vivenciam e se reestruturam ao longo dos processos. Quais são os sentimentos construídos diante desse cenário em relação as questões ambientais? Quais coisas foram vistas como positivas e negativas? Os discursos em torno do progresso de fato atendem às expectativas da comunidade? Como se manifestam os discursos na comunidade?

Acreditamos que trazer impressões da população que vivenciou e vivenciam esses processos pode trazer novas narrativas possa nos trazer a compreensão de como se dá essa relação através de interações entre sociedade e meio ambiente, além de contribuir com a história regional.

### **1.3. Uma geo-história do Município de Faina<sup>14</sup>.**

O atual estado de Goiás, segundo divisão territorial e política administrativa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta uma formação com 5 mesorregiões (Noroeste, Centro Goiano, Leste Goiano, Sul Goiano e Distrito Federal), e 18 microrregiões geográficas (São Miguel do Araguaia, Rio Vermelho, Aragarças, Porangatu, Chapada dos Veadeiros, Ceres, Anápolis, Iporá, Anicuns, Goiânia, vân do Paranã, Entorno de Brasília, Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois, Meia Ponte, Pires do Rio, Catalão e Quirinópolis). Ainda, divide-se em 10 regiões de planejamento, para fins estratégicos do poder estadual. Pode-se conferir nos mapas abaixo a localização das mesorregiões.

---

<sup>14</sup>Incialmente ao ouvirmos sobre a palavra Geo-história, imediatamente poderíamos pressupor por tamanha profundeza que abarca que esta estaria diretamente associada as palavras espaço e tempo. A primeira por ser tão cara ao trabalho do geógrafo e a segunda por responder em parte ao ofício do historiador. De fato, esta seria o pontapé inicial da discussão: realizado dentro dos parâmetros da história e da Geografia. Entretanto, é possível ir mais além. Ao cunhar o conceito Geo-história e, coloca-las numa mesma dimensão, Braudel quis compreender sociedade e espaço, numa situação de equilíbrio entre ambas; pois, “a história não acontece primeiro para, no momento seguinte, deparar-se com o espaço” (RIBEIRO, 2015, p. 605). Isto é, não limitando-as. Assim, busca compreender como o meio físico integra-se na construção do processo histórico na longa duração. Em suma, a geo-história pode ser depreendida dessa relação entre social e espacial. “Ir de um ao outro e, em seguida, fazer a rota no sentido inverso. A sociedade projeta-se no espaço, aderindo a ele: em seus casos concretos, a sociedade é composta por alguns homens e um pouco de terra. Compreender essa aderência como um molde e, por meio dele, explicar a sociedade” (BRAUDEL, 2015, p.621).

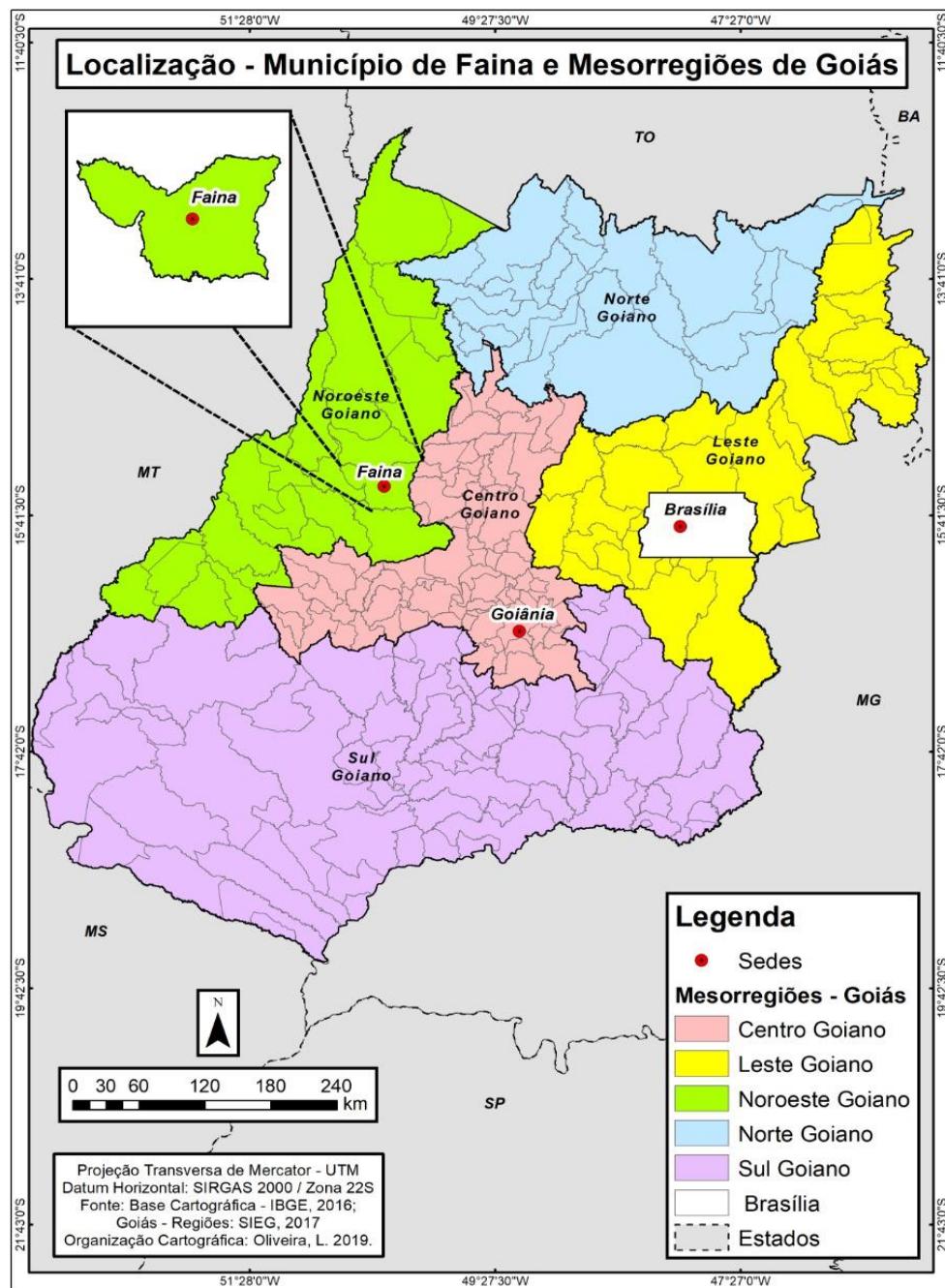


Figura 1Mesorregiões do Estado de Goiás. Fonte: SEGPLAN/IMB (2014)

O município de Faina localiza-se no interior do estado de Goiás, no centro-oeste, exatamente na mesorregião Noroeste, à 210 km da capital do estado, Goiânia. Sua extensão territorial dispõe de um total de 1.945,658 km<sup>2</sup>, pertencendo à microrregião do Rio Vermelho. Esta condição atribui uma circunvizinhança com os municípios, de Araguapaz, Morro Agudo de Goiás, Itapuranga, Guaraíta, Cidade de Goiás e Matrinchã, como se pode observar no mapa logo abaixo:

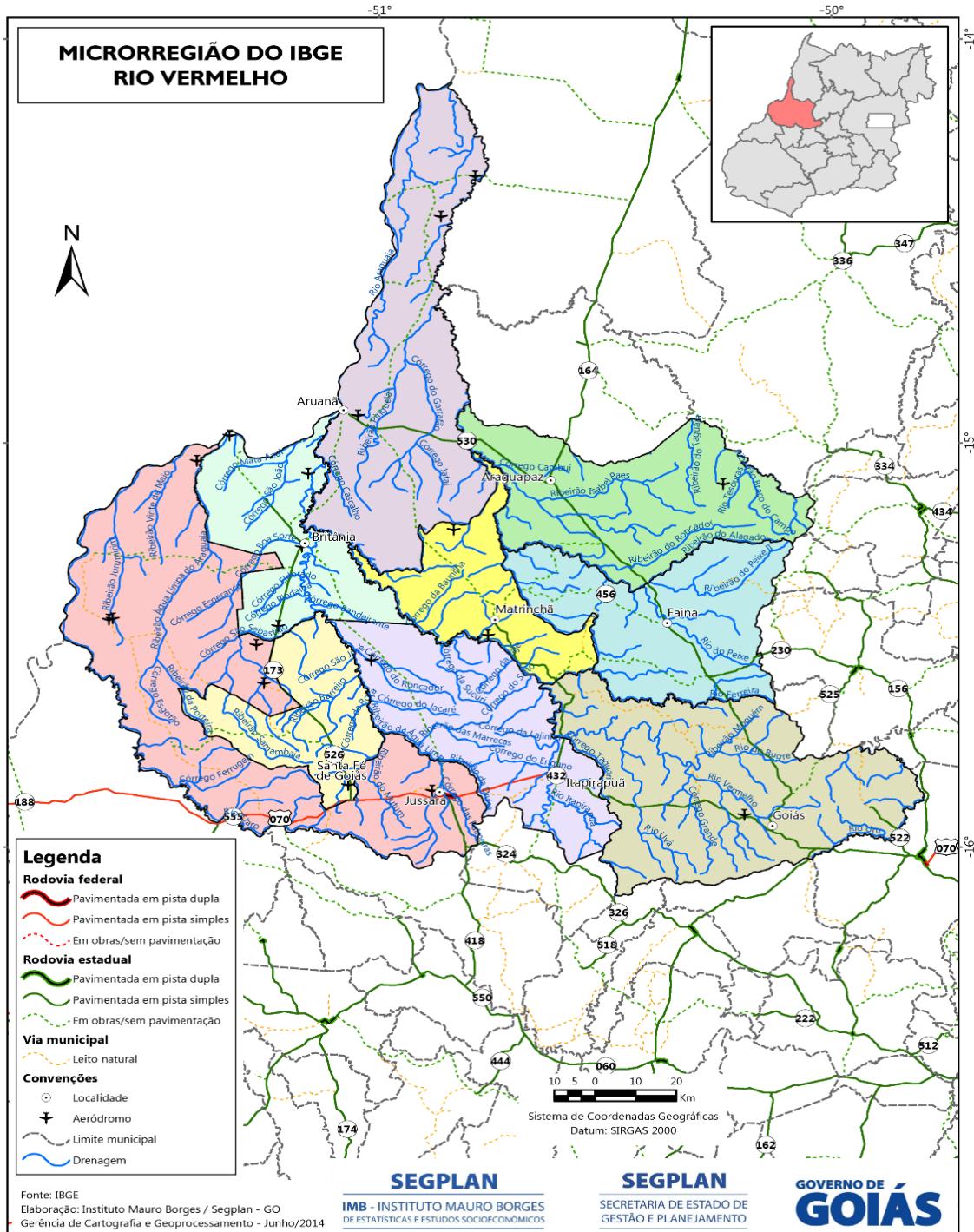


Figura 2 Microrregião do Rio Vermelho. Fonte: IMB/SEGPLAN (2014)

O município subdivide-se em dois distritos e três povoados: Jeroaquara<sup>15</sup>, localizado a 28 km da cidade de Faina; limita-se ao povoado de Araras, que situa-se a 40 km do então perímetro urbano; Caiçara, a 23 km, o povoado de Vera Cruz (Burduna) a 23 km da cidade e o povoado de Visto Belo. Em relação à sua população, o município de Faina é composto

<sup>15</sup> Popularmente conhecido como Santa Rita, em razão de sua história.

por um total de 6.983 habitantes, segundo informações disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), último censo realizado no ano de 2010. Entretanto, essa faixa decaiu no ano de 2017, onde estimou-se em 6.947 pessoas, com densidade demográfica de 3,59 habitantes por km<sup>2</sup> e o PIB per capita de R\$ 15.673,49, conforme valor para o ano de 2016. Abaixo o mapa da localização do município com a constituição de seus povoados.

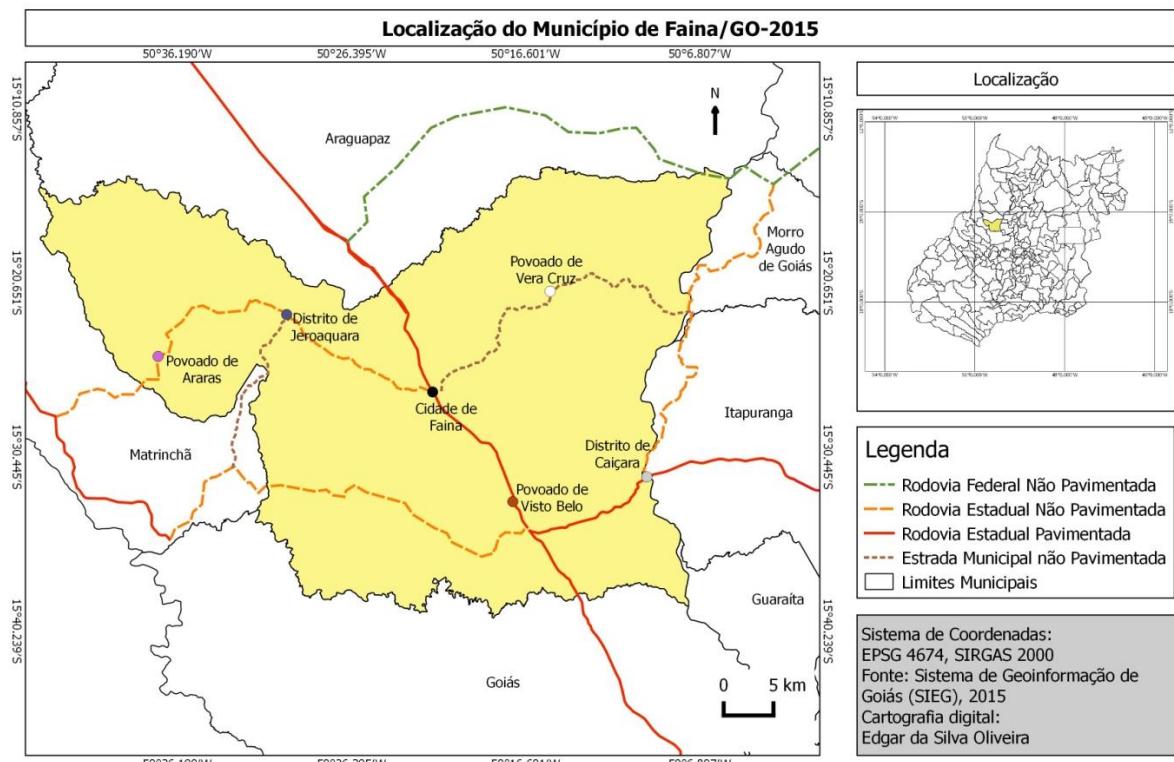


Figura 3 Localização do município de Faina -GO/2015. Sistema de Geoinformação de Goiás (SIEG), 2015

O município de Faina localiza-se entre os municípios de Goiás e Araguapaz, ligados pela rodovia 164 GO, antiga Estrada do Boi e insere-se na unidade geomorfológica denominada Depressão do Araguaia. Seu espaço geográfico apresenta uma paisagem com relevo formado por serras, semelhantes ramificações da Serra dourada:

A região apresenta um relevo aparentemente simples na sua compartimentação topográfica: as terras altas (800- 1200m) constituem os alinhamentos da Serra Dourada, enquanto as terras baixas (100- 500 m) formam a depressão propriamente dita. Essa compartimentação deixa entrever diversos patamares altimétricos, correspondendo cada um deles a fenômenos tectono - estruturais bem distintos: a leste (alinhamento norte-sul da Serra Dourada) aparecem os cinturões metamórficos arqueanos (complexo granítico -gnáissico) (BARREIRA, 1997, p. 54).

Quanto ao clima tropical quente subúmido, se divide em duas estações anuais: chuvosa, com maior índice pluviométrico entre os meses de setembro a abril, e seca nos

meses seguintes. As chuvas ocorrem em maior concentração no verão. O município é banhado pelos cursos das águas naturais: Rio do Peixe, Ribeirão do Peixe II, Ribeirão do rio Vermelho, Rio Ferreira e córrego de Faina.

Nessa região, conforme descreve Barreira (1997, p. 56) o solo apresenta relação com a compartimentação topográfica onde “as terras altas são caracterizadas por solos pedzólicos, de textura argilosa, cobertos por mata e cerrado; por outro lado, a depressão propriamente dita é caracterizada pela presença maciça de latossolos vermelho-amarelado e vermelho-escuro.” Em razão dessas características, a região é favorável às atividades agropastoris e apresenta certas restrições para a agricultura.

Essas são as características apresentadas sobre a organização espacial e geográfica do município de Faina. No entanto, a história desse espaço natural tem historicidade anterior aos povos que chegaram na década de 50 e construíram a cidade de Faina. A anterioridade a considerar perpassa a presença de bandeirantes e escravizados e até mesmo dos indígenas que habitavam este local, antes da invasão do homem branco. Aliás, esse é o primeiro ponto do entendimento da história ambiental, que existe uma historicidade da natureza que nos permite compreender que outras sociedades coexistiram nesse ambiente e que assim ela está sendo transformada há muito. Ou seja, o que consideramos ver como paisagem natural é “natural” se comparada ao ambiente social e tecnológico, mas não significa que ela nunca foi tocada.

Aproximadamente há 12.000/10.000 anos, de acordo com evidências arqueológicas, é possível datar a presença humana na região do Centro Oeste do Brasil. Estes grupos identificados como caçadores-coletores viviam em bandos e é possível dizer que seu estabelecimento se deu em fins do Pleistoceno e início do Holoceno. Desenvolveram tecnologias distintas e sistemas socioculturais complexos, técnicas de cultivo e a produção de recipientes em cerâmicas (OLIVEIRA E VIANA, 2000). Também tinham gravuras, pinturas e artefatos específicos por cada grupo. Embora tenha passado muitos anos, ainda é possível encontrar seus vestígios e recontar suas histórias através do intenso trabalho arqueológico. Reconhecer essa parte da história é dizer que outras gerações estiveram aqui antes de nós e que estão em interação com o meio ambiente, desenvolvendo formas de usos da natureza há milhares de anos. Conforme Schmitz *et. al.* (1984), neste espaço é possível dizer que

sucederam-se ao menos 550 gerações humanas. Primeiro, umas 450 gerações de caçadores que moravam nos abrigos e acampavam sobre as colinas cobertas cerrados ou campos. Depois os agricultores, do norte, do leste e do sul, que fixaram suas aldeias e choupanas de palha nos férteis vales cobertos de matas milenar, que ligam o

Amazonas, o rio da Prata e o São Francisco. Tinham passado umas 80 gerações de agricultores quando brancos, paulistas, bandeirantes em busca de mão de obra indígena, de ouro ou pedras preciosas devastaram suas terras, arrasaram suas aldeias e levaram grande parte de seu povo. Não sem resistência e muitas mortes. Faz umas 12 gerações (SCHMITZ, *et al.*, 1984, p. 12).

Conforme descreveu o autor acima, várias gerações marcaram presença nesse território goiano. Dentre as mais recentes, anterior ao homem branco, estavam aqui os indígenas. Segundo Palacín *et. al.* (1995), tratavam-se de etnias distribuídas em vários locais nesse espaço geográfico. Dentre elas podem ser citadas as nações Xavante, Goyaz, Crixás, Araés, Canoeiro, Apinagé, Capepuxi<sup>16</sup> entre outras.

Conforme o relatório intitulado *Programa de Gestão Arqueológica da Área de atuação da Orinoco Gold Mineração município de Faina- GO*, o atual empreendimento de mineração da empresa Orinoco Gold se localiza entre os arraiais de Anta e Santa Rita, existentes desde o período da mineração no século XVIII. Esse período foi formado por grandes conflitos e resistência à invasão do homem branco na região de Goiás. Conforme o levantamento arqueológico<sup>17</sup> e os estudos que vêm sendo realizado nessa região do município de Faina, é possível dizer que a área corresponde a uma ocupação do grupo Kayapó do Sul e também dos índios Goyá.

Dessa forma, escrever sobre a história dos usos dos recursos naturais em Faina- GO perpassa pela compreensão de uma realidade que já remonta há anos e anos em aproveitamento do solo e com intensificadas formas de usos a cada geração, sendo as recentes iniciadas a partir da invasão do homem branco e da exploração humana. Será contada nas próximas linhas a partir das leituras de Saint Hilaire (1937), Palacín (1994, 1978, 1995) e Bertran (1978).

#### **1.4. Antecedentes históricos: a primeira ocupação em Faina na construção dos arrais Anta e Santa Rita**

O *boom* econômico de recurso mineral tem anterioridade às insurgentes atividades dos tempos atuais. Durante o ápice da extração aurífera alargaram-se os cofres da corte portuguesa

---

<sup>16</sup>Documento elaborado por Silva e Souza sobre o descobrimento, população e governo na Capitania de Goiás inserido no livro História de Goiás em documentos.

<sup>17</sup>Durante o levantamento foram identificados e cadastrados 16 sítios arqueológicos de mineração século XVIII, um sítio histórico de sepultamento, 01 sítio histórico de habitação, 02 áreas de ocorrência arqueológica na área de influência direta levantada (TEDESCO, LIMA, 2017).

por um período de três séculos, sendo sua base, conforme é assegurado nas leituras de Caio Prado Júnior (1945). Este processo inseriu Goiás no contexto histórico colonial. Se o disparo inicial não foi impulsionado por tais práticas, ao menos teve por intermédio o interesse em outras formas de garantir o monopólio, a exemplo de os povos que já eram habitantes nesse sertão, os indígenas.

Diferentemente do ocorrido no litoral do Brasil, a entrada no então território goiano certamente se dera por razões diretas, cuja centralidade se via ligada inteiramente às minas auríferas. No entanto, ressalta-se que entre as estratégias estavam também a busca pelo aprisionamento dos povos indígenas que a habitavam (de origem étnicas como os Caiapós, Xavantes, Goiazes, Araés, entre outras) e que já eram donos do sertão goiano (PALACÍN, 1994). De fato, ainda segundo este autor, os achados auríferos que ocorreram pelas terras mineiras, paulistas e a recente jazida mato-grossense acabou de certa forma por influenciar nos ataques ao sertão goiano.

Toda essa história leva em consideração uma série de elementos que recebem notoriedade por ter validado as informações que circularam em torno da rota do ouro. Conforme Palacín (1994), três motivos podem ter sido a chave para a descoberta das minas no sertão goiano. A primeira decorre da localização do território. Ao percorrerem um caminho não fluvial encurtar-se-ia a distância até Cuiabá. A segunda emana de uma crença<sup>18</sup> popular entre os colonos, que acreditavam nas narrativas míticas sobre a existência dos metais preciosos entre as serras e sertões, localizados distantes do poente. A tão esperada e procurada mina da prosperidade confirmou o que os boatos já profetizavam:

Mas, de repente, a situação se inverte. Descobrem-se primeiro as minas das Gerais, pouco depois as de Cuiabá. Era a confirmação das antigas teorias e dos antigos rumores. Tudo estava a indicar que o sertão dos Goiazes, continuidade entre ambas as “minas”, também devia fazer parte deste novo eldorado (PALACÍN, 1994, p.15).

Com base nas afirmações pontuadas, acredita-se ter uma visão do contexto histórico que, incorporado sob o signo do ouro e das milhares de vidas que foram dizimadas, instaurou-se sob a mina dos Goyazes, pelas décadas iniciais do século XVIII, o povoado que mais tarde

---

<sup>18</sup> Conforme o autor, essa crença popular encontrava apoio numa teoria geológica renascentista, que explicava estarem os veios de metais preciosos dispostos no subsolo em grandes faixas paralelas, ao equador, aumentando em densidade do leste para o oeste. Tinha-se por certo, consequentemente, que as grandes riquezas descobertas pelos espanhóis do outro lado dos Andes deveriam prolongar-se no território do Brasil, chegando as proximidades do Atlântico. Numerosas testemunhas afirmavam a existência de uma mítica serra de onde o ouro manava, abundante, para as cabeceiras do São Francisco e outros rios do interior (PALACÍN, 1994, p.15).

ficou conhecido como Arraial de Sant'Anna e, que posteriormente veio a se chamar Cidade de Goiás<sup>19</sup>. Como relatou Saint Hilaire:

Após deixar a localidade denominada Ferreiro, construiu uma casa a margem do Rio Vermelho e esta tornou núcleo de povoação a qual se deu o nome de Sant'Anna. As autoridades da região estabeleceram residência nesse local, que em breve adquiriu importância, e Sant'Anna foi erigida Villa por um decreto regio de fevereiro de 1736 (SAINT HILAIRE, 1937, p. 76-77).

Apesar de ter sido decretado em 1736, a constituição de Sant'Anna em vila foi reconhecida somente no ano de 1739, quando legitima a vila em Vila Boa de Goyaz, e em 1818, promulgada pelo rei D. João VI à categoria de cidade, passando a chamar-se Cidade de Goyaz, sendo reconhecida também como capital (SAINT HILAIRE, 1937).

Após o retorno dos bandeirantes, a formação do Arraial de Sant'Anna culmina com a prosperidade do ouro e foram surgindo os demais arraiais às proximidades da Vila Boa de Goiás. Assim, “Sobre o rio vermelho, Santana de Goiás catalizava os arraiais da Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino, o caminho aos Pilões e ao Cuiabá” (BERTRAN, 1978 p.25, Grifo Noso). Também, como verificou Palacín (1994, p. 27, Grifo Noso), “Em torno de Sant'Anna, pelas margens dos córregos e dos rios com ouro de Aluvião, multiplicam-se rapidamente os centros de garimpo: Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino, *Santa Rita*”. Em um quadro ilustrado no texto do autor Palacin (1994), nota-se uma clara síntese elaborada com a pretensão de informar sobre os arraiais que se formaram neste período. Na imagem abaixo, podemos verificar:

---

<sup>19</sup> É certamente nas primeiras décadas do século XVIII, que se pode afirmar uma fixação no interior do planalto central para a exploração do minério. Contudo, não se trata de assegurar que essa foi a primeira chegada na região. Assim, como a bandeira do Anhanguera também não foi a primeira a encontrar o ouro, como fica detalhado nos escritos de autores Saint- Hilaire (1937), Luís Palacin (1994).

GOIÁS - 1808	
A) CORREIÇÃO DE VILA BOA	
I	- Julgado de Vila Boa
	01. Arraial da Barra
	02. Arraial de Anta
	03. Arraial de Santa Rita
	04. Arraial de Tesouras
	05. Arraial de Ferreiro
	06. Arraial de Ouro Fino
	07. Arraial do Curralinho
	08. Arraial de Pilões
	09. Arraial de Anicuns
II	- Julgado de Meia Ponte
	10. Arraial do Córrego do Jaraguá
	11. Arraial de Corumbá
III	- Julgado de Santa Luzia
	12. Arraial de Montes Claros
	13. Arraial de Couros
IV	- Julgado de Santa Cruz
	14. Arraial de Bonfim
V	- Julgado do Desemboque
	15. Arraial do Araxá
VI	- Julgado do Pilar
	16. Arraial das Lavrinhas
	17. Arraial de Goarinós
VII	- Julgado de Crixás
B) CORREIÇÃO DO NORTE	
VIII	- Julgado de Traíras
	18. Arraial de Água Quente
	19. Arraial do Cocal
	20. Arraial do Maranhão
	21. Arraial de São José do Tocantins
	22. Arraial de Cachoeira
	23. Arraial de Santa Rita
	24. Arraial de Muquém
	25. Arraial de Piedade
	26. Arraial de Amaro Leite
IX	- Julgado de Cavalcante
	27. Arraial das Flores
	28. Arraial de Santa Rosa
	29. Arraial de Mato Grosso
X	- Julgado de São Félix
	30. Arraial do Carmo
	31. Arraial Chapada de São Félix
XI	- Julgado de Arraias
	32. Arraial do Morro do Chapéu
	33. Arraial de São Domingos
XII	- Julgado da Barra do Palma
	34. Arraial de Conceição
	35. Arraial do Príncipe
XIII	- Julgado de Natividade
	36. Arraial da Chapada da Natividade
	37. Arraial do Duro
XIV	- Julgado de Porto Real
	38. Arraial de São João das Duas Barras
	39. Arraial do Carmo
	40. Arraial do Pontal

15

Figura 4 Arraiais (1808). Fonte: Palacín (1994)

As tarefas no interior das minas eram desempenhadas pela mão de obra escravizada, de cunho totalmente manual e compulsório, como bem relatou o autor Palacín (1994). Amparou-se nas observações feitas por Cunha Matos, que ao percorrer pelos interiores dos centros auríferos, demonstrou certa impressão pelos vestígios encontrados. Tais vestígios foram o desvio do curso dos rios, escavações, entre outros, todos feitos de uma atividade subumana nmhjh podendo ser vistas à olho nu. Depreende-se que nos interiores das minas seguiam-se as mesmas formas desenvolvidas em Sant'Anna.

Conforme Palacín *et. al.* (1995), a maior parte das informações conservadas sobre a origem e organização desses arraiais que se concentravam aos arredores da antiga Sant'Anna

está no documento Notícia Geral da Capitania de Goiás, escrita em 1783. A elaboração desse documento se deu em boa parte por autoridades locais que obedeciam a lei régia de 1782, que determinava o registro dos acontecimentos considerados mais relevantes. Através de alguns documentos inseridos pelo autor em seu livro, tivemos acesso um pouco mais da história dos arraiais de Anta e Santa Rita. É nossa intenção aqui melhor apresentá-los.

O arraial de Anta foi fundado por Francisco Calhamares no ano de 1762, que lhe atribuiu este nome em razão de matar uma anta no momento de sua descoberta. O arraial Anta, de certa forma, exerceu grande importância para Vila Boa pois, além das lavras que lá existiam, a capela de Bom Jesus também serviu como filial da Matriz de Vila Boa por longos anos.

[...] Anta, assim denominado porque a primeira coisa mais notável que ali sucedeu, antes de ser patente o seu ouro, foi matar-se lhe uma anta. Dista do Arraial da Barra 8 léguas. É freguesia do senhor Bom Jesus e tem mais, dentro do Arraial, a capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Tem de quartel uma companhia da cavalaria do 1º Regimento, uma de pardos e uma de Ordenanças. Neste lugar se tirou muito ouro e ainda hoje tem boas lavras, e é muito decantada, uma pedreira que junto daquele arraial se descobriu no ano de 1762, da qual veio a fundir uma parcela de ouro que tocou a 24 quilates [...] (DOCUMENTO N°15, *apud* PALACÍN *et al.*, 1995, p. 39)<sup>20</sup>.

Por muito tempo, houve uma confusão sobre a localização geográfica entre os arraiais Anta e Santa Rita, em razão de acharem que ambos existissem no mesmo lugar, levando este último ao nome de Santa Rita d'Anta. Entretanto, esse anexo “Anta” ao nome de Santa Rita passava apenas de uma confusão geográfica, pois havia distância de uma localidade à outra.

Existiam dois caminhos que permitiam o acesso entre Santa Rita e Anta. O mais conhecido e utilizado é o caminho que seguia pelo Ribeirão que nasce da serra do Cavasaco<sup>21</sup> e que recebe o nome de Feixo;

E pouco abaixo do Arraial de Anta, quase defronte, faz barra outro Ribeirão onde se matou a Anta que foi a que deu este nome ao Arraial. Este Ribeirão tem seu nascimento em uma aberta que tem a serra que vem do Cavasaco, chamado o feixo, o qual serve de estrada geral para o Arraial de Santa Rita, e para as mais povoações que estão por detrás da Serra do Cavasaco, que toda por uma e outra parte está povoada de moradores (BERTRAN, 1997, p. 133).

Esse caminho, que sai da serra do Cavasaco, passando pelos ribeirões do feixo e Anta, permitiu um dos caminhos até Santa Rita. Todos tinham bastante ouro, assim como os outros

---

<sup>20</sup> Carta do governador de São Paulo, Conde Sarzedas, à Corte, 1732.

<sup>21</sup> Hoje conhecida como Serra da Candonga.

que limitavam as proximidades de Anta e Sant'Anna. É o caso do córrego Axupé<sup>22</sup> que se localizava abaixo da antiga estrada que permitia o acesso entre a Vila (Sant'Anna) e Anta. O Lava-pés, que se localizava na entrada de Anta, ficava a uma distância de três quartos de légua (aproximadamente 5 quilômetros).<sup>23</sup>

Estes dois Ribeirões do Lava-Pés e o de Anta deram ouro com muita conta, desde as cabeceiras até onde fazem barra no Calhamares, onde teve o Capitão-mor José Teixeira Xaves (sic) um Engenho que há anos se demoliu, e estão todos lavrados e deixados. Foram estes dois Ribeirões os principais deste descoberto de Anta (BERTRAN, 1997, p. 133).

Nas proximidades desse córrego do Axupé e a estrada que ligava Sant'Anna à Anta, também se encontrava o córrego da Água Limpa, de onde também o autor acima mencionado identificou a procedência de lavras de ouro<sup>24</sup>.

Anta existiu sob uma forte presença da população negra que foi submetida aos trabalhos escravos nessas regiões de lavras de ouro e compunha a maior parte deste arraial. Somavam-se pouco mais de cem pessoas presentes nesse núcleo, entre negros, pretos, pardos, brancos e indígenas, além de forros e cativos, adultos e crianças. Apesar da pouca presença populacional, havia duas igrejas, Bom Jesus, mencionada anteriormente e, igreja de Nossa Senhora do Rosário. Também se encontravam três lojas e seis vendas (BERTRAN, 1997).

Como se percebe, existia uma dinâmica organizacional que permitiu que esse arraial existisse por longos anos, pelo menos durante o período colonial. A quantidade de ouro que existiu nos córregos mencionados nos permite acreditar que esse arraial, apesar de pouco mencionado na literatura sobre Goiás no período colonial, exerceu para a antiga Vila Boa atividade lucrativa nos cofres da corte.

O segundo caminho fazia-se pela rota em que se encontravam também os córregos das Almas, Bom Sucesso e Ribeirão de São José, rio Ferreiro e Ribeirão do Tatu, sendo esse confluente ao rio Vermelho. Logo se encontra o Arraial de Santa Rita, a meia légua de distância

---

<sup>22</sup> Hoje conhecido popularmente na região como córrego do Xupé.

<sup>23</sup> Essa medida equivale para o sistema de medidas usadas no século XVIII e XIX, que entendia 1 légua brasileira equivalente à 6 km e 600m.

<sup>24</sup> Esse córrego deu origem ao nome *Quilombo da Água Limpa*, em Faina - GO, reconhecido no ano de 2005. Trata-se de uma comunidade negra remanescente de antigos trabalhadores escravizados no processo de mineração colonial, em específico no antigo Julgado de Crixás. Ao serem dispensados das terras de seus donos, em razão da insuficiência econômica causada pelo esgotamento do ouro, essas famílias percorreram até chegarem na localidade que hoje se encontram estabelecidas (LEITE, 2008). Embora essa comunidade foi reconhecida no ano de 2005, ressalta-se que somente no final do ano de 2017 a comunidade recebeu a certificação Quilombola pela Fundação Cultural Palmares (FCP), juntamente com a comunidade Alto Santana, Cidade de Goiás (ARAÚJO, 2017).

do Ribeirão Bom Sucesso e a meia légua do Rio do Peixe Grande. O arraial de Santa Rita, localizado ao norte, também pertencia a Freguesia da Anta com grande produção de ouro nos seus córregos e rios como relatou Bertran (1997).

Embora Santa Rita apresente determinada proximidade do arraial de Anta, e pertencendo a esta Freguesia e ao mesmo julgado de Vila boa, não se tem uma data precisa, quanto a sua formação e nem para quem tenha sido seu fundador. Sendo assim, acredita-se que sua descoberta tenha ocorrido também nos anos finais da década de 20, do século XVIII. Porém, Pohl (1976 *apud* Palacín, 1995) que realizou viagens por esses interiores, apesar de não ter mencionado uma data precisa em razão da origem de Santa Rita, afirmou que sua existência seria mais antiga que o arraial de Anta<sup>25</sup>. Havia também neste arraial uma estrutura organizacional semelhante à Anta:

Tornando ao Arraial de Santa Rita, neste há uma Capela filial a freguesia de Anta, orago São Sebastião. Consta este Arraial de cinquenta casas, três lojas, oito vendas; há nele cinco ou seis homens brancos casados e outros tantos solteiros, três pardos casados e quinze solteiros, onze pardas solteiras e pretos forros dez, pretas forras dezenove, escravos machos quarenta e quatro, escravas vinte e nove, tudo isso pouco mais ou menos (BERTRAN, 1997, p.135).

Esse dado populacional refere-se propriamente ao interior do arraial, no entanto, segundo o autor, havia a presença de mais escravizados nas proximidades de Santa Rita. Sua localização também abria caminhos para outras localidades, como os arraiais das Tesouras (proximidades da atual Mozarlândia) e Crixás. Havia também nas proximidades do arraial um Ribeirão “Fanha”, que nascia da serra do Cabasaco e que prosperou ouro (BERTRAN, 1997). Fanha, ao que parece, seria o mesmo córrego cujo nome se denomina Faina e que deu origem ao nome atual do município.

A história de Santa Rita não se encerrou com o fim desse ciclo do ouro. Santa Rita permaneceu e, resistindo ao tempo, constituiu-se como distrito da Cidade de Goiás até o ano de 1988, quando da emancipação do município de Faina e na sua divisão política e territorial, passou a ser parte de Faina. Diferente do Arraial de Santa Rita, Anta não sobreviveu ao tempo e hoje só é possível identificar suas ruínas. Embora não se tenha uma posteridade, não se pode deixar de reconhecer que Anta, enquanto existiu, foi importante para Vila Boa, pois ela abria um dos caminhos que permitia a comunicação com Cuiabá. Mas ressalta-se que pode não ter

---

<sup>25</sup> Pohl, J.Emanuel. Viagem ao interior do Brasil. In: História de Goiás em Documentos.

sido o principal, pois como disse Saint-Hilaire (1937), havia muitos caminhos que faziam tal comunicação, mas de menor importância.

Estes arraiais, juntamente com Sant'Anna, constituíram-se em parte um dos primeiros ciclos do ouro no estado, e seguindo-se pelos dados, permaneceram por um proveitoso tempo, se considerar suas existências a partir da já mencionada matriz mina dos Goyazes. Quanto ao tempo exato de suas durações, não foi possível identificar através das fontes consultadas. Entretanto, tem-se que até o século XIX, assim como na representação<sup>26</sup> esboçada anteriormente, que ainda constava nos quadros de atividades auríferas do julgado de Vila boa.

Já mencionado em parágrafos anteriores, muitos destes arraiais tiveram como destino desaparecimento com o período de estagnação da produção do metal precioso. No entanto, outros, ainda com o baixo índice de população, resistiram ao tempo e transformaram-se em cidades ou distritos das mesmas. Como é o ocorrido destes dois arraais, em razão da proximidade com a cidade de Faina, povoada inicialmente por pessoas vindas desse ciclo e que se constituíram em um só município. Em Anta, existem somente as ruínas. Santa Rita<sup>27</sup> sobreviveu pelos fatos condicionantes do século do ouro e hoje, é o atual distrito Jeroaquara.

Ao percorrer pelas ruas de Santa Rita, percebe-se que muitas mudanças ocorreram. Suas casas e estabelecimentos distanciaram-se do que permaneceu conservado ao longo do tempo, na antiga Vila Boa de Goiás. Em contrapartida, ainda há resquícios do conhecido período. À exemplo, tais resquícios podem ser observados nos muros que foram construídos pelos trabalhadores escravizados na época. Outro ponto, não tão visível assim - mas que ao se percorrer o distrito adentro é notável aos olhos e diz respeito ao domínio do conhecimento da história deste ciclo - são os vestígios das contensões ou desvios do fluxo da água que se faziam no ato de retirada do ouro. Nas imagens abaixo, é possível verificar:

---

<sup>26</sup> Ver imagem 01.

<sup>27</sup> Apesar do nome ser Jeroaquara, existe por parte da população, certa sensibilidade em relação a constituição do distrito, levando estes a chama-la usualmente de Santa Rita.



Figura 5 Antiga cerca de contenção em Santa Rita (povoado que remonta ao século XVIII). Acervo Pessoal (Santa Rita, 2017)

As imagens na página nº 35 representam parte do contexto histórico que o município de Faina está inserido e suas estruturas demonstram essa trajetória do ouro iniciada com o processo de mineração colonial. Embora se passassem mais de três séculos, ainda é possível colocar diante de nossos olhos um passado que gerou consequências para o ser humano e também na natureza.

De acordo com as informações do site IBGE (2010), elevou-se a distrito de Goiás, pelo código da Resolução Provincial nº 12 de 01 de agosto de 1842, passando a chamar-se Santa Rita da Anta. E Permaneceu assim até meados de 1963, quando em uma divisão territorial de Goiás é denominado como Jeroaquara, ainda integrado a Goiás. Neste período, a população que já habitava a região se reorganizou quanto às formas de permanência nesse local. Eram, sobretudo, pessoas remanescentes dos antigos arraiais, como mencionado por uma pioneira entrevistada por Ferreira e Castelo (2001). Afirmou serem todos moradores antigos de Santa Rita e Anta, com descendência indígena e, certamente de povos negros também. Assim, esta família vivia com técnicas próprias de subsistência no cultivo de lavouras ou como conhecido popularmente *tocando a roça*. Isso se deu até a chegada das famílias que fundaram o município.

Esta região localizava-se próximo a Santa Rita (Jeroaquara), talvez por isso, evidenciasse a migração destes povos para o local (hoje, cidade de Faina). Até então era constituído por zona rural, longe de se formar uma cidade. Em um médio espaço de tempo, o então povoado ia se estabilizando e conquistando condições que o levariam à emancipação. Entretanto, o crescimento do povoado se deu associado à grande participação do distrito de Santa Rita, que sobretudo, pela parte religiosa, exercia grande influência para as pessoas, posto

que se realizavam festividades e missas que ocorriam no distrito e que contava com a presença do povoado vizinho.

## CAPÍTULO II: A SOCIOECONOMIA DE FAINA NO ÂMBITO DOS PROCESSOS MINERATÓRIOS

O presente capítulo apresenta o processo de formação da cidade Faina a partir do que denominamos como segunda ocupação antrópica do município, bem como a retomada das atividades mineratórias no final do século XX. O capítulo traz também aspectos socioeconômicos do município de Faina nos respectivos processos mineratários: *garimpo*, *Sertão Ltda.* e *Orinoco Gold* e nos anos intervalares, que nos permitirá avaliar o (des)envolvimento socioeconômico durante e fora dos períodos de atividade. Para tanto, será trabalhado, em termos metodológicos, documentos oficiais como dissertações, dados do DNPM, IBGE, IMB, TCM.

### 2.1. A formação do município de Faina em sua segunda ocupação antrópica

Conforme as discussões realizadas no capítulo anterior, observamos que a história de Faina se originou no contexto da colonização, ou como é comumente conhecida, “[n]o século do ouro em Goiás”. Entendemo-lo como primeiro momento de ocupação antrópica em Faina. No entanto, ressaltamos que há uma segunda ocupação que nos assegura hoje ser parte dos 246 municípios do estado de Goiás, segundo as divisões territoriais realizada pelo IBGE.

Desse modo, a cidade de Faina tem suas origens caminhando para os finais do século XX, em específico a luz dos anos 1952, quando, dois sertanejos<sup>28</sup> chegam até esse interior goiano – até então conhecido como Santo Antônio dos Poções, hoje, atual território Fainense:

A chegada dos imigrantes ocorreu de forma lenta e contínua, vindo famílias de várias regiões do sertão de Goiás, com objetivos divergentes e incertos. Passando por dificuldades e percorrendo caminhos desconhecidos para se fixarem no sertão conhecido como Santo Antônio dos Poções, hoje Faina (FERREIRA E CASTELO 2001, p.23).

---

<sup>28</sup> Conforme os dados do IBGE (2010), os referidos homens a interessarem-se por explorar o novo território, foram conhecidos como Lino Nascimento de Souza e Evaristo Seabra de Souza. Estes, de acordo com as informações obtidas, residiam-se na Fazenda Capim Puba, propriedade de Olavo Costa Campos.

De acordo com as autoras acima, os interesses eram divergentes, porém para uns fixarem moradia na região parecia uma ideia não muito distante, cujo olhares voltavam-se para a exploração das matas e terras ainda “virgens”. Nesta localidade se encontrava a família de Maria Celestina Ferreira de Brito, que já residia na região desde 1924, anterior a chegada dos imigrantes. Conforme a autora, a família tinha um modo de sustento baseado no plantio de subsistência e possuíam pouco contato com a agricultura e com a pecuária:

As famílias que vieram para essa região foi através da informação de que abaixo de Goiás tinha um sertão de terras boas-sesmarias e que já eram habitadas por sertanejos. [...] Este sertão possuía uma grande extensão de terras virgens, pouco explorada tanto na pecuária como na agricultura, despertando a cobiça daqueles que possuíam essa informação. Dentre aqueles homens que vieram, alguns possuíam a idéia de fundar um povoado, outros de formar fazendas com as terras do governo-sesmarias (FERREIRA E CASTELO 2001, p.23).

O momento acima se insere no início dos anos 50 e pode ser analisado ainda como um reflexo do cenário nacional, marcado pelos ideais desenvolvimentistas que eram seguidos desde os anos 30 e 40. Recaíram também sobre a região centro oeste e tinham como centralidade o progresso. Para tanto, retomaremos brevemente tal contexto, para que compreendamos melhor a influência desses ideais nessa segunda ocupação em Faina.

Os anos 30 marcam uma série de acontecimentos, entre eles, podemos mencionar dois momentos que serão pertinentes para essa discussão: A Marcha para o Oeste e a transferência da capital para Goiânia. O marco da revolução de 30 irá influenciar nas medidas de integração do interior do centro-este goiano.

Em termos centrais, a marcha para o Oeste marca o período de política desenvolvimentista ocorrido no governo Vargas, que compreende os anos 1930 a 1945, com a finalidade de estabelecer o progresso do país e o povoamento a partir da integração de áreas ainda não ocupadas, em especial no interior do país, como as regiões Norte e Centro-Oeste. Embora essa medida seja lançada especificamente no Estado Novo – 1937 – a ideia de interiorização do país irrompia-se desde o cenário da Primeira Guerra Mundial:

Com a Primeira Grande Guerra, a idéia ganhou corpo. Tanto assim que companhias imobiliárias, nos anos 20, mal terminada a guerra, vendiam lotes de terras no Brasil Central, para onde seria levada a capital. Curioso é que essas áreas loteadas eram exatamente as mesmas onde hoje se ergue Brasília (VILLAS BÔAS, 1994, p.23).

Apesar de ter sido delineado a partir da Primeira Guerra<sup>29</sup>, é com a Segunda Guerra Mundial que irá concretizar de fato a ideia, que não idealizava a mudança de capital somente como garantia à segurança nacional, mas também evidenciava uma estratégia expansionista em termos demográficos e industriais em outras regiões do Brasil.

[...] a Segunda Guerra, com sua tônica de espaço vital, serviria para trazer à nossa visão a imensa cartográfica brasileira, com suas não menos manchas brancas. Nascia, assim, em plena guerra, um impulso expansionista, desta feita alentado pelo próprio Estado. Dois organismos foram criados pelo governo: o primeiro, a Expedição Roncador-Xingu, com a atribuição específica de entrar em contato com os “brancos” das nossas cartas geográficas; o segundo, a Fundação Brasil Central, com a função definida de implantar núcleos populacionais nos pontos ideais marcados pela Expedição (VILLAS BÔAS, 1994, p.23).

Conforme a criação de dois organismos (Expedição Roncador-Xingu e Fundação Brasil Central) pode se dizer que está aí o pontapé inicial da Marcha para o Oeste<sup>30</sup>. Dentre as medidas expansionistas orquestradas por Vargas, criou-se também as Colônias Agrícolas – em Goiás, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) – que visava materializar o desenvolvimento econômico (SILVA e MELLO, 2013). Nesse processo, o território goiano participa sendo um alvo importante, sobretudo pela fundação de Goiânia como a nova capital de Goiás, já em processo desde a revolução de 30. Ao analisar o momento, escreve Barreira (1997):

A fundação de Goiânia foi o ponto de partida para a expansão para o Oeste, aliada a outras políticas, tais como a Fundação Brasil Central e seus pontos nodais – bases urbanas de apoio a ocupação espacial que deram origem as experiências agrícolas, com vistas a atender objetivos de colonização (estudos de solo e climas) e ao combate a epidemias (BARREIRA, 1997, p. 22).

Conforme expõe a autora, Goiânia torna-se papel fundamental na política expansionista de Vargas, uma vez que em decorrência das transformações econômicas que ocorriam desde o início do século XX, em especial no Sul do estado, essas mudanças vão se

---

<sup>29</sup> Quando buscamos escrever sobre o evento da Marcha para o Oeste, é popular entre a literatura apresentada que a história da integração do interior tenha origem logo após a primeira guerra mundial, com principal motivo de promover a integração do interior e como medida de segurança contra ataques exteriores. No entanto, podemos observar a primeira tentativa de integração do interior do Brasil desde a primeira República, em 1891, a comissão liderada por Luiz Cruls foi organizada para explorar o planalto central e promover a mudança da capital, que se localizava no litoral do país, como consta no relatório da comissão Cruls.

<sup>30</sup> Não faremos aqui uma discussão minuciosa a respeito do assunto em tela, pois nossa intenção é convidar o leitor a uma breve contextualização histórica que auxilia pontos de entendimento dessa segunda ocupação em Faina – Goiás.

efetivar com a mudança da capital. Como escreve Palacín e Sant'Anna Moraes (1994, p. 113), “imprimem um ritmo acelerado ao progresso de Goiás.”

Outra medida influente nesse processo foi a regulamentação da política de terras devolutas a partir da criação do Escritório de Terras, na década de 40. Não só permitiu que atraísse a população para esses locais, mas também efetivou a expansão do mercado agrícola, que ainda transgredia do sistema tradicional de excedente para o comercial (BARREIRA, 1994). Observa-se que até o momento citado era possível perceber aumento populacional na região sudeste, sudoeste e sul do estado. Isso também poderia ser compreendido a partir de um fator determinante: a construção da estrada de ferro que, sobretudo, garantiu a inserção de Goiás na organização moderna da economia, como exemplo a exportação.

Contudo, não se acompanha esse mesmo efeito para outras regiões, como a estrada do Boi, por exemplo, que ainda se encontrava inocupada. Esse momento no estado de Goiás ainda retratava grandes territórios vazios e com extensas áreas de terras devolutas, que só irão garantir a ocupação efetiva a partir da regularização fundiária: “Em 1952 é que se tem notícia realmente dos primeiros loteamentos feitos na região pelo Escritório de Terras, segundo pesquisas realizadas no Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás (Idago)” (BARREIRA, 1994, p. 33). Com isso, evidencia-se que a regularização das terras foi um impulso para a segunda tentativa de colonização da região.

Sobre essa política de terras devolutas é que nos atemos para pensar o segundo momento de ocupação do atual município de Faina. Como já dito anteriormente, “as primeiras famílias que vieram para essa região foi através da informação de que abaixo de Goiás tinha um sertão de terras boas-sesmarias e que já eram habitadas por sertanejos” (CASTELO E FERREIRA, 2001, p. 23). Conforme as autoras, em informações colhidas a partir de entrevista, as sertanejas e sertanejos que migraram e realizaram a ocupação - parte dos pioneiros da atual cidade de Faina<sup>31</sup> - vieram para essa região com interesses de povoar e expandir para uma futura cidade.

Embora Faina se localize nessa região da Estrada do Boi, que teve sua ocupação já na década de 50, não se pode afirmar que esse momento tenha influenciado na mesma história para Faina. A ocupação da região do Boi se deu também por uma medida expansiva na área da pecuária, fato que não se observou de início em Faina. Desse modo, pode-se compreender que

---

<sup>31</sup>Conforme documentos verificados, a cidade recebe este nome, em razão de uma divergência por parte dos fundadores, na escolha do nome do povoado. Que ao chegarem num consenso, optaram pelo nome Faina, em razão de ser nas proximidades do córrego Faina. Também, pelo significado deste seu trabalho. As divisões circulavam-se em torno dos nomes Buenolândia, em homenagem ao Bartolomeu Bueno; Linolândia, pois, um dos imigrantes chamava-se Lino.

Faina se constituiu a partir da política de terras devolutas que abrangia todo o estado, formando-se inicialmente como povoado agregado ao município de Goiás. Assim, entende-se que o processo de povoamento de Faina surge em meio a duas ondas colonizadoras no Estado de Goiás: a primeira no século XVIII e XIX, com frentes de extração do ouro e a segunda, como reflexo de uma política desenvolvimentista.

A chegada das novas famílias, vindas de vários lugares do Estado de Goiás e até algumas de outros estados, com finalidade de torná-la uma cidade, permitiu ao recente povoado, em 1966<sup>32</sup>, elevar-se à condição de distrito do município de Goiás, passando a se chamar Faina. Com o crescimento populacional e o desenvolvimento do povoado, desmembrou-se de Goiás e, foi designada em 1988, sob lei estadual nº 10434, sob o título de município de Faina, constituída de dois distritos: Jeroaquara (Santa Rita) e Caiçara (criado em 1953). Posteriormente, irá dispor de mais dois povoados, cujos nomes ficaram conhecidos como Vera Cruz (popularmente conhecido como Burduna), e o povoado de Visto Belo (IBGE).

## **2.2. Atividades no século XX e XXI: o garimpo de ouro em Faina – 1987 a 1990.**

No capítulo anterior, pode-se observar o contexto em que inseriu o atual município de Faina nos episódios do ouro, momento que caracterizou a fase inicial da atividade na região. Não ficando isolada no período colonial, os anos finais do século XX descreveram uma nova fase do ouro em Faina. Assim, o município de Faina é marcado por um histórico de atividades de minerações auríferas, sendo o primeiro ciclo no século XVIII, o segundo constituído pelo Garimpo nos anos 1987-1990 e o terceiro com a cooperativa Sertão Mineração Ltda, entre os anos 2003-2008 e o quarto, pela presença da empresa Orinoco Gold (2015-atual).

A retomada do processo mineratório no município<sup>33</sup> de Faina e que dá início à segunda fase com o garimpo de ouro surge ao final do século XX. Essas novas atividades, que remontam aos últimos anos da década de 80, podem ser compreendidas como reflexo da nova mineração

---

<sup>32</sup>A história da cidade de Faina é conhecida por ser fundada por dois “desbravadores”, Lino Nascimento de Souza e Evaristo Seabra Guimarães, cujo interesse em novas terras chegou até a cidade de Faina em 1954, onde havia na localidade a família de Maria Celestina Ferreira de Brito. Interessados na região, trouxeram consigo suas famílias e constituíram o povoamento da cidade (IBGE, acesso em 12 de Julho de 2017).

<sup>33</sup>Ressalta-se que ainda nesse período o município, embora com a já criação do povoado, cujo nome, já denominava Faina, juntamente com os outros povoados Santa Rita e Caiçara, permaneciam como distritos da Cidade de Goiás, elevando-se a condição de emancipação no final da década de 80, pelo decreto 1988, sob lei estadual nº 10434.

em Goiás, também chamada de mineração moderna. Para compreender um pouco mais sobre a nova mineração, é necessário retomarmos os anos 60. Carvalho (1988) escreveu que nesse período importantes acontecimentos deram impulso para a retomada das atividades no Estado goiano. Segundo o autor, o mais relevante foi a criação e o desenvolvimento da Metais de Goiás S/A – METAGO, no ano de 1961, durante os primeiros anos do governo Mauro Borges Teixeira: a primeira empresa estadual de mineração a operar no país.

A METAGO passou a atuar a partir do ano de 1962 e tinha como objetivo principal gerir as pesquisas e explorações dos recursos minerais do Estado de Goiás, bem como garantir também a sua industrialização. Nesse sentido a METAGO também teve como iniciativa

[...] resgatar direitos anteriormente concedidos a empresas privadas nacionais e estrangeiras que não haviam desenvolvido a exploração dos minérios e, ainda, prestar serviços especializados na área de mineração a empresas nacionais que se dispusessem a atuar de imediato no ramo. Toda política de tecnologia mineral do governo de Goiás era operacionalizada pela Metago que, para isso, ao longo do tempo, estruturou uma equipe técnica especializada, adquiriu equipamentos e construiu instalações apropriadas para a exploração de minérios (FERREIRA NETO, 1998 p. 43).

Assim, a criação dessa empresa significou, nesse período, uma importante medida que cooperou não só para impulsionar as atividades relacionadas aos recursos minerais, sobretudo pelo desempenho em novas tecnologias, como também para garantir a defesa destes recursos a serviço do Estado.

Em 1963, a descoberta da jazida de amianto crisotila no município de Minaçu deu origem à nova fase dos bens minerais no Estado de Goiás. Esse depósito, que até então era propriedade da METAGO, inaugurou também uma grande disputa entre as empresas SAMA, com capital privado estrangeiro de origem franco-belga, e a METAGO, empresa estatal responsável pela exploração e exploração dos recursos minerais em Goiás. O que estava em jogo nessa disputa era a reivindicação pelo depósito que havia sido descoberto pela METAGO e, no entanto, também despertou o interesse por parte da SAMA, o que gerou uma luta pelo controle político e administrativo dos bens minerais. No entanto, esse embate iria mais além, pois representava o desejo em defender os recursos minerais do Estado de interesses estrangeiros. Conforme Ferreira Neto (1998), o governo estadual - na época de Mauro Borges Teixeira - defendia a importância da empresa estatal, pois acreditava ser capaz de fazer frente às grandes empresas internacionais que apresentavam interesses nos recursos minerais. Para ele, o problema se localizava entre o capital nacional e o capital estrangeiro. A partir da METAGO, queria demonstrar a possibilidade do desenvolvimento brasileiro através do

trabalho conjunto entre o capital privado nacional e o capital estatal. Porém, não eliminou-se totalmente o capital estrangeiro: ele poderia ser aceito, mas com participação menor.

Contudo, não foi somente a descoberta do amianto crisotila em Minaçu que gerou um clima de conflito no Estado; a lavra de níquel em Niquelândia, em posse do grupo Votorantim mas sem aproveitamento desde os anos 40, também foi motivo de conflito, sobretudo pela intensa propaganda que o governo realizou no início dos anos 60, no qual ameaçava a apropriação através da METAGO. Assim, a METAGO surgiu em meio a um clima de disputas, também marcado pelo contexto nacionalista e de reformas de bases que atravessavam o país e que recaía sobre Goiás (CARVALHO, 1988). Entretanto, diante das ações realizadas pelo governador estadual, pode-se depreender que houve um posicionamento em defesa dos recursos naturais a favor do Estado como protagonista nessas ações, que caminhavam na contramão do estabelecido pelo restante do país, que à época defendia a entrada do capital estrangeiro como saída para o desenvolvimento.

Para Ferreira Neto (1998), esse período entre os anos 60 e 70, em que se intensifica o interesse das empresas privadas e internacionais por Goiás, ocorre em razão da atuação da METAGO e também especialmente pela implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) no país, ocorrido no governo Geisel. O II PND tinha como principal medida promover o desenvolvimento através da industrialização como contramedida às dificuldades que o país enfrentava em decorrência da crise do petróleo, o êxodo rural e das altas taxas de importação de fertilizantes para a produção agrícola, em especial aos produtos propensos à exportação como café, a laranja e o cacau.

Com as novas pesquisas que dão notícias das jazidas de fosfato em Patos de Minas, Araxá-MG, Catalão, Ouvidor-GO, forneceu-se matérias-primas para a efetivação da indústria de fertilizantes, criando-se o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PANFCA), intensificando as indústrias e o consumo interno. Em meio a essas estratégias nacionalistas também era assinalada uma política de interiorização que, através da mineração almejava o desenvolvimento e o progresso do interior. o que justifica um dos motivos pela escolha da região centro-oeste para a implantação da indústria de fertilizantes.

Uma das ações relevantes também proporcionadas pelo trabalho da METAGO foi a participação na fiscalização do IUM (Imposto Único sobre Minerais), que recebeu maior intensidade nas atuações. Na década de 70, através de um acordo entre a Secretaria da Fazenda e o Estado, foi permitida à METAGO atuar junto à secretaria em questões especificamente relacionadas à mineração. Esse acordo adquiriu relevância para a política mineral, pois

Historicamente, em Goiás, nunca houve uma efetiva fiscalização do IUM. Como a SAMA, sozinha, respondia pela maior parte da contribuição tributária mineral, nunca houve uma maior preocupação com as outras empresas, principalmente, aquelas ligadas à produção de materiais de construção. Dessa maneira, a fiscalização do IUM nunca foi considerada uma fiscalização prioritária na secretaria da Fazenda. A própria estruturação do esquema de fiscalização tributária daquela Secretaria do Estado, fundamentalmente, voltado para o ICM, não privilegia o IUM. Os próprios que ficam encarregados de tal tributo têm prejuízos em seus rendimentos e, daí, a grande dificuldade em se organizar uma efetiva fiscalização do IUM em Goiás. Por esta razão, a entrada da METAGO no esquema de fiscalização do IUM sempre foi considerada como fundamental para o aumento de arrecadação de tal tributo (CARVALHO, 1988, p. 172).

A entrada da METAGO na fiscalização do IUM foi considerada uma ação assertiva, porém, não significa que ela tenha, de início, contemplado resultados positivos. Segundo o autor, os entraves fiscalizatórios dificultavam uma maior eficiência na fiscalização, contudo, não elimina a relevância da empresa.

Apesar da criação da METAGO, outras empresas estatais também com participação efetiva no setor mineral foram criadas em Goiás, como exemplo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em 1968, por meio do 6º Distrito Regional e vinculado ao Ministério de Minas e Energia. Responsabilizou-se pelos levantamentos geológicos e as fiscalizações das atividades de mineração reguladas pelo Código de Mineração. Em 1975, deu início à formação da Secretaria de Minas, Energia e Telecomunicações – SMET, que passou a atuar diretamente na política mineral goiana (CARVALHO, 1988).

Essa nova mineração, também entendida como mineração moderna, foi definida por Galli (2005) em razão dos processos desempenhados por novas tecnologias e pelos recursos financeiros de capital estrangeiro adotados no setor mineral, para desenvolvimento e impulsionamento industrial do Estado.

Contudo, considerando os estudos de Carvalho (1988) e Ferreira Neto (1998), a mineração moderna não se caracterizou unicamente pela participação das empresas de capital estrangeiro. De certo modo, houve uma frente liderada por empresas e órgãos estatais que buscaram recuperar a autonomia sobre os bens minerais do estado de Goiás e que, para isso, empregou investimentos técnicos e especializados, com interesse em impulsionar a industrialização desse setor. Desse modo, acreditamos que a nova mineração tem como característica também a atuação dos órgãos públicos criados especialmente para atuar e atender demandas no setor mineral goiano e que ainda são responsáveis pela perpetuação dessa prática na atualidade.

Em Faina, a nova dinâmica mineratória é retomada no ano de 1987, com a prática do garimpo de ouro, também denominada como mineração de dragagem. Nessa fase, segundo Silva (2008), foram empregadas novas técnicas para a exploração do ouro, que se apoiava em maquinários modernos:

A mineração de dragagem, iniciada em 1987, como a mineração escrava, apesar de ter ocorrido em outros córregos, teve concentração no Córrego Vermelho de Santa Rita, apresentando dessa vez novos métodos de extração. Trata-se de uma exploração aurífera que utilizava técnicas modernas como tratores esteiras para retirar a cobertura vegetal e remover o solo até o encontro do cascalho e um maquinário composto por dois motores estacionários a combustão –um para o jato d’água e outro para a retirada do material de dentro da cata. A este último ficava acoplada a maracá, um cano de quatro polegadas por onde o material mais fino é transportado até a carcaça e enviando ao caixote de captação de ouro. Este é composto por uma bica, onde ficam os carpetes de aprisionamento do metal. A apuração era feita de forma manual, normalmente no leito do córrego[...] (SILVA, 208, p.71).

As técnicas descritas pelo autor acima na atividade do garimpo são consideradas modernas com relação as que se utilizavam no período da mineração colonial, sobretudo em relação aos tipos de tecnologias empregadas.

Apesar do garimpo reiniciar no município de Faina apenas no final da década de 80, em outros municípios do Estado de Goiás, os garimpos já estreavam em anos anteriores, no qual foram identificados depósitos de Cassiterita, tantalita, berilo, quartzo, esmeralda, diamante e ouro. No que diz respeito aos garimpos de ouro, eram depósitos aluvionares e veios de quartzo com sequências do tipo *greenstone belt*, com os principais depósitos localizados nos municípios de Crixás, Guarinos, Dianópolis, Niquelândia, Araguaína e Santa Cruz e totalizavam uma produção de mil quilos anuais (CARVALHO, 1998). O trabalho no interior dessas atividades também se dava pela forma manual e pela utilização de equipamentos de terraplanagem ou de desmonte hidráulico.

Na década de 80, com relação aos garimpos estabeleceu-se uma política incentivo e relevância. No governo Iris Rezende, lançou-se o programa de valorização da atividade garimpeira. Uma das medidas que validam a importância desse programa para o setor de garimpos foi o “incentivo à livre organização dos garimpeiros, de forma a criar canais reivindicatórios adequados” (CARVALHO, 1998, p. 114). Essa deliberação também se responsabilizava por promover uma imagem positiva dos garimpos, que não eram bem vistos no setor mineral em razão das suas formas de organização e que, em muitos casos, invadiam terras com títulos de lavras, acabando por interferir na viabilidade das atividades exploratórias.

Nesse sentido, uma das medidas também era criar condições legais para o exercício da atividade.

Para além desses fatores que deram impulso às atividades garimpeiras no final do século XX em Goiás, em Faina podemos considerar que a retomada do garimpo em 1987 pode ter se associado à expectativa de encontrar ouro em uma região que já foi produtiva antes. Portanto, em razão de seu contexto histórico relacionado à mineração no período colonial, como foi discutido anteriormente no capítulo I. Bertran (1997), ao visitar os resquícios do Arraial de Anta, reconheceu que suas ruínas tinham sido alvo de garimpeiros ou faisqueiros, na busca por uma nova jornada aurífera na década de 80, levando à sua inteira destruição. Segundo esse mesmo autor, o arraial ainda se encontrava intacto até o ano de 1984. Dada as informações, evidencia-se que tais ações teriam iniciado por volta do ano de 1985. Em 1987, inicia o garimpo na região de Santa Rita, que também foi centro aurífero, no século XVIII.

No entanto, o início da década de 80 também reflete o incidente fenômeno em Serra Pelada, localizado no interior do sudeste do Pará. Movidos pela alta do preço do ouro, das condições instáveis na economia e as pelas políticas de incentivo, milhares de pessoas se jogaram numa incessante busca pelo ouro (SILVA, 2018).

Nesse período, como já mencionado, a política de valorização aos garimpos promovida pelo governador garantiu incentivos a pesquisas minerais, dividindo projetos por várias regiões do Estado incluindo a região da bacia do rio vermelho:

Os projetos de **pesquisa mineral** definidos foram os seguintes: Projeto Rio vermelho (Au) nos municípios de Crixás, Itapirapuã e Aruanã, Projeto pequenos Aluvões (Au e minerais pesados) com frentes em várias regiões do Estado; Projeto Mossâmedes (Au, sulfato de metais básicos) nos municípios de Mossâmedes, São Domingos e Goianésia; Projeto Crixás (Au, Ni, Cu), no município de Crixás e o Projeto Goiás (Au, Cu, Zn), no município de Goiás (CARVALHO, 1988, p. 115).

De fato, essas pesquisas resultaram no início da década de 80 em uma nova fase do ouro no município de Goiás. Para Silva (2018), o retorno pela busca do ouro na região do rio vermelho está associado com a intensa propaganda elaborada pelo governo e também com a corrida do ouro em Serra Pelada, que foi considerada a maior expressão garimpeira do país. Em Faina, não ficou explícito qual a causa pode ter motivado os garimpeiros e, sobretudo, essas atividades terem sido organizadas de forma autônoma, sem vínculo a uma empresa. No entanto, acreditamos que todo o contexto do período possa ter influenciado nessas ações, que foram retomadas no final da década, entre 1987 e 1990.

Silva (2008) ao escrever sobre atividade garimpeira desse período em Faina, em relação a organização econômica constatou que:

A economia local se dinamizou nesse período de maneira desordenada. Pois segundo todos ex- garimpeiros e proprietários das áreas mineradas, o ouro que recebiam de porcentagem era vendido na cidade de Goiás-GO, Faina ou mesmo em Santa Rita. Era um mercado livre, não houve controle da produção e venda, portanto não ocorreu arrecadação direta de impostos. Em Santa Rita, o comércio explorava os garimpeiros, sobretudo com a venda de bebidas e a prática de prostituição. E, dessa forma, os moradores não envolvidos com o garimpo também foram explorados pelos altos preços das mercadorias, principalmente de secos e molhados (SILVA, 2008, p.125).

Conforme a citação acima, é destacada que a circulação do dinheiro ocorria na localidade onde o garimpo era exercido e também nas cidades próximas a Faina e Cidade de Goiás. Silva aponta que essa forma de organização evidenciou uma concentração de renda e gerou uma desorganização na economia. Nessa atividade, o pagamento aos garimpeiros ocorria pelo contato direto entre proprietário da terra e garimpeiro.

A falta de dados oficiais compromete uma análise mais ampla desse período em relação aos aspectos socioeconômicos do município. Contudo, as entrevistas que serão apresentadas no terceiro capítulo poderão nos dar um maior conhecimento sobre a dinâmica no interior da atividade garimpeira em Faina nesse período de 1987 a 1990.

Em relação à questão ambiental e os impactos negativos resultantes dessa atividade exploratória na natureza de Faina, Silva (2008) afirmou que foram identificadas a degradação do solo, retirada de mata ciliar, assoreamento dos rios e poluição das águas. Esses impactos são resultado das formas de extração do ouro que ocorriam nas margens dos rios Ribeirão do Rio Vermelho e Gorinos, ambos localizados na região do distrito de Santa Rita. Como ressalta o autor, a tecnificação dos métodos de aproveitamento do solo e uso do mercúrio provocaram impactos ambientais negativos e maiores se comparados à atividade exercida no período colonial. Entretanto, em termos sociais, a operação anterior gerou exploração de seres humanos.

No entanto, os garimpos no século XX também tem revelado a exploração de uma determinada classe a serviço do enriquecimento de uma minoria, manifestando as condições sociais implícitas nessa relação garimpeira. De acordo com Carvalho (1988), a atividade garimpeira, sobretudo no que diz respeito aos garimpos de ouro em Goiás, tem provocado uma séria degradação ao meio ambiente, em maior parte pela prática do mercúrio nesse setor, gerando sérios problemas à saúde de trabalhadores e das populações envolvidas.

No Estado de Goiás, vários rios, principalmente, o Crixás, no município homônimo e o Rio Vermelho no município de Goiás, mostra níveis bastante elevados de contaminação pelo mercúrio. Muito provavelmente, todo o ouro que dele foi retirado (e que foi apropriado por uns poucos) não seja suficiente para cobrir os gastos futuros que serão necessários para recuperar o meio ambiente afetado pelo mercúrio ( sem

contar as mazelas colaterais resultantes), que terão que ser suportados por toda a população (CARVALHO, 1988, p. 227).

Diante dessas ações que geravam grandes impactos negativos ao meio ambiente, foi necessária a intervenção com uma política ambiental para atender especificamente o setor mineral do Estado de Goiás. Para realizar tal ação, foi criada a Superintendência do Meio Ambiente – SEMAGO, no ano de 1975, que responsabilizava-se por fiscalizar em conjunto com a legislação federal as questões ambientais, em especial no setor mineral goiano. Contudo, relata o autor que mesmo a SEMAGO realizando tal trabalho desde o final da década de 70, a eficácia das fiscalizações nos empreendimentos mineratórios só veio a ocorrer na década de 80, direcionando sua atenção em especial aos garimpos. Ressalta-se também os danos não eram causados somente pelos garimpos de ouro, mas no caso do amianto também, não só para o meio ambiente, mas com sérios riscos à saúde para os trabalhadores e a população envolvida.

## **2.2.1. Aspectos históricos e econômicos no período da *Sertão Mineração Ltda.* (2004-2008)**

Passado o período de extração do ouro em 1987 a 1990, Faina viveu um período de estagnação da atividade e somente reinaugurou uma nova fase do ouro no início desse século. Nesse momento intervalar, pesquisas foram feitas na região e em 1996, através da empresa Mineração Jenipapo S.A, subsidiária da companhia australiana *Western Mining Corporation*, descobriram o depósito aurífero Sertão, localizado na área da Fazenda Cubatão, zona rural do município, à uma distância de 19,5 Km da cidade de Faina. No entanto, tratava-se de um depósito de porte pequeno e não atendia aos critérios exigidos pela mineradora, que realizava investimentos em setores de grande porte. A empresa vendeu os direitos minerais à empresa AMAZÔNIA.

O depósito aurífero Sertão foi descoberto em 1996 pela mineração Jenipapo S.A., subsidiária da WMC, da Austrália. Os trabalhos subsequentes de pesquisa realizados por aquela empresa revelaram que o depósito não teria potencial para atingir os critérios mínimos de tamanhos exigidos pela mesma. Após tomar a decisão de vender a Sertão e os direitos minerais adjacentes, a WMC selecionou 8 empresas internacionais de pequeno a médio porte para participarem do processo de Aquisição dos mesmos. A Amazônia foi a empresa vencedora em junho de 2001 (GALLI, 2005, p.100).

Neste sentido, para a viabilização da atividade e o projeto mina sertão, a AMAZÔNIA<sup>34</sup> criou no ano de 2001 a cooperativa Sertão Mineração Ltda., e iniciou os trabalhos de produção em março do ano de 2003. A empresa AMAZÔNIA tinha uma política ambiental que propugnava atuar no setor mineral, de forma a promover um desenvolvimento sustentável. Na mina Sertão haveria “a neutralização total dos rejeitos industriais da produção de ouro, permitindo seu retorno seguro ao meio ambiente” (GALLI, 2005, p.102). Por essa razão, uma das principais impressões propagadas sobre a atuação da Sertão Ltda. nessa fase da mineração foi o seu reconhecimento, por ter realizado a atividade sem gerar impactos ambientais ao município, se comparado às atividades anteriores.

Nesse mesmo período, segundo o Anuário de Lavra Mineral publicado pelo DNPM em 2003, vários depósitos mineratórios foram descobertos no Estado de Goiás. Além do minério ouro, outros recursos naturais foram destacados no documento. Na produção mineral aurífera, Faina aparece como um influente participante das principais reservas, juntamente com os demais (Crixás, Goiás, Guarinos e Pilar de Goiás<sup>35</sup>), todos com mineração de ouro. Na figura da página 50, pode se observar a fase desta jazida, já em produção:

---

<sup>34</sup>A Amazônia Mineração Ltda. (AMAZÔNIA) é uma empresa privada, com sede em Goiânia e foi criada em 1998 por nove profissionais brasileiros e seis profissionais canadenses. Foi criada com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento sustentável principalmente no setor mineral atendendo empresas de médio a pequeno porte que atuam no campo da mineração (GALLI, 2005).

<sup>35</sup>Os referidos municípios possuem as estruturas geológicas que se inserem aos depósitos auríferos denominados *Greenstones Belts* e uma sequência vulcânica sedimentar. Assim, entende-se que os nomes citados, as reservas são constituídas pelos perímetros rochosos, denominados cinturões de rochas verdes que são em grande parte responsáveis por depósitos com várias substâncias minerais, como exemplo o ouro; que no estado de Goiás tem por característica as regiões mencionadas, para mais ver: Roberto Trindade e Olavo Filho (2002) Extração do Ouro - Princípios, Tecnologia e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: CETEM - Centro de Tecnologia Mineral.



Figura 6 Jazida da mina Sertão localizado na Fazenda Cubatão – Faina-GO. Fonte: CALIXTO, 2009

A Figura 6 mostra uma jazida com a característica de céu aberto e em operação. A vida útil dessa jazida foi de quatro anos, sendo iniciada a produção no ano de 2004 e concluída no ano de 2008. Na Figura 7, podemos ver a área explorada depois da fase finalizada e em processo de recuperação ambiental, no ano de 2008.



Figura 7 Jazida da mina Sertão em fase de recuperação em 2008. Foto: CALIXTO, 2009

A fase de produção da mina Sertão encerrou-se no ano de 2008 e, até o presente (2019), não houve indícios de retomada de uma nova etapa de exploração do minério. Contudo, segundo relatos dos proprietários e do jornal online Diário de Goiás, a mineradora Orinoco Gold comprou a planta existente da Sertão Mineração, com perspectiva de uma nova exploração do minério futuramente. No ano de 2018, ou seja, dez anos após a atividade da Sertão Mineração Ltda. visitamos a área e podemos conferir algumas fotografias (Figura 8) de como se encontra o local.



Figura 8 Visita a área da Mina Sertão 10 anos após seu encerramento. Créditos: Autoria própria (2018)

Comparando as imagens compiladas na Figura 7 e Figura 8, respectivamente nos anos de 2008 e 2018, a área degradada possui algumas mudanças perceptíveis. Como exemplo, pelo crescimento de algumas árvores. Também verificamos que outras árvores não conseguiram se desenvolver e estão na mesma forma em que foram plantadas. Algumas morreram, como se vê na fotografia acima. Segundo o proprietário da fazenda, isso se dá devido às condições do solo, que são rochosos e impedem a expansão de suas raízes e impossibilitam o crescimento. De forma geral, as modificações na área aparentam ter sido poucas. No entanto, o que a natureza construiu levará um período maior para ser reabilitado, uma vez que seria impossível a sua total reconstrução.

Com base nos dados disponibilizados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego, o gráfico abaixo apresenta um balanço entre os anos 1998 e 2008, em que podemos analisar o setor da empregabilidade em Faina- GO;

Tabela 1 Relação da empregabilidade em Faina 1999 e 2008. Fonte: Adaptação (SEGPLAN/IMB, 2018)

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Admitidos</b>	35	16	35	22	73	49	48	50	69	68
<b>Desligados</b>	17	11	14	17	12	32	25	61	123	61
<b>Empregos</b>	265	218	285	441	535	590	655	690	643	579
<b>Rend. Médio</b>	205,53	207,59	258,70	331,31	482,24	531,39	636,49	771,55	600,77	667,02

De acordo com os dados apresentados na tabela 1, os números tiveram variação. No entanto, mantiveram uma média nos anos da atividade de exploração, demonstrando assim que

a mineração pode ter impulsionado esse setor. Ao olharmos a tabela nº 01 e compararmos aos respectivos anos da produção do ouro, que foram 2004, 2005 e 2006<sup>36</sup>, parece também corresponder ao número crescente de empregos e também de admitidos. O gráfico abaixo demonstra essa relação:

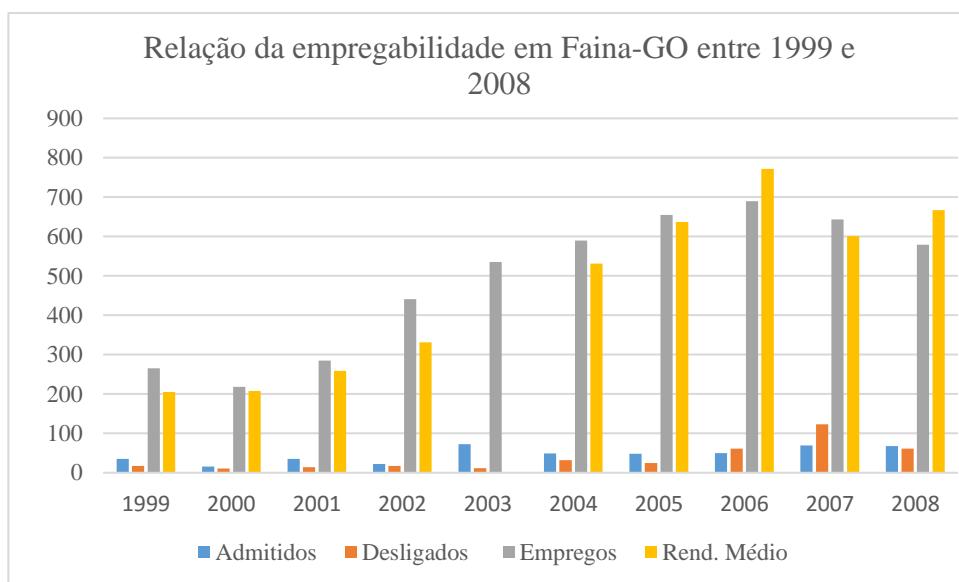


Figura 9 Gráfico da Relação da empregabilidade em Faina- GO entre 1999 e 2008. Fonte: Adaptação (SEGPLAN/IMB, 2018)

O ano mais significativo na relação de empregos formais foi o ano de 2006, que apresentou um rendimento médio de R\$ 771,55, para um número de 690 empregos. Há que se considerar a participação da atividade minerária em Faina. Embora tais números apresentem uma variação, foi a partir dos anos iniciais da exploração do ouro em que ficou mais perceptível esse aumento, como podemos notar no gráfico abaixo que demonstra a relação da produção mineral no município:

<sup>36</sup> Ver gráfico na Figura 10.

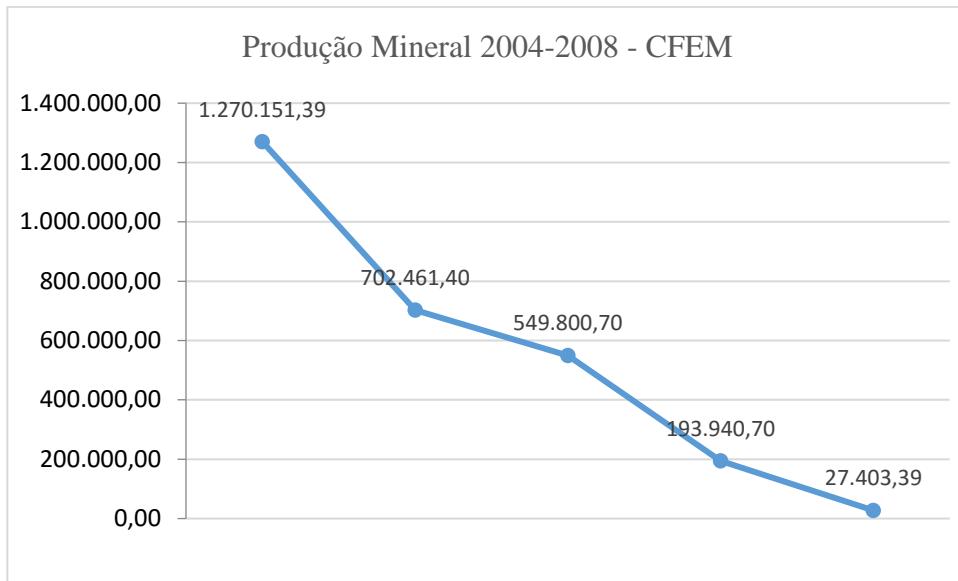


Figura 10 Produção Mineral 2004-2008/CEFEM. Adaptação DNPM (2018)

A taxa de desligados apresenta uma superação com relação a de admitidos no ano de 2007, que é quando se observa maior número de desligados. É importante ressaltar que os percentuais demonstrados no gráfico da Figura 9 valem para o período em que a empresa Sertão Mineração Ltda. atuou no município de Faina (terceira fase da atividade).

Analizando a participação das empresas que atuaram em Faina nesse campo verificamos o documento *Desempenho do Setor Mineral em GO e DF*, com dados que nos permitem conhecer melhor a atuação das empresas entre os dois períodos mais recentes. No que diz respeito à atividade da Sertão Mineração, o documento informa que contratou o equivalente de 138 pessoas como mão-de-obra, correspondendo ao percentual de 1,45 % em relação a outras empresas de mineração atuantes em outros municípios. No grupo que compõem a exploração da substância ouro no estado de Goiás, Faina ocupou o segundo lugar em contratação de mão-de-obra no ano base de 2006, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 2 Mão-de-obra em áreas de títulos de lavra por substância/Município – Ouro, ano base 2006. Fonte: Adaptação (DNPM, 2006)

Municípios	Ano base 2006	Mão de Obra	
		Quantidade	(%)
Crixas	-	858	9,04
<b>Faina</b>	<b>-</b>	<b>138</b>	<b>1,45</b>
Fazenda Nova	-	112	1,18
Nova Roma	-	1	0,01
São João da Paraúna	-	1	0,01

No que se compara ao desempenho de cada uma das empresas, ainda que a Sertão Mineração Ltda. apresente relevância se comparado ao município de Crixás, possui um número pouco significativo de oferta de empregos (Tabela 3). Entretanto, não foi possível avaliar os dados referentes a mão-de-obra utilizada para o ano base 2007, pois não apareceram nesta seção do documento *Desempenho do Setor Mineral em GO e DF*. O que de certa forma, dificulta o acesso a informações precisa quanto ao setor de empregos; pois não sabemos se a ausência de tais dados significa não ter sido informada ou se realmente não existiam mais trabalhadores na empresa, que ainda exercia mais um ano de sua atividade. Apenas os municípios demonstrados na tabela abaixo foram informados os dados para esse ano, como Crixás que apresentou números menores, mas ainda liderava nas contratações de mão-de-obra.

Tabela 3 Mão-de-obra em áreas de títulos de lavra por substância/Município – Ouro, ano base 2007. Fonte: Adaptação (DNPM, 2007)

Municípios	Ano base 2007	Mão de Obra	
		Quantidade	(%)
Crixas	-	957	10,59
Cavalcante	-	3	0,03
Fazenda Nova	-	49	0,54
Nova Roma	-	1	0,01
São João da Paraúna	-	1	0,01

Para dar complementariedade aos dados informados acima, vejamos a seguir como outros setores relacionados à economia de Faina permaneceram durante esse processo mineratório (2004-2008) e no período intervalar (2000-2003).

Tabela 4 Produção agrícola no município de Faina entre os anos 2000 e 2008. Fonte: Adaptação (IMB/SEGPLAN, 2018)

Produção Agrícola	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Abacaxi	-	-	-	5	5	5	5	5	10
Abacaxi	-	-	-	125	125	125	125	125	250
Arroz	200	200	200	400	600	650	600	550	550
Arroz	300	300	300	720	1.080	1.170	1.140	1.100	1.100
Banana	40	40	40	50	50	50	50	50	50
Banana	40	400	400	500	500	500	500	500	500
Cana-de-açúcar	-	-	10	10	10	10	15	15	15
Cana-de-açúcar	-	-	160	160	160	160	240	240	240
Coco-da-baía	-	-	5	5	5	5	5	5	5
Coco-da-baía	-	-	25	25	25	25	25	25	25
Feijão	15	-	-	-	-	-	-	-	-
Feijão		10	-	-	-	-	-	-	-
Mamão	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Mamão	410	150	150	150	150	150	150	150	150
Mandioca	40	40	30	30	30	30	30	40	80

Mandioca	480	360	360	360	360	360	360	520	1.120
Maracujá	-	-	-	10	10	10	15	15	15
Maracujá	-	-	-	80	80	80	120	120	120
Milho	260	275	300	600	800	800	900	850	850
Milho	650	690	750	1.500	2.000	2.000	2.520	2.465	2.465
Palmito	-	-	-	10	10	10	15	15	15
Palmito	-	-	-	250	250	250	375	375	375

Os dados da Tabela 4 demonstram como ficou a atividade agrícola no município de Faina entre o período existente da Sertão Mineração Ltda. e onde não teve nenhuma atividade aurífera. Os anos de 2000 a 2003 classificam-se como período intervalar e entre 2004 e 2008, em exercício. Há uma variação nos números, porém é notável um crescimento para alguns alimentos, em especial o período entre 2000 e 2003. A faixa de produção é pouca expressiva em relação aos anos seguintes (2004 a 2008). Com exceção do mamão e do feijão, que apresentou um índice decrescente do ano 2000 para 2001, os outros intensificaram suas produções nos anos seguintes. O milho, a mandioca, a banana e o arroz representaram maior variação na tabela, destacando-se entre os anos de 2003 e 2008. O gráfico na Figura 11 demonstra essa variação:

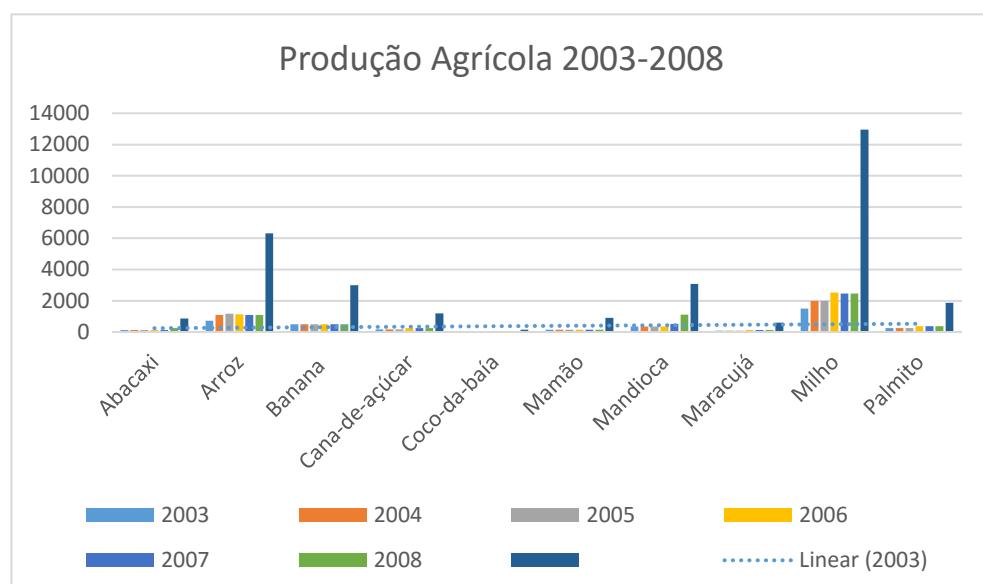


Figura 11 Gráfico da Produção Agrícola entre anos 2003-2008. Fonte: Adaptação (IMB/SEGPLAN, 2018).

Como se vê, o cultivo do arroz, do milho, da banana e da mandioca foram os alimentícios que se destacaram. Embora haja variações, é um incremento comparado à produção mineral com destaque expressivo para os anos 2004, 2005 e 2006. As atividades cultivadas se mantiveram, com exceção do cultivo de milho, que cresceu no ano de 2006 e a mandioca no ano de 2008. A exposição desses dados aponta que a mineração pode ter influenciado também

nesse setor produtivo, uma vez que os dados demonstram um salto significativo do ano de 2003 para o ano de 2004 que, como exposto, é o ano de maior de arrecadação da produção mineral pela CFEM.

Assim como a produção agrícola, a pecuária apresentou variação nos anos intervalares e nos respectivos anos da mineração aurífera, onde houve um crescimento, porém, não tão expressivo, como demonstram os dados abaixo;

Tabela 5 Relação de efetivos bovinos entre os anos 1998 a 2008. Fonte: Adaptação (IMB/SEGPLAN, 2018)

Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Qt. Bovin os	117.8 80	120.9 30	121.9 50	125.0 00	120.8 22	131.4 14	134.2 25	140.8 50	146.4 85	142.9 00	145.8 00

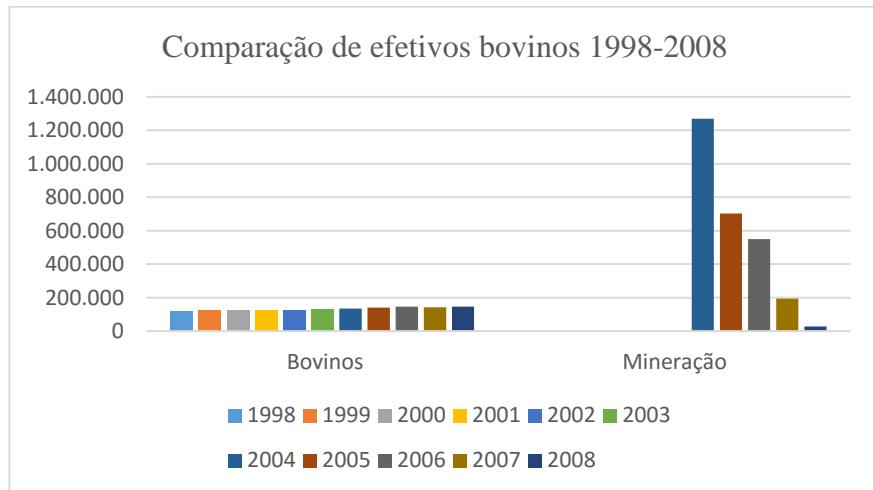


Figura 12 Gráfico do Efetivo de bovinos e mineração aurífera. Fonte: Adaptação (IMB/SEGPLAN, 2018)

Nestes dados, o efetivo de bovinos apresenta durante os anos uma escala estável; o período em destaque se deu quando a Sertão Ltda. estava presente no município. Entretanto, esse correspondente não foi tão expressivo em relação aos anos anteriores (período intervalar), em que não houve a atividade aurífera.

## 2.2.2. Aspectos históricos e econômicos no período da *Orinoco Gold* (2015-2017)

Com o fim da produção do ouro em 2008, Faina vivenciou um período de estagnação dessas atividades por sete anos. No ano de 2015 o jornal Diário de Goiás – *online*, anunciava

uma nova fase da mineração no município de Faina. Em nota, o jornal divulgava o contrato de instalação da mineradora australiana *Orinoco Gold* ao público um investimento total de 39 milhões de reais no projeto, que previa o início da extração para o mesmo ano, encontrando-se em atividade até 2019 (MATOS, 2015, *online*).

Com a promessa de um tempo próspero, reunião entre parlamentares, governador do estado, prefeito do município de Faina, vereadores, secretários e representantes da empresa estrangeira no Brasil, anunciaram e assinaram o projeto *Mina Cascavel Faina-Estado de Goiás* no Palácio do Governador (na gestão de Marconi Perillo), com o propósito de que assegurasse os próximos anos de produção, contribuindo para a renda do estado de maneira sustentável: “Será um projeto duradouro, sustentável, também existem outros minerais a serem explorados como cobre. Como o minério é finito, felizmente teremos mais décadas de extração, gerando assim empregos”, destaca Perillo (MATOS, 2015, - *online*).

A área para a realização da atividade, no qual se insere o Projeto Mina Cascavel localiza-se nas fazendas do Mestre e Curral de Pedra, compreendendo um total de 24.720,38 m<sup>2</sup>. Conforme o texto do projeto da planta piloto, o depósito Cascavel tipo *greenstone Belt* tem probabilidade de beneficiamento de 50.000 t/ano, com teor médio de 6,25 g/t, no qual os recursos minerais permitem projetar a vida útil da mina para 8 anos.<sup>37</sup>

As mineradoras passam a significar para as regiões onde se instalaram uma promessa de melhoria no setor econômico e geração de empregos para a população, como vimos nos parágrafos anteriores. Analisaremos a seguir o quadro econômico do município de Faina no período de atuação da mineradora Orinoco Gold. Para tanto, iniciaremos verificando o setor de empregabilidade para os anos 2009 e 2017, no período sem atividade e na atual da exploração em Faina pela mineradora Orinoco Gold:

Tabela 6 Relação da empregabilidade em Faina 2009 e 2017. Fonte: Adaptação (SEGPLAN/IMB, 2018)

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Admitidos</b>	63	68	158	71	101	140	120	202	228
<b>Desligados</b>	80	40	183	88	88	153	127	199	154
<b>Empregos</b>	612	658	750	623	752	698	732	676	733
<b>Rend. Médio</b>	653,73	753,49	782,24	815,42	1.150,02	1.102,33	1.221,40	1.337,33	1.847,65

Conforme os dados apresentados acima, podemos observar dois momentos: o período intervalar – 2009 a 2015 – em que não houve a atividade mineratória verificou-se que o número de desligados sobressaiu em relação aos admitidos. Os anos de 2016 e 2017, em fase de

<sup>37</sup> Projeto piloto da planta mina Cascavel/Curral de Pedra enviado ao IPHAN.

atividade pela empresa Orinoco Gold, houve uma superação dos admitidos. O que nos leva a acreditar numa determinada colaboração da chegada dessa empresa na esfera econômica, já que o ano de 2017 revelou maior crescimento na área de admitidos e do rendimento médio, que mostrou um salto considerável, como pode ser visto no gráfico abaixo:

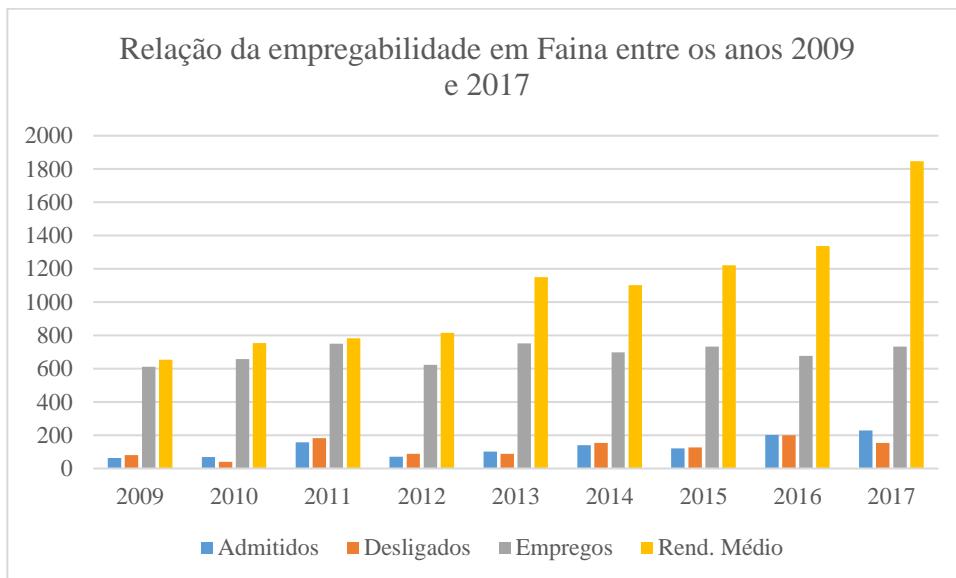


Figura 13 Tabela da Relação da empregabilidade em Faina 2009 e 2017  
Fonte: Adaptação (SEGPLAN/IMB, 2018)

Conforme o gráfico nº 05, a oferta de empregos, ao que parece não sofreu tanto impacto, já que foi notável sua estabilidade que mostrou seu nível mais alto nos anos de 2013 e 2011, sobrepondo-se ao ano de 2017 que apresentou destaque na oferta de emprego no período de atividade a partir do ano de 2015. Sobretudo, não se pode ter essa conclusão sobre o rendimento médio, que cresceu consideravelmente durante a mineração. Esse acréscimo pode evidenciar que a empresa em atividade precipitou aumento na questão salarial, mas isso não significa que repercutisse na taxa de empregos, já que os números praticamente se mantiveram durante esse processo. Contudo, se comparados, o processo mineratório anterior – Sertão Mineração Ltda. (2003 a 2008) e o atual Orinoco Gold (2015), são evidenciadas algumas variações a respeito da questão do emprego. No processo mineratório corrente observou-se que a faixa de empregos apresentou um crescimento em relação ao anterior, variando entre 733-732 (Orinoco) e 690-655(Sertão). A taxa de desligados no período atual é menor que a de admitidos. Em contrapartida, o período que a mineração Sertão Ltda. atuou em Faina teve maior número para desligados do que admitidos, segundo os dados do gráfico da Figura 13 e a Tabela 6.

Da exploração de substâncias minerais que utilizam mão-de-obra humana, a mineração de ouro é a segunda atividade mais expressiva do estado de Goiás na contratação de

trabalhadores, como tem sido observada nos últimos anos. Esse número tem crescido, com alguns momentos de estabilidade. O ano-base 2017 demonstra um destaque, com 2.705 pessoas contratadas no trabalho de mineração de ouro, equivalendo ao percentual de 18,2 % no Estado de Goiás.

No período da Orinoco Gold, o ano-base 2016 apresenta um quadro de 135 pessoas contratadas equivalendo ao percentual de 0,9%. Já o ano base 2017, esse número cai para 69 pessoas (0,5%) e Faina parte para a terceira posição na mão-de-obra utilizada do grupo de exploração de ouro em Goiás.

Conforme o documento *Desempenho do Setor Mineral*, os dados evidenciam que Faina não alcança expressividade na contratação de mão-de-obra utilizada quando comparadas a outros municípios onde se realizam ou realizaram mineração de ouro. Na contratação de mão-de-obra no setor mineral, apenas o município de Crixás foi destaque na contratação para atividades de mineração de ouro. Esses dados foram verificados nos respectivos anos de mineração no município de Faina. A tabela abaixo

Tabela 07:

Tabela 7 Destaques em mão- de- Obras utilizadas em áreas de títulos de Lavra, por município em Goiás – substância ouro.  
Fonte: Adaptação (DNPM, 2019)

Municípios	Ano base	Mão de Obra	
		Quantidade	(%)
Crixas	2006	859	9,03
Crixas	2007	957	10,06
Crixás	2016	2.740	17,46
Crixás	2017	1.503	10,14

A tabela acima exibe os dados referentes aos municípios que se destacaram em contratação de mão-de-obra utilizadas em lavra de mineração de ouro no estado de Goiás durante o mesmo período em que Faina também exercia tal atividade. Como é percebido, Crixás, aparece como o único município que apresentou expressividade nesse setor. Ressalta-se também que os anos informados representam apenas os anos em que se verificou a existência da mineração aurífera em Faina, por serem informações favoráveis ao cruzamento e entendimento do impacto que a indústria do ouro gera ou não pro município de Faina. Nas tabelas a seguir, podemos observar a participação de Faina em relação a outros municípios na contratação de mão- de-obra para o setor aurífero, entre os anos base 2016 e 2017.

Tabela 8 Mão-de-obra em áreas de títulos de lavra por substância/Município – Ouro, ano-base 2016. Fonte: Adaptação (DNPM, 2016).

Municípios	Ano base 2016	Quantidade	Mão de Obra (%)
Crixas	-	2.740	17,5
<b>Faina</b>	-	<b>135</b>	<b>0,9</b>
Cavalcante	-	5	0,1
Mara Rosa	-	17	0,01

Tabela 9 - Mão-de-obra em áreas de títulos de lavra por substância/Município – Ouro, ano-base 2017. Fonte: Adaptação (DNPM, 2017)

Municípios	Ano base 2017	Quantidade	Mão de Obra (%)
Crixas	-	1.495	10,1
Cavalcante	-	11	0,1
<b>Faina</b>	-	<b>69</b>	<b>0,5</b>
Mara Rosa	-	18	0,1
Pilar de Goiás	-	1.112	7,5

As tabelas exibidas acima apresentam a relação de mão-de-obra em áreas de títulos de lavra por substância e município, nos anos-base 2016 e 2017 (período de atuação da empresa Orinoco Gold) e permite compará-la em relação a outros municípios. Conforme observamos, houve um salto de 2016 para o ano de 2017: decresceu de 135 para 69 trabalhadores contratados, o que pode também evidenciar uma queda na produção do ouro. Porém, os dados da CFEM mostram o contrário. Se comparado aos municípios de Crixás e Pilar de Goiás, a mineração em Faina apresenta um número bem inferior na oferta de empregos, em todos os períodos. E isso pode evidenciar que ela seja um número participativo na renda do município, porém não significa ser o principal.

Em relação ao setor pecuarista no período da mineração entre os anos de 2009 e 2017, observemos a tabela abaixo:

Tabela 10 Relação de efetivos bovinos entre os anos 2009 a 2017 Fonte: Adaptação (IMB/SEPLAN, 2018)

Ano	Quantidade de Bovinos (cab)
2009	150.170
2010	153.925
2011	155.000
2012	160.140
2013	160.000
2014	169.000
2015	173.582

2016	187.308
2017	183.091

Se compararmos do final da atividade de mineração anterior à atual, percebemos que houve uma evolução progressiva, o que caracteriza um registro importante sobre essa observação. Quando analisada, percebemos que no ano de 2008 - último ano de trabalho da Sertão Ltda. - o efetivo de bovinos totalizava 145.800 cabeças e eleva-se no ano posterior para a soma de 150.170, crescendo continuamente até o ano de 2016 (187.308) e sofreu uma pequena variação no ano de 2017 (183.091). O gráfico abaixo demonstra essa análise:

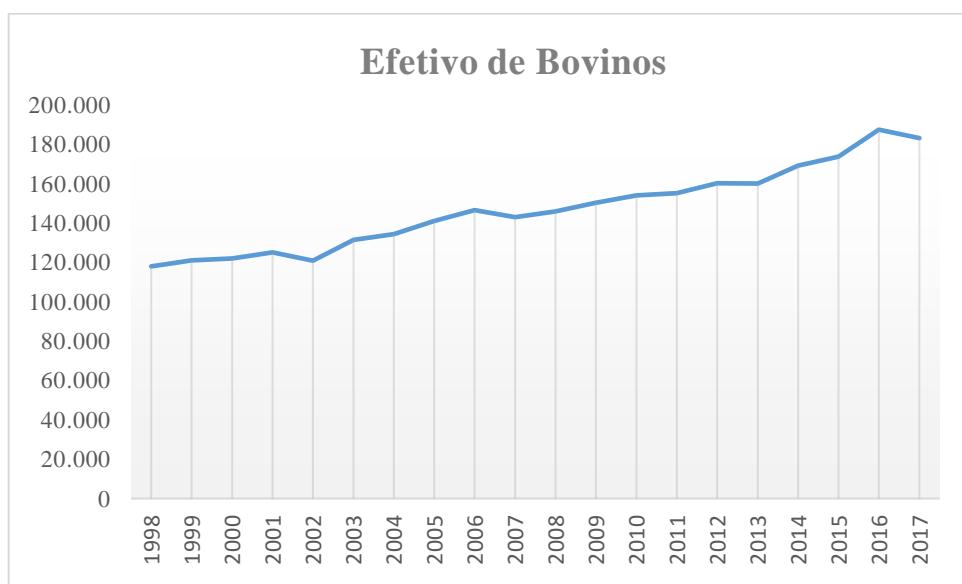


Figura 14 Gráfico do efetivo de Bovinos nos períodos das mineradoras Sertão Ltda. (2004-2008) e Orinoco Gold (2015-2017). Fonte: Adaptação (SEGPLAN/IMB, 2018)

A demonstração acima nos permite uma melhor visualização de como se apresentou esse setor durante os dois últimos períodos de exploração no município de Faina. Como já destacado, foi verificado que a evolução de efetivos se fortaleceu nos anos em que as mineradoras estavam em atividade, sobretudo para o ciclo atual (Orinoco Gold), onde ficou evidente esse resultado. Esse desfecho nos levaria a concluir que a mineração atual teria causado maior impacto nesse setor em relação à atividade da Sertão Ltda. Contudo, os dados da arrecadação da CFEM mostraram uma perspectiva diferente. Os números de arrecadação da CFEM (em específico para os anos de 2004 e 2005) são maiores que os que podem ser vistos nos anos 2016, 2017 e 2018 (período atual), como demonstra o gráfico abaixo:

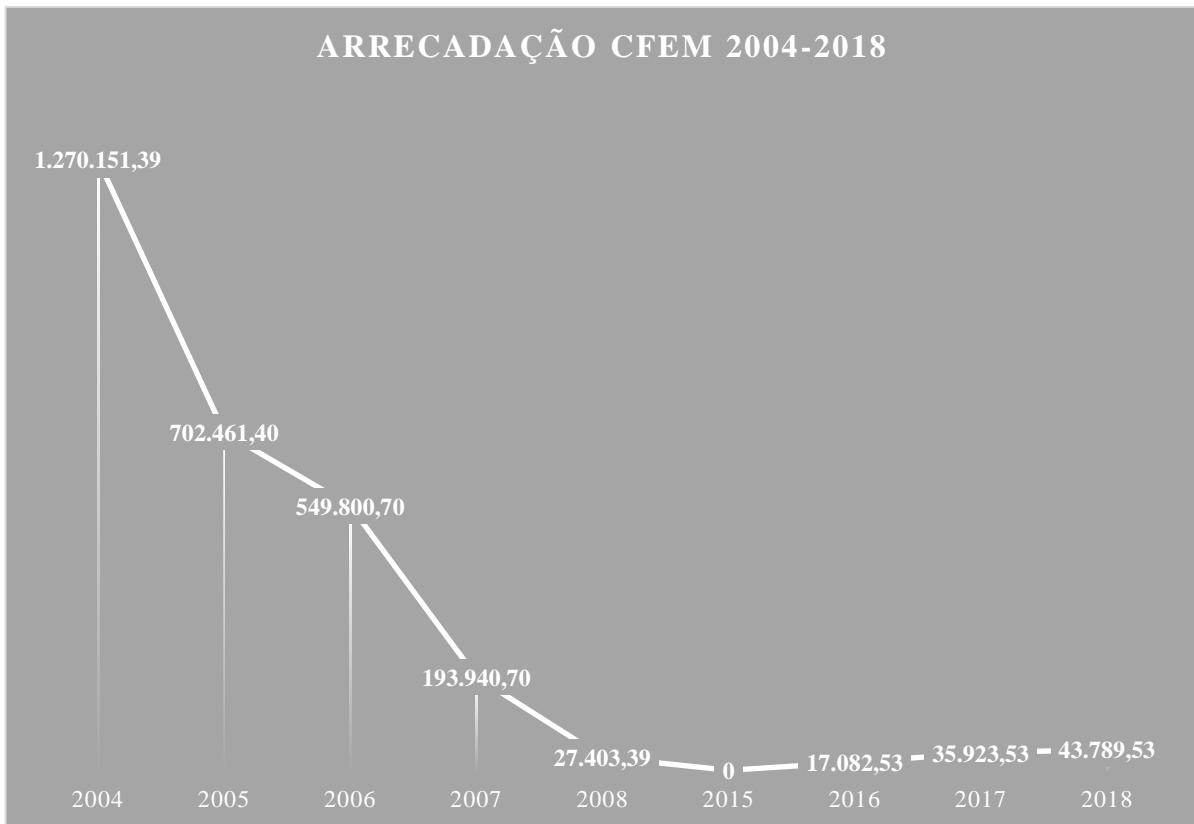


Figura 15 Gráfico da comparativo de arrecadação da CFEM nos períodos da Sertão Ltda. (2004-2008) e Orinoco Gold (2015-2018). Fonte: Adaptação (DNPM, 2018)

A Compensação Financeira de Exploração Mineral arrecadou um valor de R\$ 1.270.151,39 no ano de 2004. Esse resultado foi superior a quaisquer outros anos das atividades seguintes. Avaliando a progressão da cadeia pecuária entre os anos de 2003, 2004 e 2005, pouco se modificou.

Se comparados, os dois processos mineratários – Sertão Mineração Ltda. (2004 a 2008) e Orinoco Gold (2015) – evidencia-se que em relação à pecuária houve um crescimento durante os anos da presença da mineradora Sertão Ltda., mesmo apresentando algumas variações no quantitativo. Cresceu de 117.880 em 1998 para 134.225 no ano de 2004. Entretanto, o que se percebe é que esse crescimento já acenava uma evolução, pois desde o ano de 2003 apresentava o quantitativo de 131.414. Dessa forma, entende-se que no período em atividade não apresentou um correspondente tão superior ao período intervalar, como pode ser verificado no Gráfico da Figura 15. Se observarmos o final da atividade de mineração da Sertão Ltda. a Orinoco Gold, percebemos que houve uma evolução progressiva. No ano de 2008, o efetivo de bovinos totalizava 145.800 e passava no ano posterior para a soma de 150.170, crescendo continuamente até o ano de 2016 (187.308), sofrendo uma pequena variação de queda apenas no ano de 2017 (183.091). Os dados nos mostram que a mineração atual parece

ter causado maior impacto nesse setor em relação à atividade da Sertão Ltda. Porém, entende-se que houve também uma evolução contínua da pecuária, logo, não necessariamente uma consequência dos processos mineratórios.

Na tabela abaixo observamos como se deu esse quadro no setor pecuarista nos municípios da microrregião do Rio Vermelho e a evolução percebida em Faina.

Tabela 11 Relação da Pecuária na microrregião do Rio Vermelho entre 1998 e 2008. Fonte: Adaptação (IMB/SEGPLAN, 2019)

Municípios	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Araguapaz</b>	106.190	108.635	125.500	127.830	150.180	140.712	145.630	155.470	164.640	175.500	178.400
<b>Goiás</b>	207.140	211.290	214.200	219.170	236.110	233.383	239.220	230.750	241.280	242.200	245.100
<b>Jussara</b>	333.960	341.640	346.770	355.900	363.015	365.320	378.690	370.230	388.740	350.600	340.100
<b>Itapirapuã</b>	219.860	225.355	228.060	232.050	236.460	237.330	245.630	235.100	243.500	245.150	253.100
<b>Faina</b>	<b>117.870</b>	<b>120.930</b>	<b>121.950</b>	<b>125.000</b>	<b>120.822</b>	<b>131.414</b>	<b>135.225</b>	<b>140.850</b>	<b>146.485</b>	<b>142.900</b>	<b>145.800</b>
<b>Britânia</b>	105.070	107.380	117.900	120.080	137.477	144.766	150.260	150.100	155.100	148.350	153.220
<b>Santa Fé</b>	96.990	99.700	101.400	103.470	120.677	124.920	129.290	130.560	135.780	125.900	126.400
<b>Aruanã</b>	195.500	200.070	200.570	204.360	205.630	205.000	228.488	232.500	243.050	245.850	255.350

Conforme os dados expostos na tabela entre os anos 1998 a 2008, os municípios Araguapaz, Goiás, Faina e Santa Fé, até o ano de 2008, não apresentaram nenhuma variação. O município de Jussara decresceu nos últimos anos (2007 e 2008), caindo de 350.600 cabeças para 340.000. Itapirapuã, no ano de 2005, apresentou números inferiores aos demais anos. De forma geral, todos os municípios pertencentes à microrregião do Rio Vermelho cresceram continuamente, apesar de algumas variações, mas ainda não sobressaiu-se a faixa de crescimento. Observa-se também que o setor pecuarista de Faina é uma atividade pequena se comparado às produções de Goiás, Itapirapuã, Jussara e Aruanã, que foram os maiores produtores da microrregião nesses anos analisados. Porém, os anos seguintes demonstram uma diferença maior para alguns municípios, de acordo com os dados abaixo:

Tabela 12 Relação da Pecuária na microrregião do Rio Vermelho entre 2009 e 2017. Fonte: Adaptação (IMB/SEGPLAN, 2019)

Municípios	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Araguapaz</b>	183.750	185.400	155.730	162.730	160.700	167.000	163.988	175.851	174.283
<b>Goiás</b>	252.680	257.730	273.000	282.290	278.000	278.000	275.708	302.218	297.736
<b>Jussara</b>	350.620	394.569	366.000	347.700	340.000	361.000	413.074	375.421	378.283
<b>Itapirapuã</b>	121.750	124.185	110.000	109.000	105.000	103.000	102.017	103.368	105.709
<b>Faina</b>	<b>150.170</b>	<b>153.925</b>	<b>155.000</b>	<b>160.140</b>	<b>160.000</b>	<b>169.000</b>	<b>173.582</b>	<b>187.308</b>	<b>183.091</b>
<b>Britânia</b>	157.960	161.750	161.500	162.500	162.000	136.000	129.476	133.828	139.391

<b>Santa Fé de</b>	130.195	132.145	124.000	127.300	115.000	110.000	110.754	121.801	117.290
<b>Aruanã</b>	263.250	266.935	267.000	262.000	250.000	246.000	236.929	206.628	260.602

Nos últimos nove anos, os dados demonstraram maiores variações com grandes índices decrescentes em relação aos anos anteriores. No entanto, alguns municípios como Jussara, Goiás e Aruanã conseguiram se estabilizar mesmo com as variações. Apesar da pouca expressão em relação aos demais municípios, Faina foi único que permaneceu estável, com exceção do ano de 2017, quando a atividade decresceu. O gráfico abaixo demonstra esses dados:

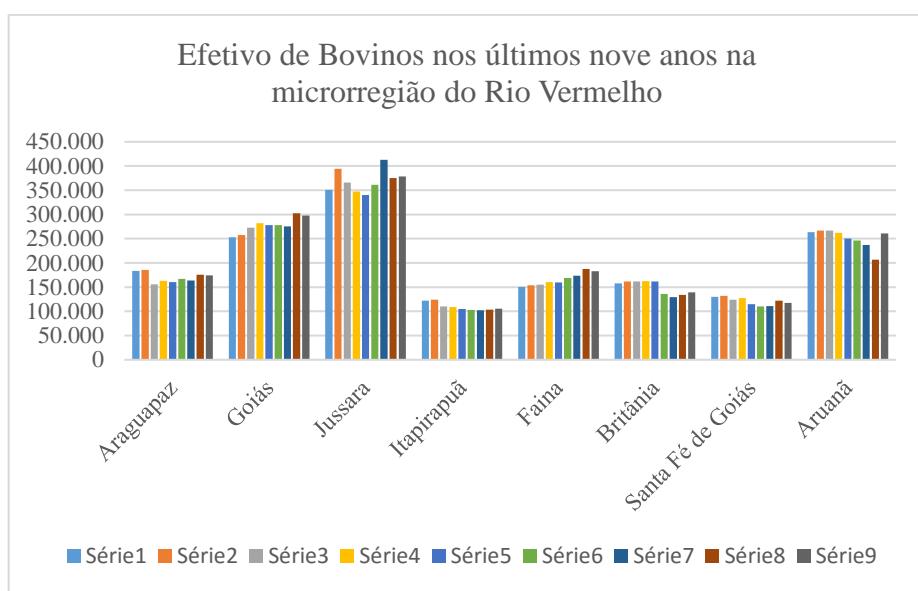


Figura 16 Gráfico do efetivo de Bovinos na microrregião do Rio Vermelho. Adaptação (IMB/SEGPLAN, 2019)

De acordo com o gráfico, Faina demonstrou índices de uma evolução ao longo dos anos, que coincidentemente foi intensificada nos anos de 2016 e 2017. Isso nos leva a questionar se tal resultado foi ocasionado pela presença da mineradora Orinoco no município ou por consequência do cenário brasileiro em relação à atividade pecuarista. Segundo o IBGE (2016), no ano de 2016 a Pesquisa da Pecuária Municipal divulgou o resultado para o efetivo de bovinos o total de 218,23 milhões, o que representou um aumento de 1,4% em relação ao ano de 2015.

Conforme os dados exibido no PPM, o efetivo de bovinos entre os anos de 1985 a 2016 apresentou uma variação com quedas e aumentos entre os anos apresentados e ainda assim continuou na margem de crescimento, como se observa no ano de 2007, e seguiu crescendo nos anos posteriores até 2012, quando se nota a última queda (IBGE, 2016). Esse quadro também pode dialogar com as informações sobre a microrregião do Rio Vermelho, no qual também se observou essa variação para alguns municípios nesses anos, mas ainda verificando aumento na

produção em determinados anos. O crescimento nesse setor também pode ser facilitado pela proximidade a centros agroindustriais, áreas favoráveis e também pela instalação de frigoríficos. Como o caso de Aruanã e Araguapaz, que se situam próximos ao município de Mozarlândia, onde está instalado uma das unidades do frigorífico JBS.

Em escala nacional, o centro oeste representou a região com maior criação de gado, somando 34,4% do total entre as grandes regiões: um aumento de 3,3% em relação ao ano de 2015. Desse percentual na região centro-oeste, Mato Grosso lidera com 13,9% da somatória nacional, seguido de Minas Gerais (10,8%), Goiás com 10,5% e Mato Grosso do Sul, com 10,0%. Nesta ordem, podemos compreender que Goiás ocupava o terceiro lugar na produção de bovinos no país (IBGE, 2016).

No ano de 2017, o censo agropecuário realizado pelo IBGE revelou um total de 214,9 milhões de cabeças para a produção anual no país. Influenciado pela baixa no preço da arroba e do bezerro, esse valor demonstrou uma queda de 1,5 % em relação ao ano de 2016, que havia apresentado aumento. No entanto, a região continuou liderando como maior produtor de bovinos, enquanto Goiás subiu para o segundo estado representante do setor em escala nacional, com um total de 22,8 milhões de cabeças de gado. Por um lado, esse cenário na produção nacional pode ter refletido a atividade da pecuária em Faina, mas, por outro, é preciso ressaltar que a maioria dos municípios apresentou um aumento no ano de 2017.

O gráfico abaixo mostra a receita do município de Faina entre os anos de 2007 e 2018, o que nos permite ver a variações durante os dois últimos anos da mineradora Sertão Ltda., o período intervalar que segue de 2009 a 2015 e, também, no período da mineradora atual Orinoco Gold<sup>38</sup>:

---

<sup>38</sup>Conforme os dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Município do Estado de Goiás, só estavam disponíveis a partir do ano de 2007.

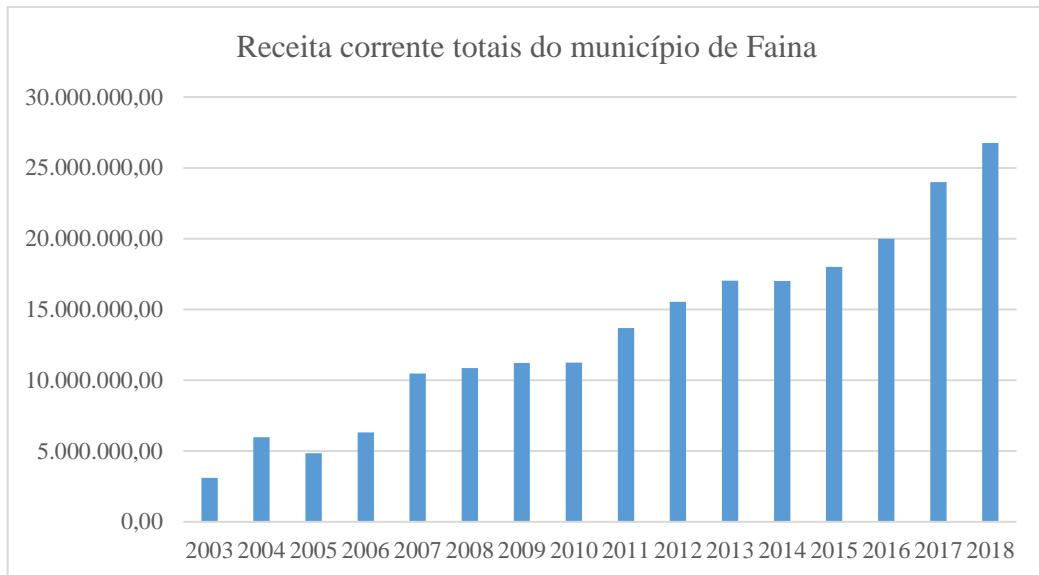


Figura 17 Gráfico da receita corrente totais do município de Faina entre os anos 2003 e 2018. Fonte: Tribunal de Contas dos municípios do Estado de Goiás (2019)

Conforme os dados, observa-se que as receitas apresentaram um crescimento contínuo. Os anos de 2007 e 2008 praticamente permaneceram, porém os anos seguintes continuaram a crescer, como se observou entre os anos de 2009 a 2015 (anos sem a presença da mineradora no município).

## CAPÍTULO III. PERCEPÇÕES DA PRESENÇA DA MINERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FAINA.

Nas linhas deste capítulo serão discutidas as subjetividades: impressões e conclusões de pessoas que viveram a dinâmica mineratória (alteração nas paisagens, problemas ambientais, dificuldades, facilidades). Também serão demonstradas as expectativas que são criadas em torno da atividade do ouro, com ênfase às entrevistas realizadas com os moradores do município de Faina que vivenciaram os ciclos mineratórios trabalhados nessa pesquisa.

### 3.1. Da elaboração dos instrumentos da pesquisa em campo

Nos capítulos anteriores trabalhamos os aspectos históricos e socioeconômicos do município de Faina no contexto das atividades de mineração entre os anos 1987 e 2015. São pertinentes para as discussões que se desenvolverão no decorrer deste terceiro capítulo.

Trabalharemos no primeiro momento, as entrevistas em diálogo com os aspectos econômicos do município de Faina, em que analisamos as opiniões dos moradores entrevistados sob a perspectiva das coisas positivas levadas à Faina através desses processos mineratórios e que se enquadram sob as perguntas *1)Quais as coisas positivas a mineração traz/trouxe para Faina? e 2)Na sua opinião, a mineração é a única fonte de renda para Faina?* Nesse mesmo enfoque, o segundo momento desse capítulo tratará de compreender os sentidos construídos, resultante dos impactos socioambientais as quais essas populações foram submetidas.

Na tabela abaixo, observemos:

Tabela 13 Ciclos da mineração de ouro em Faina. Fonte: adaptação entrevistas

Períodos mineratórios	Ciclos	Anos	Formas de extração
Mineração colonial	1º	XVIII –XIX	Manual/escravizada
Garimpo particular	2º	1987 – 1990	Dragagem
Sertão Ltda.	3º	2003 – 2008	Industrial/céu aberto
Orinoco Gold	4º	2015 - Atual	Industrial/subterrânea

Os períodos mencionados que referem- se ao recorte desta pesquisa incluem as fases da mineração no ano de *1987 a 1990* (entendida aqui como segundo ciclo). Esse processo foi

caracterizado pelo exercício do *garimpo particular*, cujas atividades ocorreram às margens dos córregos (Gorinos, Rio Vermelho, córrego do Feixe, Rio do Peixe) com ouro em Faina. Esses nomes citados localizam-se nas imediações de Santa Rita (distrito de Faina). Posteriormente ocorre a terceira fase, já no início deste século, entre os anos de 2003 e 2008. Liderado pela cooperativa *Sertão Mineração Ltda.*, denominou o projeto de exploração da mina Sertão, localizado na Fazenda Cubatão e na região do Chupé (Axupé), nas proximidades da Lua Nova, conhecida como mineração a céu aberto. O quarto ciclo ainda está em atividade, tendo sido iniciado no ano de 2015, sob direção da mineradora australiana *Orinoco Gold*, pela implantação do projeto Mina Cascável. As últimas duas atividades são de denominações industriais. Dizemos que o ano de 1987 a 1990 corresponde ao segundo ciclo mineratório, porque entendemos que a exploração que existiu no período colonial (Século XVIII) corresponde à primeira fase da mineração no/do município de Faina. Assim, é a partir do segundo ciclo que se insere o recorte temporal dessa pesquisa.

Nas fontes utilizadas nessa parte da pesquisa procurou-se verificar o segundo e terceiro nível de história ambiental defendidos por Worster (1991) em seu trabalho *fazer história ambiental*. Assim, serão analisadas nas entrevistas as impressões e sensibilidades da comunidade local com relação à percepção econômica no âmbito desses processos mineratórios, no qual se entende como o segundo nível os “aspectos socioeconômicos na medida em que interage com o ambiente” (WORSTER, 1991, p. 202). Desse nível, podemos compreender que as pessoas reformulam as relações sociais no processo de transformação da natureza, ou seja, trata-se de entender que as formas produtivas determinam não só o modo de organização de cada sociedade, mas também suas formas de usos dos recursos naturais (WORSTER, 2003). O terceiro nível perpassa pelo campo “em que as percepções, ideologias, éticas, leis, mitos, tornaram-se parte de um diálogo com indivíduos e de grupos com a natureza” (WORSTER, 2003, p. 26). Esse terceiro nível, que o autor considera inatingível por estar associado ao campo mental, trata das compreensões de mundo, que segundo as construções singulares por cada indivíduo ou grupo, definem comportamentos e os fins que se impõe à natureza. O modo analisar as experiências da comunidade de Faina no âmbito desses processos mineratórios, poderá nos dar compreensão de sentidos, valores emocionais e econômicos, estratégias que essa população recriou a partir do uso da natureza de Faina, de um diálogo dessa comunidade com a natureza.

Antes de darmos início ao tratamento dos dados, ressalta ser necessário exibir informações que são caras a esta pesquisa, como por exemplo, como decorreu o processo de

recrutamento dos entrevistados e formas detalhadas a respeito da estruturação e realização do trabalho em campo. O recrutamento das pessoas e participação se deu de forma voluntária e foi elaborado segundo os períodos mencionados acima. Assim, entrevistamos parte dos moradores do município de Faina, com faixa etária entre 20 e 60 anos de idade. Essas pessoas se dividiram em dois grupos: pessoas diretamente ligadas aos processos de mineração (trabalhadores e ex-trabalhadores<sup>39</sup>); e não diretamente ligados (proprietários rurais, professores, comerciantes e trabalhadores (as) em geral).

No entanto, todos os entrevistados, de uma maneira ou de outra, foram afetados pela atividade minerária, envolvidos diretamente ou não envolvidos, pelas interferências causadas na economia, com uma forma de vínculo por outras vias, como aluguéis, comércio, entre outros. Indiretamente, essas pessoas são impactadas pela presença dessas empresas industriais que se instalam nas pequenas cidades. Não se trata aqui de fazer a defesa de que sejam positivas ou negativas tais presenças, mas de explicar como vínculos indiretos daqueles que não estão diretamente envolvidos, porém trabalharam ou trabalham como fornecedores de insumos para a empresa da mineração no município<sup>40</sup>.

O universo de amostragem compreende um total de 18<sup>41</sup> participantes entrevistados, que serão trabalhados no decorrer desta pesquisa. Todos são moradores da região de Faina, com exceção de dois funcionários da empresa Orinoco Gold, que atestaram estar em Faina em decorrência do trabalho, porém não são moradores do município.

A elaboração dos questionários atendeu a duas projeções de questões que tiveram como intuito atingir a população diretamente ligada à produção de ouro em Faina e a população não diretamente ligada à mineração. No entanto, essas questões não se diferem para os seus respectivos públicos: foi apenas em nível de organização, quando àqueles que trabalharam nas minerações, pudéssemos fazer perguntas específicas que não haviam necessidade de perguntar para quem não trabalhou.

---

<sup>39</sup>Nessa categoria também se incluem os proprietários das terras garimpadas/mineradas e que também trabalharam no período da mineração em suas terras.

<sup>40</sup> Podendo ser um comerciante cujos produtos alimentícios são diretamente vendidos para um restaurante ou uma frota de caminhões, entre outras.

Tabela 14 Questões direcionadas aos participantes da pesquisa. Fonte: Questionário aplicado aos entrevistados (2018)

1) <i>Quais as coisas positivas a mineração traz/trouxe para Faina?</i>
2) <i>Na sua opinião, a mineração é a única fonte de renda para Faina?</i>
3) <i>Quais as coisas negativas você percebe que a mineração traz/trouxe para o município de Faina?</i>
4) <i>O que você sabe sobre impactos ambientais?</i>

As questões exibidas na tabela 14 ilustram o questionário aplicado no processo de realização das entrevistas e serão analisadas no desenvolvimento deste capítulo. A escolha dessas perguntas justifica-se pela intenção de acessar as lembranças desses moradores sobre a experiência compartilhada no interior desses processos mineratórios.

### 3.2. As expectativas socioeconômicas na relação comunidade-mineração

A questão trabalhada nesse tópico teve a intenção de saber dos moradores de Faina suas impressões em relação às transformações (positivas ou não) promovidas pelos períodos mineratórios. As respostas dos entrevistados deram ênfase às questões *empregabilidade, desenvolvimento, aumento de renda e a melhora na infraestrutura* do município<sup>42</sup>.

Tabela 15 Percepção dos moradores sobre as coisas positivas Fonte: Dados extraídos das entrevistas (2018)

Coisas Positivas	Número de Part.	Número de part.
Aumento de Renda	5	4
Empregabilidade	8	7
Melhora na infraestrutura	3	4
Conhecimento	3	-
Desenvolvimento	3	5
Não viu coisas positivas	1	1

Percebemos na tabela nº 15 o destaque para a questão *empregabilidade* entre as demais. É mencionada em maior número de vezes, de acordo com as respostas obtidas, tanto para os participantes que pertencem ao grupo *sem vínculo*, quanto das populações *com vínculo*

<sup>42</sup>Diante do proposto pela pesquisa - investigar as percepções em relação à transformação da paisagem projetados por meio de suas experiências - decidimos por apresentar as entrevistas de forma geral e não separar por período específico: garimpo e mineração industrial. Assim, os grupos foram separados somente em pessoas diretamente ligadas a esses processos de mineração e não diretamente ligadas, no sentido de identificarmos quais sentimentos exprimem essas pessoas: quando se veem dependentes desses processos e quando não veem.

às atividades da mineração. Logo após, aparece a categoria *aumento de renda*, ocupando o segundo posto, seguido da categoria *desenvolvimento*. Nesse primeiro momento, as percepções dos moradores evidenciam que o município foi impactado positivamente por esses processos mineratários, em especial pelo aumento de empregos, como foi destacado e que serão demonstrados logo abaixo.

Conforme podemos observar, a questão *empregabilidade* foi a que mais obteve respostas, sendo 8 pertencendo ao grupo de Participante com vínculo (PCV) e 7 ao grupo Participante sem vínculo (PSV). No trecho abaixo, é possível ver a resposta de um dos entrevistados à pergunta:

Oia, foi bom. [...] foi muito bom. Por quê?! Tem algumas coisas que eles deixaram pra gente como estrada, como eu já falei, estradas, uma rede de energia trivasi, o conhecimento que é o maior coisa que ninguém toma da gente, o conhecimento que eles deixo, né. A gente aprende muito, muito, muito. A gente teve muito problemas, documentação esses trem, a gente aprendeu, então, foi bom pra gente né. Tiro muito emprego na época na região muita gente que trabalhava aqui, trabalhador rural que hoje saiu pra fora, trabalhando em várias empresas tá bem, bem financeiro, e, eu acho que, em si foi bom, muito bom pá tudo, eu acho (E.3, E.4, 2018).<sup>43</sup>

O fragmento acima demonstra um sentimento de gratidão por parte do entrevistado, ao lembrar do período em que esteve participando da mineração. Recorda que acarretou benefícios como aumento de empregos, melhorias na infraestrutura do município, em específico na proximidade de sua propriedade rural e destacou o conhecimento adquirido, sobretudo em realizações burocráticas de documentação como principal ponto positivo.

Sobre as melhorias na infraestrutura mencionada pelo entrevistado, há que se ressaltar que são quase sempre possibilitadas por interesses próprios das empresas, pois são resultado da ação de grandes empreendimentos industriais, que consistem em favorecer tais melhorias nas rodovias, com o intuito de facilitar o fluxo de seus serviços para impulsionar a economia (GONÇALVES, MENDONÇA, 2015). Nesse caso em Faina, como citou entrevistado E.3, E.4 na passagem anterior sobre a organização das estradas para a região da Fazenda Cubatão, Faina-GO, no período de exercício da Sertão Mineração Ltda. Podemos entender como medida para facilitar o acesso às pessoas que por ela necessitavam do transporte. E continua:

Pra nois hoje, hoje nois vive é, a atividade nossa mudo, porque a gente, a gente é trabalhador rural, na época a gente era e é trabalhado rural, mas na época sinto até diferença, porque na época, é, o que mandava, o que falava a mineração, então a gente tinha uma dinâmica de mineração, a gente tinha uma porcentagem de [], de participação da empresa. Igual hoje não, hoje nois vive da atividade rural. [...] Gado. Leite e gado. Então essa é a diferença que tem hoje (E.3, E.4, 2018).

<sup>43</sup> As entrevistas E.3/E.4 referem-se a dois irmãos que foram entrevistados juntos por escolha dos mesmos, afirmando terem a mesma opinião sobre a mineração. Ressaltamos que embora tenha sido realizada em conjunto, apenas uma pessoa respondeu em maior parte as perguntas.

Nessa parte do depoimento, o entrevistado reafirma seu sentimento de pertença à atividade de mineração, porém percebemos o advento do tempo “próspero”, como é mencionado em vários momentos. O entrevistado não abandonou sua antiga atividade de renda, pois afirma que mesmo no período da mineradora exerceu as duas atividades e na ausência da mineração, sua vida seguiu com a prática da produção rural.

Ao perguntarmos ao entrevistado E.5, que fala a respeito da presença da empresa Orinoco Gold (2015), também traz em suas palavras a memória de que Faina apresenta melhorias a partir da chegada desta empresa, sobretudo na questão de empregos:

Olha, o lado positivo é o lado socioeconômico, que é mais emprego. Por que Faina mesmo é poucos empregos, né!? O pessoal é mais ligado a prefeitura, à supermercado, loja. Esse é o lado positivo. Gerou muito emprego e gera renda para a cidade. Como restaurante, hotel, borracharia, oficina. Tem uma grande geração de renda (E.5, 2018).

Como podemos perceber, as passagens acima confirmam que a questão do emprego foi eleita como o principal impacto positivo da mineração para Faina, como também vemos pela tabela nº 03, revelando maior números de respostas.

Não tinha mais jeito, é. Então, o foi que aconteceu, e só que na área do garimpo, na época do garimpo, o povo voltou o sentido de trabalho, só na área do garimpo. Aqueles que tinham propriedade, existia pessoas que tinham propriedade na região, precisava dum serviço em outra área da fazenda, era difícil demais de conseguir companheiro para trabalhar. Todo mundo foi pra lá. Muitas vezes, eu ia e buscava fora... Companheiros pra trabalhar nessas propriedades, pra roça um pasto, fazê uma roça, fazê coisas assim, sabe? Eles vinham né, chegava aqui, tava na área do garimpo, enquanto eles não ia visitar o garimpo, eles ainda trabalhava sabe? O dia que eles fosse lá na área, no garimpo, no outro dia eles falavam, não, eu vou é garimpar (E.1, 2018).

No fragmento acima, o entrevistado rememora a atividade garimpeira na década de 80. Relata que devido à atração exercida pelo trabalho nas minas pela busca do ouro, ocorreu uma falta de mão-de-obra para a realização de outras atividades de produção que, segundo ele, foi modificada com a intervenção do garimpo. Prossegue:

[...] Então, o garimpo bancava tudo, sabe!? Lá, garimpava, pegava o ouro, comprava aquilo que es podia produzir nas propriedades para a alimentação das famílias, né!?[...]É, é. Aí o povo desmotivou de plantar porque o garimpo veio como se fosse pra sempre e ganhava mais do que na própria propriedade (E.1, 2018).

O testemunho acima acentua o fato das apostas dos trabalhadores rurais locais que, em detrimento de suas ocupações tradicionais, alteraram até as formas de produção para o sustento familiar, se lançando à oportunidade de enriquecimento no garimpo. Entretanto, essa atitude

retrata o desejo comum que se criava nesse período pelo enriquecimento rápido, possibilitado a partir das buscas pelo ouro:

Existe uma ampla lista de razões pela qual um indivíduo se torna mineiro artesanal. Para muitos, a atração pelo ouro e a possibilidade de ficar rico rapidamente é o motivo mais forte. Muitos fazendeiros tornaram-se garimpeiros por acaso, simplesmente pela descoberta de ouro em suas terras. Contudo, a maioria dos garimpeiros é fruto da marginalização social e da falta de uma política rural justa e estruturada. Muitas pessoas provenientes de comunidades rurais extremamente pobres encontram na garimpagem a única opção econômica (VEIGA, *et al.*, S.d.).

Como escreveu Veiga (*et al.*, S.d.), era justamente o desejo de ganhar muito dinheiro num curto espaço de tempo que movia esses homens por rios, barrancos e máquinas adentro. Também deu-se na história de Serra pelada, conhecida como o formigueiro humano, em torno da busca pelo ouro no Pará na década de 80. Faina não foi um “formigueiro humano”, mas atraiu pessoas de povoados e cidades circunvizinhas como Tiririca, Matrinchã, Crixás, Goiás e Mozarlândia. Seguem evidências nas entrevistas abaixo:

Eu tinha um primo que tinha uma vida muito controlada, uma propriedade que era do povoado de Tiririca né; ele pegou, eles tinha lá uma chácara, tinha lá, que era terra do pai dele, mas tinha o pontim dele de fazê né, reformou o pasto, ele tinha umas vaquinhas boa de leite, tinha trator bom, eles tinha carro do ano. Envolveu com o garimpo, veio pra cá pra minha propriedade garimpar. [...] vou dizer uma coisa, quando terminou, fechou o garimpo, o que arrestou dele era só a propriedade que ele num tinha vendido porque era do pai dele. [...] única coisa. O gado dele tinha acabado, caminhonete, trator; tudo envorrido com garimpo (E.1, 2018).

[...] Alembro, tinha mais ou menos umas mil pessoas, na época lá. [...] Mas e, isso aí que trabalhava não, isso aí é que ficava lá, que na área não coube todo mundo, não cabia mesmo. Então, uma faixa de, depois que estabilizou o garimpo, ficou umas faixas dum, umas 80 pessoas, direto. [...], Não, daqui, acho que poucos; Mozarlândia, é, Crixás, Goiás, maior parte desse pessoal é dessas três. As vezes tinha alguns, tinha alguns daqui; Araguapaz tinha alguns, Matrinchã (E.15. 2018).

Como já foi amplamente discutido no início desse estudo, a mineração em Faina (conhecida por sua história inicial no século XVIII) e Santa Rita como um arraial aurífero nesse período, pode ter contribuído para as expectativas criadas em torno do garimpo. Um ambiente com uma trajetória aurífera e com a presença de pessoas garimpando naquele momento pode ter interferido nas apostas que fizeram os demais vizinhos ao migrarem pra região de Faina. É o caso do próprio E.15, apresentado acima, que afirmou ter se mudado e adquirido uma fazenda com o interesse no ouro. Contudo, não temos notícias se todos fixaram moradias na região após o final da atividade.

Apesar das respostas apresentadas acima indicarem uma visão positiva dos processos mineratórios ocorridos até aqui, percebeu-se que dois entrevistados não consideraram esses processos como principal condutor dos empregos e tampouco do aumento de renda do município de Faina. O entrevistado E.16, quando perguntado sobre as coisas positivas que os processos mineratórios teriam levado pra Faina, respondeu: “Não, num trouxe, ela não trouxe nada de positivo. O que ganharam aqui com exploração de ouro, eles gastaram tudo em bebedeira, cachaçada, tudo, eles num guardava ouro; só fazia memo pra farra, pra comprar carro novo, é esnobar. Mas por conta que, eles guardavam o minério, não (E.16, 2018)”.

Ao se lembrar sobre a mineração, o entrevistado também falou dos córregos no distrito de Santa Rita como principal veio para a atividade do garimpo em 1987. Indagamos este senhor se poderia mencionar o que via de positivo como resultado desse processo para o distrito, que, assim, nos disse: “Não trouxe nada de bom pra aqui, só trouxe exploração, depredação da natureza, mais nada.” No segundo período (2003-2008 - Sertão Ltda.), lembrou das reformas nas escolas e no hospital como sendo das poucas coisas positivas resultantes dessas atividades no município.

Sobre a atual mineradora, que se instalou em 2015, o entrevistado não havia emitido nenhuma opinião. Todas essas lembranças acima referiam-se aos processos passados, então perguntamos: qual é a opinião do senhor sobre a atividade da mineração atual em Faina?

O que eu penso dessa mineração do Faina, que ela não tá trazendo recurso para o Faina. Muito pouco. [...] Tá dando um servicinho para alguns aqui né, então não tá trazendo desenvolvimento nenhum para o Faina. Agora, tem umas pedras aqui que se fosse exploradas, o calcário né, que aí tinha como calcariar as terras que tivesse fraca, tem muito calcário aqui. Eles falam aí de por uma indústria de calcário aqui, mas até hoje não pois. É, os políticos, quando é época, tempo de política; vamo abrir o calcário, vamo abrir aquele... Nada, tudo é conversa de político (E.16, 2018).

O depoimento apresentado nos dá condições para pensarmos em que circunstância ocorre a relação entre empresas mineradoras, os políticos e a comunidade que recebe tais empreendimentos. Ocorre em torno de promessas sobre “progresso, desenvolvimento e da geração de emprego” e, conforme o observado na fala do entrevistado, tem como consequência um sentimento de desilusão.

Não por acaso, uma nota publicada pelo jornal online *Diário de Goiás* no ano de 2015, anunciava a apresentação do projeto Mina Cascável, da empresa Orinoco Gold (ciclo mineratório atual), ao então governador do estado de Goiás, Marconi Perillo e anunciava um investimento de 39 milhões de reais para a extração do ouro em Faina, sob um contrato firmado com o representante da Orinoco Gold no Brasil, Klaus Petersen e o então prefeito de Faina,

Paulinho do Lino. Em nota, as informações associavam ações positivas para a comunidade do município de Faina com a retomada de um novo ciclo de exploração do minério aurífero. Matos (2015) destacou que

O protocolo firmado entre o governo do Estado de Goiás e a empresa Orinoco prevê que seja realizada a instalação de unidade industrial que promova a exploração de ouro na cidade de Faina. Para que o mineral seja extraído, a previsão é que sejam investidos pela iniciativa privada R\$ 39 milhões. Durante a fase de implantação, a previsão é de gerar 15 empregos diretos e 65 indiretos. Quando a extração de ouro estiver sendo realizada, a expectativa é que gere 45 empregos diretos e 15 indiretos (MATOS, 2015, n.p.)

A possibilidade de construir um Museu da Mineração em Faina, também foi uma sugestão apresentada pelo governador Perillo; segundo ele, atuaria como contrapartida social, já que se tornaria um ponto turístico no estado de Goiás, atraindo visitações e gerando renda para o município.

Nesse sentido, considerando a fala do entrevistado E.16 sobre o período em que se encontra a mineração atual (iniciada em 2015), pode-se sugerir que é criado um idealismo em torno das indústrias de empreendimentos minerários. Como percebemos, à medida em que o entrevistado afirmou que não havia deixado nada de positivo, também questionou a responsabilidade dos políticos frente a esses processos e, em sequência, reafirmou a esperança numa outra atividade extractiva mineral, como estratégia para a situação econômica do município de Faina. Podemos reconhecer que a administração pública participaativamente nesse processo, pois

[...] para “compensar” tais impactos de mineração, as municipalidades recebem recursos – *royalties* – de empresas e companhias mineradoras que se instalaram no município. Esse volume é significativo em relação a arrecadação total e, no entanto, não costuma ser investido de forma transparente na efetiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e a partir das demandas locais (PASSOS, et. al., 2017, p. 270).

Os órgãos públicos se apropriam dessa imagem de possibilidades “garantidas” com a instalação desses empreendimentos, passando a transferir responsabilidades públicas a outros setores da economia, como inferimos da afirmação em que o governador atribuía à empresa Orinoco Gold o compromisso de criar medidas de atração de público, como a criação de um museu e, como consequência, gerar renda para o município de Faina.

Ao realizar um estudo sobre o estado do Amapá, Drummond (2000) analisou quarenta anos da presença da mineradora Indústria e Comércio de Minérios S.A.(ICOMI) no estado, que nesse período foi responsável por colocar o Brasil entre os três maiores produtores mundiais de

minério de Manganês. As implicações no seu desenvolvimento foram sensíveis, como afirmou o autor, que nos convida pensar sobre os usos do recurso natural e como se criam expectativas em tornos dessas empresas, que acabam por receber toda carga de responsabilidade na transformação do perfil socioeconômico onde se localizam esses empreendimentos. No caso da ICOMI, toda uma estrutura econômica se via dependente de sua existência no local e em alguns casos, chegou ao seu fim com o esgotamento do minério. Assim, depreende-se que nenhuma outra medida é pensada pra manter o pós-período prospectivo, já que esses tipos de recursos são finitos. Com o seu fim e da atividade extrativa, pode-se acarretar numa grande queda da economia, atingindo principalmente a região de tais explorações.

O entrevistado E. 15, à semelhança do entrevistado E.16, também aponta: “Elas traz muita benfeitoria; traz tudo, traz emprego pra muita gente, é, melhora a vida de todo mundo né. [...] Aqui não teve, eu acho que não teve nada. Foi tudo embora, tudo pra fora [...]tudo! E teve muito dinheiro de lá pra cá, e já é outro problema (E. 15, 2018)”. Como se pode ver, no primeiro momento, o entrevistado fala que a mineração trouxe muitas coisas positivas, entre elas, o emprego. Perguntamos se era possível apontar algo além do emprego, que identificasse uma transformação positiva no município a partir desses processos. Sua opinião muda, passando a dizer que não era possível constatar nada, ressaltando ainda que grande parte da arrecadação não ficou em Faina.

Apesar do entrevistado falar com ênfase do garimpo ocorrido entre 87–90, em que participou ativamente na exploração do ouro, também ressalta que trabalhou no período em que a Sertão Ltda. atuou e, ainda, individualmente na sua própria terra. Afirmou que àquela época lutava pela reabertura do garimpo:

[...] Eu trabalhei lá na Sertão e, além da Sertão eu trabalhei individual muitos anos, na própria terra minha lá. [...] Nós era, nós abrimos uma cooperativa Bandeirantes. Então trabalhamo em forma de empresa. Depois que teve algumas denúncias que foi fechado pelo meio ambiente e tá até hoje. No caso na minha né, lá da minha área. É, porque eu, o meio ambiente exigiu um relatório de, que chama RIMA do meio ambiente, que é uma plan... executar uma planta no local, e num foi feita. É, como eles queriam; é muito caro fazer uma planta hoje, em torno de uns 4 milhões, só uma planta. [...] trabalhamo, até 94 trabalhamo legal. Aí de lá pra cá ta essa, tá pelejando pra vê se reabre de novo (E.15, 2018).

No que se refere ao conjunto de participantes sem vínculo (PSV) em relação a *empregabilidade*, percebemos que a maioria, num total de 7 pessoas, apontou que o emprego foi o principal ponto positivo gerado por essas mineradoras no município de Faina. Desse mesmo total, 5 integrantes demonstraram dúvidas em relação a suas afirmações sobre o aumento de emprego na cidade.

Quando perguntamos a opinião sobre a contribuição que esses processos deixaram, a entrevistada E.18 relatou ter percebido alguns empregos e alguns aluguéis e terminou dizendo que, no seu ponto de vista, a participação dessa atividade na renda da cidade parecia pouco em relação ao que se esperava:

Bom, alguma, é, positiva é porque tem aluguéis de algumas casas. E tem umas pessoas aqui do Faina que presta serviços. Mas, é, de, o que eu acho, o que eu vejo. [...] De 100% de pessoas que trabalham na mina, 10% só que é do Faina. Né, que é daqui. E muitas pessoas que vem de fora, é, vai pra Goiás, que nem mora aqui, nem contribui para os comércios (E.18, 2018).

No relato acima, a entrevistada parece dar ênfase à questão do aumento de emprego e como as mineradoras tem contribuído com esse aspecto. Não se trata de uma opinião exclusiva. A entrevistada E.6 apresentou opinião semelhante:

Positiva pra cidade é porque traz pessoas, muitas pessoas, desde a penúltima até a atual, veio muita gente trazida pela empresa, pessoas que já estão fixadas na empresa há anos de trabalho, então essas pessoas mudam pra cá com suas famílias, então, gira assim, muito aluguel, é, construção, né, porque aí as pessoas começam a investir em construção de casas pra alugar. O comércio dá uma aumentada porque, apesar que eu tenho a criticar, porque eu sei que as empresas e as pessoas que vem não visam só o comércio local, se desloca pra Itapuranga, pra Goiás, pra fazer compras grandes (E.6, 2018).

Nesse primeiro momento, a entrevistada reconhece as interferências, até então tomadas como positivas, quando até faz apontamentos mencionando aluguéis, aumento do fluxo de pessoas na cidade e comércio. No segundo momento desenha determinadas críticas sem extrapolar as de outros entrevistados. Termina demonstrando certa indignação:

É, deixa eu ver o que mais. Empregos informais, né, domésticas, diaristas, né, dá uma aumentada. Não é uma coisa significativa, mas dá uma aumentada. Poderia ser melhor. E assim, acredito também que contribui, assim, é, não acredito que seja o foco essencial ou uma coisa extraordinária, mas contribui sim para pessoas que estão ou desempregadas ou que trabalham, é, por períodos ou por dia, né, que seriam diaristas, na mão de obra pesada. Porque na nossa cidade, atualmente, eu vejo que as pessoas que ingressaram nessa empresa, tanto nessa quanto na outra, no início foi mão de obra pesada, foi serviço braçal, foi um serviço mais rústico, serviço mais pesado, e com remuneração inferior. E aí lá dentro, igual, por exemplo, na outra, na Sertão, teve, eu conheci pessoas, inclusive até pessoas próximas, que entraram no serviço braçal, serviço pesado, e depois, se quer, conseguiram crescer dentro da empresa (E.6, 2018).

Os trechos acima apresentam opiniões similares: reconhecem que os processos mineratórios promoveram coisas positivas, mas também contestam as formas como essas atividades contribuem para essa população do município. Destacaram, em relação ao emprego, que não se trata de exclusiva proveniência desses processos porque as maiores remunerações não são retornadas para os trabalhadores de Faina. Nesse sentido, ver as coisas positivas não inibiram que também nomeassem as coisas negativas.

Analisemos outro testemunho abaixo:

Trouxe a... como eu vou te falar?... Progrediu a cidade. Porque muitas pessoas falam assim: “Ai, o Faina não mudou!” Mudou. Dessa época pra cá, mudou. O Faina era uma cidade que as pessoas abusavam: “O Faina não! O Faina Não!” O Faina sim! Tem riqueza, tem ouro sim. Entendeu? Eu com quarenta e sete anos, que eu vou fazer quarenta e sete anos. O Faina é uma cidade rica. Só que, assim, as pessoas vem aqui, exploram, tiram o nosso ouro, a nossa riqueza e vai embora (E.9, 2018).

Na entrevista acima, a participante expressa uma opinião contrária. No primeiro momento, afirma que sua cidade progrediu e que é possível perceber mudanças positivas no município. Em seguida também diz que todo recurso natural, sua riqueza é retirada e não é devidamente retornada para o município. Na sequência diz:

E vai embora e deixa nós só a ver navios, né!? Eu acho que assim, progrediu Faina sim. As vezes as pessoas, é igual eu to te falando: “Ah não, mas não mudou nada!” Mudou sim! Faina era um lugar que não existia. Era uma cidade que: “Ai meu Deus, ir lá no Faina... Que distância... Meu Deus!” O Faina não tinha água encanada. Mudou a história. Eu lembro quando colocou a energia na cidade, entendeu? Progrediu sim. Eu acho, na minha opinião... Porque nunca saí do Faina pra nada, né!?

Como se vê, a entrevistada parece atribuir as melhorias à mineração, quando, em última instância, deveriam ser atribuídas à esfera pública. Percebe-se também que suas memórias trazem a ideia de pertencimento ao lugar, nas várias afirmações que fez ao se identificar como moradora do município. Como escreve Escobar (*S. d.*), o lugar “como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com a conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e não fixa, [-] continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas” (ESCOBAR, *S.d.*, p. 1). Consequentemente, manifesta um sentimento de pertencimento do indivíduo com o lugar. Essa compreensão se constrói também pela exaltação e as afirmações positivas sobre a cidade, em parecer revelar um sentimento de satisfação, como vemos em mais um trecho abaixo:

Eu sou filha de Faina com todo orgulho! E amo o meu Faina, porque sou nascida e criada, sou filha de pioneiros do Faina, entendeu? Eu sou bisneta de José Ferreira Leite. Neta de Guilherme Félix de Brito e Maria Celestina Ferreira de Brito, que são os pioneiros da cidade. Muitos falam... Eu não me importo de outras pessoas saberem, que tão na história aí. Mas a minha avó, o meu bisavô, sim, quando essas pessoas chegaram, a história que a minha avó me contava era essa: que quando eles chegou, eles sim, já estavam na cidade (E.9, 2018).

A questão evocou outras recordações na narrativa da entrevistada. No ato de tentar falar da transformação da cidade de Faina, recordou também de seus avós e bisavós, enquanto habitadores antigos da região. Segundo a mesma, lhes é garantido o título de pioneiros da localidade. A ação exposta é possível porque estamos trabalhando com lembranças e “a maioria

das pessoas conserva algumas lembranças que, quando recuperadas, liberam sentimentos poderosos” (THOMPSON, 1992, p. 205). Nesse caso, os sentimentos despertados provocaram o desejo de afirmação e pertencimento com o lugar no passado, justificado pela presença de seus ancestrais na região, e no presente, pelo não reconhecimento de seus familiares na narrativa histórica do município. Como abordado no capítulo primeiro, anteriormente à “segunda ocupação”, as pessoas que migraram do (antigo) arraial de Santa Rita, em especial negros e indígenas, se deslocaram para onde se encontra a cidade de Faina, até a chegada de novos moradores. Em decorrência da trajetória histórica, a participante se refere aos familiares como sendo parte dos primeiros no município de Faina.

As respostas apresentadas até aqui demonstraram que os sentimentos se dividiram, sendo positivo como um todo para uns e para outros, com dúvidas quanto às coisas positivas sobre a mineração no município. O entrevistado E.10 teve uma percepção positiva e reafirmou melhorias na renda do comércio e empregos, como pode ver no trecho abaixo:

Olha, eu como assim, na, como comerciante, eu vejo que ajuda muito né, porque teve várias pessoas empregadas. Então, assim, acaba ajudando assim, o pessoal com, é gasta o dinheiro na cidade mesmo, então assim ajuda muito na questão do comércio, pra vida pessoal da pessoa também ajuda muito né? Por que o nosso município, a gente sabe que é um município escasso, assim né de emprego... Né, não é uma região favorável a lavoura, essas coisas, então assim, a mineração ela veio pra ajudar mesmo (E.10, 2018).

Ao que entendemos o entrevistado, na condição de comerciante, tem uma percepção favorável aos processos, pois afirma que a chegada das empresas possibilitou empregos e consequentemente ajudou na renda do comércio. Constatou que a mineração possibilitou a chegada de pessoas que gastam suas rendas no próprio comércio local.

Outra entrevista acompanha essa avaliação: “Foi uma coisa muito boa pro nosso lugar. Essa mineração. E tá sendo ainda né, que na tem ela aí, né!? Tem o, a, hoje eu não sei o nome da firma que toca essa mineração. Mas tá sendo muito bom pra cidade (E.14, 2018)”. O momento ao qual o senhor se refere inclui os dois períodos (Garimpo e Sertão Ltda.), em que exerceu a profissão de comerciante e julgou ter sido um tempo próspero para a cidade, de forma geral. E continua:

Na primeira gestão, que o garimpo era clandestino, quem fez alguma coisa no momento, foi os próprios comerciantes que ganhou algum dinheiro, né!? A mineração memo, não aplicou nada na cidade. E a Sertão Mineração na época, diz que aplicou um pouco aqui no, lá no coleginho João Ferreira Avelar; murou lá né e, murou o hospital aqui na época também. Mas correr por exemplo, trazer mais coisas pro Faina, não fizeram não. Eu não sei se foi a questão do gestor na época né, que num correu atrás também né; isso manda muito o problema do gestor né!? (E.14, 2018).

Os trechos apresentados demonstram opiniões favoráveis às atividades auríferas. Ambos reconhecem contribuições positivas para o município, em especial para os próprios comerciantes. No entanto, o participante E.14 alega que a administração dos recursos, que são de responsabilidade do órgão municipal, pode não ter tido uma correta aplicação à época.

Curiosamente, as opiniões nos levam a perceber que há uma relação distanciada com o processo de mineração atual, Orinoco Gold. Nos casos acima, verificou-se uma forte lembrança das atividades anteriores, quando se sabiam até os nomes dos envolvidos. Apresentaram certa dificuldade na familiaridade com a exploração de hoje. Pensando no grupo de pessoas que não estão envolvidas diretamente com os processos, a maior parte não consegue dizer o nome da mineradora atual, mencionando a Sertão Mineração Ltda. e muitas vezes recordando-se do garimpo na década de 80/90. Em sua maioria, as pessoas que trabalharam diretamente nas minerações demonstraram maior ligação com os processos anteriores.

Também verificamos que para três entrevistados a relação com esses processos mineratórios proporcionaram coisas consideradas positivas e que foram além do sentido econômico e das melhorias no município de Faina. Apontaram que o *conhecimento* que adquiriram no âmbito desse ambiente de trabalho foi uma das importantes contribuições, conforme podemos ver no trecho abaixo:

Pra mim, pra mim né, foi a melhor coisa. Nossa senhora! Que naquele tempo menino, a gente tem nem vergonha de falar, porque, naquele tempo a gente não sabia nem conversar; fora de brincadeira. Então, aquelas pessoa vei, sabe? – Pessoas educada demais, cê intendeu? Então cê vai convivendo ali com o povo, o cê aprende até a conversar. Pra mim, foi a mió coisa que veio pra aqui, pra essa região nossa, foi a mineradora. Pra mim, foi. Muito, muito, muito, muito. Achei ruim ter ido embora. Muito mesmo. Pra mim foi bom demais da conta. Porque todos os meus amigos que eu converso, eles fala, pra nós foi a melhor coisa que teve aqui, foi a mineradora. Muito bão. Bão demais da conta. Pra mim, pro Faina foi a melhor coisa do mundo. Que eu penso, que foi a melhor arrecadação que o Faina já teve até hoje, foi quando a mineradora tava aqui. Eu falo porque trabalhava lá dentro, teve semana que fez, nós fizemos dois carregamentos. [...] Então pra o município de Faina, foi a melhor coisa, nossa senhora! Acho que foi a ocasião que Faina sorriu, braço aberto. Nessa época, a sertão mineração aqui (E.2, 2018).

Em sua lembrança, o entrevistado se recorda que o convívio com outras pessoas no novo ambiente de trabalho, proporcionado pela chegada da Sertão Ltda. mineração trouxe a ele aprendizados que antes não tinha. Ele avalia a superação da timidez numa conversa como algo positivo.

Em outra situação podemos acompanhar opinião semelhante: “[...] o conhecimento que é o maior coisa que ninguém toma da gente, o conhecimento que eles deixo, né. A gente

aprendeu muito, muito, muito, a gente teve muito problemas, documentação esses trem, a gente aprendeu, então foi, foi bão pra gente né” (E.3, E.4, 2018).

Do mesmo modo: “Hoje ela foi embora, mas ficou muita gente desempregado, mas ela teve, trouxe muitos benefícios pra nois entendeu, muito aprendizado, porque ela ofereceu pro pessoal da região na época essa chance de trabalhar, de aprender, entendeu, então ela trouxe muito benefício pra região na época” (E.17, 2018).

Como foi possível observar nas passagens acima, expressou-se uma gratidão dos moradores pela mineração, especialmente pela Sertão Ltda., com a qual esses três trabalharam durante o período de atividade. Para nós, fica evidente que esse sentimento de gratidão, mantido vivamente em suas lembranças, permite que ambos possam preservá-las no tempo. No processo de reconstrução da lembrança

É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, por que elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 1990)

Isto quer dizer que também há necessidade de um elo, um laço afetivo entre as experiências compartilhadas, que mantenham vivas as lembranças e assim possibilitem a nossa capacidade de reconstrução da memória, como vimos nas experiências relatadas acima.

Nesse primeiro momento, o capítulo teve como finalidade apresentar e discutir as impressões da população entrevistada sobre as coisas positivas proporcionadas pela mineração em Faina. As discussões arroladas no âmbito da questão empregabilidade, permitiu observar as expectativas que as pessoas projetaram sobre as atividades. Também foram percebidas as coisas ruins apontadas pela população. Acreditamos ter alcançado outras discussões direcionadas ao aumento de renda, o desenvolvimento e infraestrutura. Ressaltamos que esses outros aspectos, ao serem mencionadas pelos participantes, ampliavam o sentido dentro da questão da empregabilidade.

Seguiremos com a segunda questão: *você considera a mineração como a principal renda da cidade?*. Essa questão teve como finalidade possibilitar aos entrevistados uma análise socioeconômica, a partir de sua posição enquanto indivíduo, projetando seu olhar sobre a comunidade como um todo. E assim obtemos:

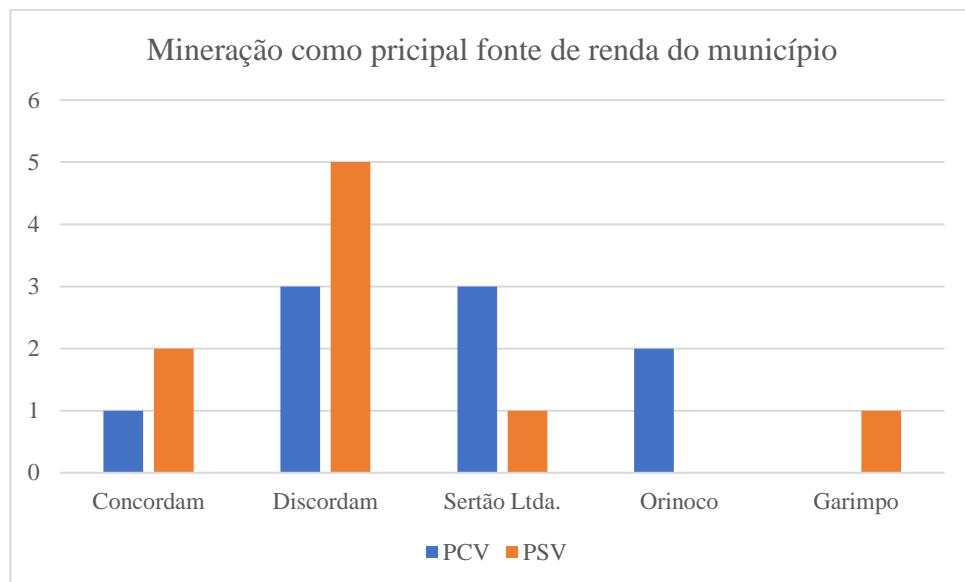


Figura 18 Gráfico da Opinião dos entrevistados sobre a mineração como principal renda do município. Fonte: Dados extraídos das entrevistas (2018)

Conforme os dados no gráfico acima<sup>44</sup>, a opinião de que a mineração é a principal fonte de geração de renda para o município não parece harmônica. Num primeiro momento, percebemos que não há um consenso em relação aos processos de forma geral, pois, para alguns, determinado período de atuação de uma mineradora é considerada como renda principal do município e outra não. No entanto, o que parece consenso nas respostas é que a mineradora não é a centralidade na renda do município. A percepção é majoritariamente demonstrada pelo grupo que não tem ligação direta com a mineração. Tal ideia relaciona-se com a questão discutida anteriormente: apesar da maioria ter entendido que esses processos trouxeram coisas positivas para o município, também apresentaram coisas ruins, com relação à geração de renda para o município.

Observe abaixo a opinião de uma moradora E.11:

[...] Quando a gente enxerga o projeto da mineradora e a gente também viu o antepassado da experiência que a gente teve da Sertão, né, é óbvio que a gente imagina que a cidade de Faina fica muito arraigada naquilo lá, só depende da mineradora em si pra ter um desenvolvimento na cidade ou não, eu já talvez eu observo de uma forma diferente é, Faina tem uma, já tem uma estrutura propriamente agrária em si, a gente vive aqui, tem as famílias produtoras de leite, produtora de pequenas produtos né, mais é uma economia que já está consolidada, até última, ultimamente a gente teve dados aí mostrando o patamar do nosso município mais elevado do que municípios vizinhos, né, nesse intervalo que a gente ficou sem a Sertão e sem a Orinoco que tá em atividade agora é, então talvez a uma visão equivocada e que o município de Faina, ele num possa progredi sem, é, a mineradora instalada, sem essa oferta de emprego,

<sup>44</sup>O gráfico na Figura 18 tem como objetivo mostrar se os moradores concordam que a mineração é a única fonte de renda do município e em qual período ela foi vista como a principal geradora de renda. Essa percepção, obtida através das entrevistas, nos levou à conclusão de que para muitos entrevistados, em determinado período, uma empresa influenciou mais que a outra. Como exemplo, os entrevistados ligados diretamente aos processos disseram que a Sertão Ltda. pode ser considerada como a principal geradora histórica de renda para Faina.

sem o movimento na cidade, Faina tem uma, Faina já tem uma ótima estrutura, uma, uma economia consolidada, embora todo município pequeno tem essas dificuldades, mas, é a maneira como eu enxergo isso (E.11, 2018).

À medida em que acompanhamos o depoimento acima, notamos que o morador apresenta uma opinião que confirma os dados expostos no gráfico anterior. Demonstra claramente que o município caminha sem a presença das mineradoras, sobretudo ao recordar que, durante o intervalo entre a Sertão Ltda. e a Orinoco, em que não houve atividades de mineração, afirma que a economia do município permaneceu. Conforme aponta o entrevistado, a estrutura econômica de Faina é formada por pequenos produtores e por uma pecuária ainda em crescimento, dados que também levantamos no capítulo dois e parecem ser certificados pela narrativa acima. Quando observamos os dados para a questão do emprego, avaliados nos anos da presença da Sertão Mineração Ltda., houve um impacto positivo dessa empresa nesse aspecto. A relação apresentada evidenciou aumento de empregos em 2004 e 2005, anos iniciais da atividade de exploração do ouro no município. Entretanto, em 2006 e 2007, anos finais da atividade, a taxa de desligados se sobrepondo à de admitidos. Quanto à pecuária, nos anos avaliados houve um destaque durante os anos da presença da mineradora Sertão Ltda., mesmo apresentando algumas variações no quantitativo. Cresceu de 117.880 em 1998 para 134.225 no ano de 2004. Entretanto, o que se percebe é que esse crescimento já acenava uma evolução, posto que no ano de 2003 foi apresentado o quantitativo de 131.414. Dessa forma, entende-se que o período em atividade não apresentou um correspondente tão superior ao período intervalar, como pode ser verificado nas análises do segundo capítulo. No período da Orinoco Gold, os resultados em relação à faixa de empregos mostram que o número de admitidos nos anos 2016 e 2017 foi superior entre 2009 e 2015 (período sem a atividade da mineradora). Isso foi percebido pelo quantitativo de admitidos e do rendimento médio, que se elevou. Entretanto, a oferta de empregos, ao que parece, não sofreu tanto impacto, pois foi notável a estabilidade até seu nível mais alto nos anos de 2013 e 2011 (período sem atividade). Sobrepondo-se a 2017, ano que apresentou destaque em oferta de emprego, já no período em que a empresa Orinoco Gold estava em vigor. Sobretudo, não se pode ter essa conclusão sobre o rendimento médio, que cresceu consideravelmente durante a mineração. Podemos entender que a mineração evidenciou aumento na questão salarial, mas não significa que houve o mesmo efeito na taxa de emprego, já que os números praticamente se mantiveram durante esse processo.

Abaixo, outro trecho apresenta opinião de uma entrevistada semelhante ao E.11, em que afirma que o município caminha na ausência das mineradoras:

Não, não é. Ela ajuda né. Apesar que aqui, é, tem o município, tem a prefeitura, tem cento e tantos funcionários do município, tem alguns funcionários do Estado. E tem os pequenos e médios produtores né, então, ajuda, mas não é a solução, não é só eles que fazem isso. Porque quando eles não existiam, ou quando não tinha, aqui sobrevivia da mesma forma (E.8, 2018).

Em entrevista ao participante E.10 (2018), questionamos: Você acha que a mineração é a principal fonte de renda do município? “Eu creio que sim, hoje eu creio que é uma das principais porque, a gente aqui na cidade num tem outra fonte de emprego. Então, a mineradora é a que oferece mais assim, pro pessoal que tá desempregado, assim que tem uma possibilidade de trabalho é a mineradora mesmo, né!?” Acreditamos que ao enfatizar a mineradora como fonte principal hoje, o entrevistado quer se referir ao período intervalar em que não há presença de nenhuma destas empresas.

Observemos abaixo alguns fragmentos de fala de trabalhadores e ex-trabalhadores sobre a participação da mineração na renda do município:

Hoje em dia, eu acho que sim... Sim. Trouxe muita renda para Faina. Desde o Sertão, porque o Sertão trouxe muita coisa boa para Faina. Desde equipamentos hospitalares, que não foram bem aproveitados, colégio... Eu acho que você estudou na mesma época que eu, você lembra do laboratório de informática que foram eles que deram. Tanto para aqui, quanto para Goiás Velho também. Que hoje lá em Goiás Velho tem um UTI que foi a Sertão que doou. E... trouxeram alguns benefícios sim, mas mal administrados pelos prefeitos da época (E.5, 2018).

Na época foi. Hoje ela foi embora, mas ficou muita gente desempregada, mas ela teve, trouxe muitos benefícios pra nós entendeu, muito aprendizado, porque ela ofereceu pro pessoal da região da época essa chance de trabalhar, de aprender, entendeu, então ela trouxe muito benefício pra região na época (E. 17, 2018).

Nos relatos acima, os entrevistados afirmam que a mineradora é a principal fonte de geração de renda para o município. Também ressaltaram que desde o período da Sertão mineração Ltda., essa atividade vem ocupando lugar de destaque no setor econômico. Contudo, ao observar o relato do entrevistado E. 17, entendemos que sua consideração recai apenas ao período da Sertão Mineração e sublinhou que na época de sua atividade ela foi a principal fonte de renda do município de Faina. Tal opinião nos leva a entender que, para este, a mineração atual não é considerada como principal. Os relatos também confirmam os dados expostos no Gráfico da Figura 9 Gráfico da Relação da empregabilidade em Faina- GO entre 1999 e 2008. Fonte: Adaptação (SEGPLAN/IMB, 2018) evidenciando que as mineradoras influenciaram em determinados períodos para uns e para outros não. Essa opinião diverge da narrativa abaixo:

Não. Hoje o garimpo é o mínimo que contribui pra sustentação da economia municipal; a economia do nosso município é baseada na agricultura, na pecuária. Nem a agricultura num tem, é a pecuária que ainda dá a sustentação, a renda, o comércio também ajuda né. Mas o nosso município a economia dele sai da pecuária. [...] eu acho que os políticos que assume o poder, devia ter essa visão voltada, para aquilo

que sustenta a economia do município, aplicar naquilo ali, né. Por que? Porque é dali que tem o retorno pra administra melhor, e no entanto as vezes eles não dão essa atenção, cuidar das estradas, né, arrumar meio do povo trabalhar e os políticos as vezes não investe na área (E.1, 2018)45.

O relato acima expõe uma opinião divergente dos entrevistados aludidos, pois indica que a mineração é uma renda mínima, que contribui para a sustentação da economia municipal, mas não como principal. O senhor ainda apontou a pecuária e o comércio como atividades relevantes, como contrapartida à mineração.

Essas opiniões não se distinguem do que pode ser a realidade de algumas regiões que recebem atividade de mineração. Analisando os dez primeiros anos da implantação da grande mina de ouro em Crixás, operada pelo grupo Sul-africano Anglo American, Fernandes (*et. al.*, 2011), constatou que, apesar da cidade sediar uma das maiores operações de exploração de ouro no estado de Goiás, o município continuava com baixo índice de desenvolvimento (IDH). No IDH-Renda, verificou uma evolução econômica e social inferior aos demais municípios de Goiás:

O município-sede de Crixás, que detém um grande empreendimento mineral, não se distingua fundamentalmente dos nove Municípios do seu entorno, vivenciando ritmos relativos do crescimento econômico, da dinâmica populacional e do desenvolvimento humano para uma bateria ampla de indicadores, muito mais lentos do que a grande maioria dos municípios do Estado de Goiás e do Brasil, se posicionando bem abaixo da média (FERNANDES, *et. al.*, 2011).

Conforme constatou este estudo, o porte do empreendimento da mineração de ouro em Crixás, considerada uma das dez maiores minas em operação no país à época e com inegável proporção desse setor econômico, não representou melhoras significativas para a comunidade local, principalmente no que se refere à elevação de sua qualidade vida (FERNANDES, *et. al.*, 2011).

Essa imagem, ao que parece, se assemelha com a realidade do município de Faina, segundo as opiniões apresentadas pelos entrevistados. Em muitos momentos, disseram que as melhorias proporcionadas pelos vários processos mineratórios não foram tão recompensadoras quanto as suas expectativas. No entanto, é importante ressaltar que na pesquisa em Crixás os autores constataram que a comunidade, de forma geral, apresentou uma visão bastante positiva em relação à presença da mineração no município.

Em Faina, no que percebemos das respostas dos entrevistados, a população encontrou-se dividida em relação às coisas positivas provocadas por esses processos mineratórios. Os

---

<sup>45</sup>Ao falar garimpo, o entrevistado quis se referir a mineração atual, como é diversas vezes pronunciado de maneira coloquial por vários outros entrevistados.

entrevistados com vínculos apresentaram uma visão otimista, enquanto os entrevistados sem vínculo em maior parte demonstraram-se insatisfeitos. Ambos os grupos apontaram coisas positivas relacionadas à empregabilidade, aumento de renda no município, desenvolvimento e melhorias na infraestrutura.

A questão do emprego foi apontada como o principal impacto positivo dessas minerações no município de Faina. No entanto, os entrevistados sem vínculos entendem que a mineração contribui, mas não é significativa. Boa parte dos cargos não ficam dentro do município, ficando para as pessoas que vem de outras cidades. Os serviços especializados não estão entre os trabalhadores de Faina, pois não houve investimentos em cursos e ampliação profissional para atender a demanda: isso explica os menores salários. Os entrevistados também ressaltaram que a mineração não é centralidade na renda do município, como disseram os entrevistados E.11 e E.8, que ressaltaram a economia pequena proporcionou estabilidade para caminhar durante os intervalos sem atividade de extração. O gráfico da Figura 18 Gráfico da Opinião dos entrevistados sobre a mineração como principal renda do município. Fonte: Dados extraídos das entrevistas (2018) confirma tais percepções, quando demonstra o resultado elevado para aqueles que não concordam que a mineração é a principal fonte de renda do município.

Diante das discussões alcançadas ao longo do texto, podemos depreender que entre essa população que não esteve diretamente ligada às atividades há um sentimento de inconformismo em relação aos retornos econômicos desses processos para o município e para a população. Ao serem indagados a falarem das coisas positivas no município como um resultado dos processos de mineração, denunciaram e deram espaço rapidamente às coisas negativas. Diante das várias questões apresentadas como negativas, ao que parece, o positivo só apareceu para atenuar o que de fato queriam apontar como negativo.

Dispondo dessas considerações, o próximo tópico se dedicará a interpretar outras formas dessa relação entre os moradores fainense e a mineração, agora, no sentido de enxergar o lugar que a natureza ocupa na vida desses indivíduos.

### **3.3. A dimensão socioambiental do processo de mineração na percepção dos moradores de Faina**

Neste tópico trabalharemos as respostas alcançadas nas questões: 3) *Quais as coisas negativas você percebe que a mineração traz/trouxe para o município?* e 4) *O que você sabe*

*sobre impactos ambientais?* Acreditamos que a análise dessas perguntas nos conduzirá a reflexões sobre os impactos negativos gerados ou não no domínio dessas minerações e, a partir dessas discussões, identificar os sentimentos da população que foi entrevistada com relação às transformações no meio ambiente de Faina.

O gráfico abaixo mostra as respostas obtidas entre os grupos de entrevistados. Participante com vínculo (PCV) são os entrevistados diretamente ligados aos processos mineratários, com garimpeiros e ex-garimpeiros e o grupo Participante sem vínculo (PSV) se refere aos entrevistados não diretamente ligados: professores, comerciantes, pequenos produtores rurais e trabalhadores em geral, que não tem vínculo empregatício com as empresas.

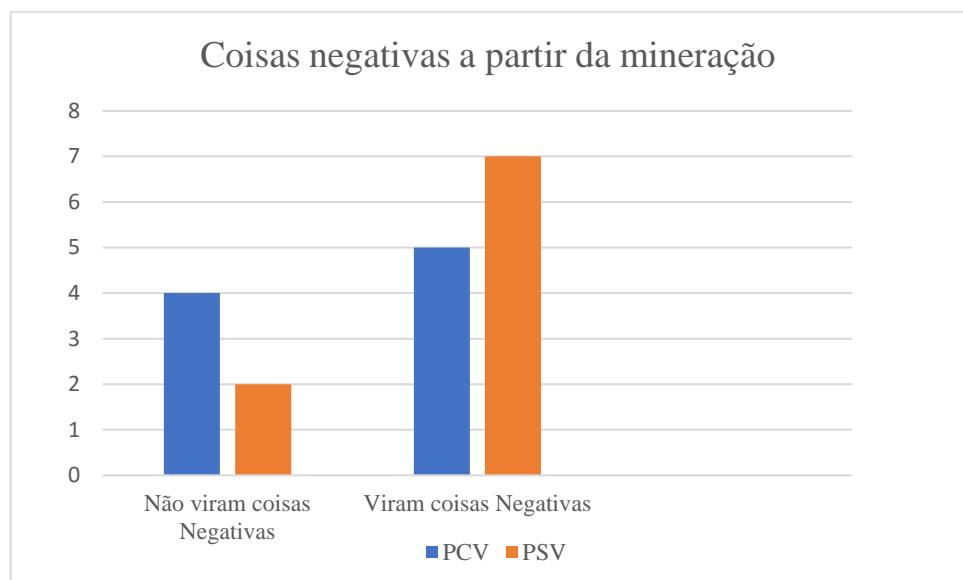


Figura 19 Gráfico com a percepção sobre os aspectos negativos da mineração em Faina. Fonte: Dados extraídos das entrevistas (2018)

Das respostas em relação aos aspectos negativos da mineração em Faina, num total de 18 entrevistas, 6 pessoas afirmaram que *não viram coisas negativas*: sendo 4 entrevistados do grupo (PCV) e 2 do grupo (PSV). Em relação aos que *viram coisas negativas* somaram-se 12 entrevistados: 5 do grupo (PCV) e 7 (PSV). No primeiro momento, os dados evidenciam que mais pessoas viram coisas negativas, somados entre participante com vínculo e participante sem vínculo, em comparação àqueles que não viram.

Em relação aos entrevistados que *não viram coisas negativas* para o município de Faina a partir das ações mineratórias, é relevante apresentar e discutir algumas das entrevistas abaixo:

Olha, do lado negativo, assim, pelo meu ver, eu não vejo um lado negativo. Porque lá é, igual eu te falei, o processo não é um processo com aditivo químicos e é totalmente acompanhado por uma empresa ambiental que se chama Vila Rica e tem um processo de coleta e, leva para o laboratório a água, tudo. E a água que é passada na planta é toda levada para laboratório. E nunca foi comprovada nenhuma contaminação química. E é seguida todas as leis de âmbito federal, que é o Conama e o Ibama, e a leis estaduais ambientais. Eu acho que municipais não tem nenhuma lei nessa área ambiental, mas é seguido todas as leis ambientais e, assim, eu não vejo um lado negativo desse projeto (E.5, 2018).

O caso acima reporta a opinião de um trabalhador da empresa Orinoco Gold, última que esteve em operação. A seguir, podemos ver um ponto de vista semelhante:

E pro lado da mineração aqui, não, eu acredito que não teve, igual Mariana, igual a gente vê passar na televisão Mariana, aquilo lá foi um impacto muito grande. Já teve aqui, o ano passado já teve, te falaram teve impacto ambiental sob o rio, sob mineração, veio o pessoal da, de Itapuranga, esqueço o nome de lá... do consórcio, olho toda área de mineração, não tem impacto ambiental que foi acusado, não tem, e hoje eles devia ter um processo lá que tem, se for preciso de procura lá eles deva tê, o presidente Eudemir, então eu acho que do lado da mineração não teve impacto ambiental nessa área aqui não teve, e também a do Chupé também num teve, porque o do Chupé não teve químico também, foi só parte de extração, só retirada do material só, então, eu acho que, tem impacto ambiental? Tem, mas otos lado, pro lado da mineração aqui acredito que não teve (E.3, E.4, 2018).

As duas entrevistas apresentadas acima refletem momentos que ocorreram na passagem das duas últimas mineradoras no município de Faina. Ambos concordam que não houve impactos ambientais negativos no meio ambiente do município. No entanto, o entrevistado reconhece que os impactos ambientais existem, mas que não seria o caso de Faina. Na sequência, diz:

[...]modo do outro, os impacto que ia traz sobre a mineração, por causa que vem, traz coisas boas, traís coisa ruim, vem o lado bom que vem os emprego pra região, que foi empregado, principalmente o pessoal da região aqui, e, muita gente do Faina, mais trazendo as coisa boas, as coisa ruim vem junto, porque vem o lado perigoso, vem o lado dos assaltos, vem o lado, onde tem dinheiro, as coisa vem junto. Então teve os impacto, os assalto, teve o, as perseguições, então, vei tudo junto, mais isso afinalmente a empresa passo pá região toda, converso, e, então já trouxe tudo junto já (E.3, E.4, 2018).

O entrevistado afirma que os impactos ocorridos são no campo social, exemplificados na falta de segurança das pessoas moradoras da região e dos próprios trabalhadores, que sofreram assaltos ocorridos no local da mineração, mas ressalta que a comunidade havia recebido informação da empresa sobre as possíveis implicações.

No primeiro momento da fala, o entrevistado E.3/E.4 nega que a mineração tenha deixado impactos negativos para a região, comparando o ocorrido em Mariana-MG, e também falou sobre a ausência do uso do mercúrio no processo de extração do ouro. No segundo momento, disse que se houvesse algo negativo, as causas estariam relacionadas a questões de

segurança: “trazendo as coisas boas, as ruins também vêm junto”. Ressaltou que a população tinha conhecimento de tais circunstâncias.

As entrevistas apresentadas acima referem-se ao grupo (PCV), ou seja, pessoas diretamente ligadas às atividades de mineração, que demonstraram uma visão positiva das mineradoras. Quatro entrevistados afirmaram que não viram coisas negativas deixadas por essas ações.

No grupo Participante sem vínculo (PSV) houve 2 entrevistados que disseram não ver coisas negativas deixadas pelos processos mineratórios na região. A entrevista abaixo explicita isso:

Não, eu não me lembro. Eu não sei te contar essa história, se a mineração trouxe coisas ruim pro Faina. Por que? Por que, quando a mineração veio para o Faina melhorou as escolas, né!? Eu acho que sim, melhorou sim, porque ela ajudou em termos financeiros. Ajudou hospital, porque eu trabalhei no hospital, e parte do laboratório, a mineração Sertão que ajudou, né!? Teve sim, teve a parte boa e teve a parte ruim. Porque assim, tipo assim, explorou a nossas terra, a mata nossa. Mas isso não deixou prejuízo. Deu trabalho pra muito pai de família! Você sabe disso também. É, eu acho que a mineração Sertão não foi ruim pro Faina (E.9, 2018).

No primeiro plano, podemos observar através das palavras da entrevistada uma memória ainda ligada a mineração Sertão Ltda. Ela afirma que apesar do ambiente de Faina ter sido explorado, não causou danos ambientais para o município e nem para a população. Entretanto, uma contraposição das ideias: sua percepção sobre as coisas positivas e negativas. Ao responder à questão sobre quais os aspectos positivos da mineração para Faina, em certo momento contestou: “O Faina é uma cidade rica. Só que, assim, as pessoas vêm aqui, exploram, tiram o nosso ouro, a nossa riqueza e vai embora”. Quando respondeu sobre as coisas negativas, a entrevistada não identificou problemas: ressaltou as coisas positivas e disse que as “partes ruins” não foram prejudiciais para o município.

Arrolamos outra opinião, similar: “Não, isso aí eu não vi falar não, nada. Nada! Porque sempre a área que eles trabalharam, sempre eles largaram todinha arrumada, verde de novo né; as que foi de forma eles formaram, as de floresta plantaram a floresta de novo. Então eles não deixaram nada assim (E.19, 2018)”. O entrevistado também afirma que não houve nenhum dano em relação a presença desses processos mineratórios no município.

O total de entrevistados que afirmaram *não ver coisas negativas* foram 6, sendo 4 pessoas diretamente vinculadas às atividades mineratórias e apenas 2 que não possuíam vínculos diretos.

No que se refere à categoria *viu coisas negativas*, num total de 12 entrevistados, 7 do grupo Participante sem vínculo (PSV) se manifestaram, em razão de 5 para o grupo Participante

com vínculo (PCV). Em relação aos que viram as coisas negativas, segue a opinião dos entrevistados diretamente ligados a mineração (entrevistado 17):

Então, o pessoal da região foi muito oprimido por isso, porque se a pessoa tinha o costume de ir a pé num vizinho aí, vinha a viatura já tinha que dá busca na pessoa, então aquilo ali era uma humilhação como se diz pra nós. Então teve muito esse tipo de coisas assim, mais era o trabalho delas porque a gente também num entendia, porque vinha assaltante lá, assaltava e inclusive teve uma época aí e quase matou gente lá através disso. Então através desses assaltos aí a polícia teve que cê intendeu? É fazê uma, como se diz assim passar um pente fino, como se diz, ela não conhecia o pessoal da região, vinha o pessoal da região e já batia em riba cê intende? Então foi muito constrangedor pra população da região nesse sentido. Eu acredito que isso aí foi uma das coisas ruins, eu imagino. Eu nunca passei por isso aí não, mas eu já vi muitos amigos, vizinhos nossos que passou por isso, reclamaram muito. Mas o mais, eu não condono também a polícia porque era um trabalho deles né [...] (E.17, 2018).

O trecho demonstra que se considera como negativo apenas aspectos relacionados à segurança. Revelou que as pessoas se sentiram constrangidas ao serem abordadas pelos policiais que cuidavam da segurança da região onde estava instalada a mineração Sertão Ltda., mas que em razão das ocorrências de assaltos, entendia que era o trabalho da polícia. Esse período, no qual também trabalhou, o entrevistado atestou que não houve produção de impactos ambientais e afirmou que a atividade na empresa era exercida com responsabilidade sobre o meio ambiente. Compara a diferença com o garimpo de 87, que também trabalhou:

[...] só porque naquela época eles utilizava o mercúrio e ele era lavado dentro da água do rio corrente e ia embora. Ficava lá! Ele ia devastando o meio ambiente aí... Agora nessa não, as coisas era muito segura, muito bem feita. Nós trabalhávamos com Cianeto, nois trabalhava com ácido, com diversos tipos de produtos fortíssimos, produto químico bravo mesmo. Então, mais, era tudo aonde eu falei pra você. Aonde eu trabalhava lá, eu era responsável por levar, porque nós desintoxicava todinho pro, a água que vinha, eu era responsável por isso, pra mandar pro meio ambiente (E.17, 2018).

Embora o entrevistado já tivesse respondido que não havia percebido coisas negativas, para além das questões de segurança e o constrangimento das abordagens policiais, o questionamos se tinha mais observações sobre essa parte ambiental, se de fato não havia acarretado algum impacto negativo ao meio ambiente do município. O E.17 afirmou que somente o garimpo de 87/90 trouxe impactos ambientais, pelo uso das técnicas rudimentares em relação às das empresas mais recentes.

A respeito da questão, outra entrevistada complementou: “Uai, as negativas com certeza deve ser sobre o meio ambiente, né, que com certeza deve tá, é, agride o meio ambiente, de qualquer maneira, né, é, agride. É, sobre nascentes, derrubada de árvores, sempre tá agredindo a natureza (E. 18, 2018)”. Nesse primeiro momento, percebemos que a entrevistada

aponta que diante de todos esses processos, de alguma maneira pode ter havido agressão ao meio ambiente.

Observando sua percepção, a questionamos a entrevistada se nesses todos esses anos em que o município de Faina recebeu esses processos de mineração, não tinha ocorrido nenhum fato negativo que lhe chamassem a atenção e que conseguisse se recordar no momento. Respondeu-nos:

Não, eu não me lembro. Eu só acho assim, que o garimpo aqui do município de Faina, eu me considero como antigamente era Brasil e Portugal, que vem garimpo e o que fica pro Faina é só fagulhas, é só pequenos, pequenas coisas que não tem nem muita importância, nem... É como assim, dou alguma coisinha pra esse povo, alguma, pequenas coisas, como que fala, o total de funcionário que é, então eu considero assim. Eu, eu não vejo muitas, muita, é, desenvolvimento da cidade de Faina, que poderia ter, eu não vejo isso (E.18, 2018).

A entrevistada E.18 reforçou não se lembrar de algo negativo, contudo, manifesta insatisfação com os retornos que se tem da mineração no município. Esse sentimento já havia sido anunciado anteriormente, quando refletia sobre as coisas positivas que haviam sido acarretados no município.

Outra entrevistada, quando questionada sobre as coisas negativas, relatou episódios no campo econômico e no campo ambiental:

Bom, as coisas negativas, é o ambiente mesmo né, que foi explorado, principalmente lá no Sertão, diz que tem um poço enorme lá, que é muito profundo, ficou cheio de água, e é muito arriscado, corre risco a pessoa que vai lá, né, de cair ou de afogar lá, mas até hoje a gente sabe que lá tá bem protegido. Então ficou a parte do reflorestamento, que eles tinham que fazer e que não fizeram. Né, são coisa negativas. Além de que trouxe também muita gente de fora que, por exemplo, das cidades circunvizinhas, vem gente de Goiânia, aluga casa em Goiás, e vem pra cá, então não gasta o dinheiro todo aqui também. Ou vem gente de Goiânia, vem de outros lugares, então, às vezes mora em Goiás, mas trabalha aqui e volta pra Goiás. Então a renda mesmo dessa pessoa fica só em Goiás. Eu acho assim, que nesse sentido, com essa nova mineração aí, tá sendo isso, um prejuízo pro município. Né, porque pega gente de fora. Também nós não temos mão de obra né, então não tem esse incentivo pra isso, não tem mão de obra especializada. Mas, no mais, é essa degradação ambiental, que eu acho. E também, algumas pessoas, é, vem muita gente pra cá, e gente que a gente não conhece, vem gente boa e vem gente ruim também (E.8, 2018).

De acordo com essa entrevistada, com certa aproximação da opinião exposta imediata e anteriormente, reconheceu que o meio ambiente é afetado, mas também destacou outras questões (em especial, relacionado ao sentido econômico), no qual reserva uma crítica à fase da mineração atual. Em relação à questão ambiental, a entrevistada disse que a empresa Sertão Mineração Ltda. não realizou o reflorestamento após o fim da atividade e mencionou a existência de um poço de água que, por sua profundidade, apresenta riscos, mas ressaltou que está bem protegido. Também apontou que, em relação à questão econômica, vê como um

prejuízo para o município, pois nem toda renda gerada fica na cidade, já que os trabalhadores que vêm de outras cidades e retornam com o dinheiro.

Em opinião semelhante, a entrevistada E. 6 aponta:

Bom, negativa que agora, atualmente, eu não sei, mas até pouco tempo atrás, há cerca de seis meses, um ano, o escritório da empresa era na cidade de Goiás, não era aqui. Hoje eu não sei falar se é. Mas até há pouco tempo atrás o escritório era lá. Então se a pessoa queria levar um currículo, se a pessoa queria fazer uma entrevista, se a pessoa queria fazer alguma coisa, ela tinha que se dirigir à Goiás. Outra coisa que eu acho é questão dos cargos, apesar que a nossa cidade não tem formação, mas não se investe. Por ser uma cidade que tem um grande histórico de mineração, exploração de mineração, não tem escola que se investe nessas questões. É, a gente teve aqui algum tempo atrás, cerca de três anos, o curso de operador de explosivos pelo SENAI, mas ninguém da turma, eu como professora conhecia todos os alunos, ninguém da turma conseguiu entrar na mineração atual. Teve esse curso visando sim essas vagas, mas não veio, veio todo mundo de fora. Então a maioria, é, eu acredito que cinquenta ou até cinquenta e cinco por cento dos empregos estão em pessoas de fora, não está dentro da cidade. E o que tá dentro da cidade é o emprego braçal mesmo. Então tem a questão também, que eu posso deixar bem clara, é a desvalorização da cidade, do comércio da cidade. É uma cidade do interior, é uma cidade que precisa crescer, mas, talvez se tivesse mais procura, porque hoje a gente sabe que tem a lei da oferta e da procura, e tivesse procura, talvez os comerciantes poderiam crescer. A gente percebe que a maioria dessas pessoas que vem trabalhar aqui, ficam aqui de segunda a sexta e aos finais de semana retornam pra suas cidades, Goiânia, Nova Crixás e outros lugares. É, eles fazem a compra lá e traz, então não ajuda tanto a economia local. Eu vejo assim (E.6, 2018).

Os trechos acima apresentam certa afinidade: ambos têm em comum o mesmo sentimento de insatisfação e mesmo ao mencionarem questões ambientais, as coisas negativas tiveram centralidade no sentido econômico e das expectativas não correspondidas.

Apesar das questões anteriores, identificamos nas narrativas o impacto ambiental como a principal coisa negativa:

Olha, nesse período igual a gente estámos falando de 89, 90, existe algumas coisas negativas na época né, assim porque eu creio que se tivesse essa, essa prática do, da minera... mineração até hoje, hoje já não existia os rios mais. Né, porque danificava muito os rios né, e a questão dos animais também, dos rios também, porque eles usavam vários tipos de produtos né!? Pra conseguir chegar até o ouro, então isso aí contaminava muito a água. Então assim, eu creio que se tivesse até hoje, hoje teria bem mais danificado do que tá hoje. [...] Eles usavam muito o mercúrio, né (E.10, 2018).

Na, na primeira gestão do garimpo, deixou muita coisas negativa, porque deixou muito em desejar pá, com o meio ambiente né!? Isso ficou muito em desejar. Agora, depois da segunda, que é a Sertão Mineração, essa já tava mais, o meio ambiente já tava mais em riba, fiscalizando né, aí já não ficou muito em desejar não. Teve, teve, lá na, no Rio Vermei lá, é no distrito de Santa Rita; lá eles chegou até mudar o corgo do lugar! Um dia, eu mais o, na época da primeira eleição do Faina, aí eu mais o Nei, que era o vice na chapa do João Coró na época, né, aí eu mais ele tava pra lá trabalhando pedindo uns voto, aí nós queria atravessar, costumado a travessar no lugar lá, na passage do Ribeiro Vermei, quando nós chegou lá, quem diz. Nós, voltei pá traz. O ribeiro tava tão assim complicado que virou um, nessa época eles falava melexeque, né; aquele trem assim, aquele lodo... aquela lama danado (E.14, 2018).

Os testemunhos se referem especialmente ao meio ambiente do município de Faina, em específico no período de 87/90, sobre as formas utilizadas pelos garimpeiros: consideraram que de todas, foi a mais agressiva para o meio ambiente. No último caso, o entrevistado citou como o exemplo o desvio de um rio, que alega ter presenciado na fase de garimpo.

Quanto às percepções das pessoas do grupo participante com vínculo (PCV) que nos apresentaram suas opiniões sobre as coisas negativas deixadas pela mineração, houve dois momentos. O E.15 apontou o que julgou ser negativo para o município: a contaminação dos rios, destruições de matas e animais e, posteriormente, mencionou que o outro aspecto negativo foi a violência. No trecho abaixo, relata sua experiência no garimpo no ano de 1987:

A maior negatividade é o meio ambiente né. Que hoje você tem que cuidar muito. Muita sujeira de rios, contaminações, eles matam muito animais. Fica um pouco difícil de controlar né quando tem muita gente. O problema maior é isso. [...] hoje mudou muito, mas antes, a gente ta conversando na época passada, tinha problema de brigas né, morte. Eu já vi matando lá. É porque o pessoal começa a pegar dinheiro, vai, bebe muito, o garimpeiro bebe muito, ai bebeu faz besteira (E.15, 2018).

Nas palavras de outro entrevistado que teve sua terra garimpada, pode ser incluídas outras observações sobre a questão ambiental à época:

E a gente tinha o conhecimento, antes que existisse garimpo na minha propriedade de tantas áreas, tantos corgo bonito, que corria aquela água bonita, se transformou num pantanal de lama. Em, e eu mais meu cunhado, através do meu irmão que mora em Goiânia, que é um dos mais velho do que eu, né!? Nós achamo que aquilo era um absurdo. Fomo até a SEMAGO, e fizemo uma denúncia, para vê, se evitava esse trabalho de garimpo na nossa região, pelo que acontecia com o meio ambiente. Né!?! E a gente foi lá, eles propôs de vim fazer um levantamento, né, da área que a denúncia foi feita. Aí eles vieram, marcaram um dia e a gente esperou. Eles vieram, chegou aqui em casa, aí eu fui acompanha eles na área de mineração, aonde o povo tava explorando o ouro, tirando o ouro, trabalhando com aquelas máquinas. Eles presenciam o que nós realmente tinha, é, denunciado, né!? Aí, fizemos aquela, aquela visita nessas áreas; a nossa área, minha e do meu cunhado aqui, que foi o companheiro que foi comigo até Goiânia, não tinha garimpo ainda na época. Só pra você ver: os garimpeiros, eles é tão, é, insistente em buscar o ouro, que a pessoa que sabe, que ele sabia que na área dele, na terra dele, tinha ouro e não quisesse liberar, eis ameaçava de invadir. É, eis ameaçava de invadir e trabalhar dentro da propriedade, certo. Por que eles eram muito organizado, unido demais os garimpeiros, sabe. Era uma categoria unida assim, pra conseguir aquilo que eles queria, né (E.1, 2018).

O entrevistado E.1, quando interrogado sobre as coisas negativas, comentou dos impactos ambientais ocasionados nos córregos de sua propriedade, em decorrência da atividade do garimpo. No relato acima, mencionou lembranças dos córregos antes da atividade ser iniciada e também de como relatou à presença dos garimpeiros e suas formas de retirada de ouro em sua terra. Nessa forma de operação, a atividade ocorria propriamente dentro dos leitos dos rios, o que de fato pode ter exercer efeito direto, em razão do impacto de suas técnicas.

Abaixo, em outra parte de sua entrevista, as lembranças do entrevistado E.1 reconstruem os momentos dessa relutância, quando entregou sua propriedade aos garimpeiros e respectivas atividades. Demonstra pesar sobre esse ciclo iniciado, porém, ao alegar não haver outra forma, afirma que preferiu liberar o garimpo para que não sofresse invasão da sua propriedade:

Aí eu falei, bom eu já tô entendendo mais ou meno a situação, e assim como, a ameaça acontecia de invadir as propriedades, pensamo assim eu mais meu cunhado, nois falou, eu sentei mais ele depois, que o pessoal foram embora, né. Amilton, cê sabe que que ta aconteceno? Eles pode baixar uma liminar pra fechar esses garimpos, e depois abrir de novo, né!? E nossa área ta muito desejada por esses garimpeiros, né. Se nós, se endurecer eles pode querer invadir as nossas propriedades. E as pessoas que tem coragem de invadir a propriedade, então é mal elemento. Né!? E nós vamos trabalhar com pessoas que a gente não tem confiança, porque eles já foram, fizeram uma agressão pra entrar na nossa propriedade. É melhor então nós liberar e nois colocar pessoas que é de nossas confiança pra trabalhar na nossa área. E foi o que nós fizemos, né. É melhor, né!? Porque isso já tinha acontecido em outras áreas, que tinha fechado, depois reabriu de novo, né!? E aí, a gente pegou e liberou, né!? Aí, nós pegou as pessoas que era amigo, parente da gente, que tava trabalhando, pessoas de confiança e veio pra nossa propriedade trabalhar. Mas, eu não tinha, não gostava nem de ir lá na beira da minha propriedade quando eu via eles revirando aquele chão, assim, e a água corria aquele barro, esquisito, cê veio pra cá, aquela água bonita que tinha ali naquela ponte, ali corria era um barro. Isso judia da gente! Eu tinha uma propriedade, eu morava de lá daquele corgo, né! [...] eu trabalhava na Saneago né, aqui em Santa Rita, eu fui transferido pro Faina, né, e lá eu vinha todos os dias, tinha o ônibus que corria aqui né, vinha de tarde e voltava cedo né. Eu vinha no ônibus, posava em casa eu chegava de noite e ia lá no rie, só pa banhar e chegava lá e achava maravilhoso; preferia banha lá no corgo, né!? Depois com o garimpo, cabô (E.1, 2018).

A entrevista acima apresenta lembranças de um momento que parece estar bastante marcado na memória do entrevistado, que é revivida pelo contato direto da entrevista. Conforme Halbwachs, “A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (HALBWACHS, 1990, n.p.).” Desse modo, pode-se entender que ela se estabelece entre o presente e o passado, permitindo que um determinado momento de nossas vidas seja capaz de ser reconstruído por nós mesmos. O entrevistado, ao contar a história que remete ao garimpo, recria a cena vivida em um tempo distante do seu presente. Não se deve ignorar que o acontecimento pode ter sido refletido a partir desse exercício de rememorar o passado. A lembrança sobre o período é buscada pelo entrevistado na imagem dos rios e córregos ainda limpos, dos banhos que tomava, que remetem ao sentimento de pesar sobre a destruição em sua propriedade. Porém, como também participou da atividade assume, de certa forma, que teve parte nos impactos gerados. O ressentimento por essas destruições, pelos impactos ambientais, se apresenta de forma nítida no seu relato. Porém, cabe a reflexão: tais insatisfações com as

questões ambientais foram manifestadas somente após o encerramento das atividades, quando não se tinha mais o ouro e apenas os impactos ambientais?

Nessa primeira parte do tópico, as respostas dos entrevistados deram ênfase à questão *quais as coisas negativas a mineração trouxe para Faina*, em que se destacaram as questões ambientais como destruições de rios, desmatamento, contaminações das águas por produtos químicos e pelas formas da extração do ouro. Também foram ressaltados pontos relacionados ao econômico, como questionamentos sobre os retornos financeiros e a contribuição para desenvolvimento do município. Além disso, aspectos relacionados às questões de segurança.

Observaram-se dois grupos de respostas: aqueles que *não viram coisas negativas* (num total de 6 respostas) e os *viram coisas negativas* (12 respostas), dos quais 9 afirmaram coisas negativas relacionadas ao meio ambiente - 6 Participantes sem vínculos (PSV) e 3 Participante com vínculos (PCV). Isso evidencia que os aspectos negativos mencionados em maior parte pelos entrevistados não diretamente ligados às atividades da mineração.

Após termos apontado os resultados alcançados em relação à percepção dos entrevistados sobre as coisas negativas em relação aos processos de mineração, abre-se para a importância de perceber também a relação dos entrevistados com a natureza de Faina, pois é a parte fundamental dessa pesquisa. Serão analisadas neste momento do texto as respostas dos entrevistados sobre a questão 4) *O que você sabe sobre impactos ambientais?*, na tentativa de compreender como a população entrevistada entendem os impactos ambientais.

No trecho abaixo se pode ver a resposta do entrevistado E.17 e seu entendimento sobre impactos ambientais:

Óia o que eu entendo assim, que se, hoje, com a utilização de muitos produtos químicos né que a pessoa utiliza, isso vai ter um impacto ambiental muito grande, eu imagino. Então, a pessoa tem que cuidar mais né pra evitar esse tipo de coisa, porque isso aí tá relacionado na sua própria saúde. O meio ambiente é o que nós vive. Então a gente acho que tem que cuidar disso aí num acontecer né; e quando acontecer, seja inevitável assim de, no causo é essa Sertão lá fazia, tinha os produtos tudim de desintoxicar aquilo pá num degradar né? O que eu penso é isso (E.17, 2018).

O entrevistado fala do meio ambiente como algo que tem que ser preservado e apresenta ter consciência de que a exequibilidade desses processos mineratórios pode acarretar impactos ambientais negativos para o meio ambiente. Mas, também ressaltou que a mineradora Sertão Ltda. exerceu um trabalho responsável, sem causar problemas ambientais para Faina.

No trecho a seguir temos opinião similar:

Olha, sobre impactos ambientais, de uma forma geral, a degradação ambiental, alguns transtornos ambientais que são gerados através de, como que eu te falo, da exploração, [...] da exploração desenfreada. Mas como aqui é um projeto pequeno, eu acho que

aqui não gera impactos. Não é cem por cento, mas eu acho que não gera tantos impactos ambientais. Que lá é uma área totalmente preservada, com mata, córregos em volta e é uma área totalmente preservada. Até o, aquele rapaz que, até a UEG também já deu uma palestra lá pra gente, já falou sobre, ele é estudante de geografia... Ele já conversou lá com a gente. Eu acho que impactos, impactos ambientais... A empresa não tem causado impactos ambientais, de uma forma geral (E. 5, 2018).

Segundo o seu entendimento, os impactos ambientais são resultantes da “exploração desenfreada”. Disse também que receberam informações sobre o assunto por meio de uma palestra realizada pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). O entrevistado E.5 comprehende que a mineradora atual, Orinoco Gold, não gera impactos negativos para o ambiente de Faina, em especial por se tratar de um projeto pequeno, em que a área é preservada com matas e córregos.

Os dois trechos apresentados acima são de dois entrevistados que trabalharam na mineração em contextos diferentes, o E. 17 na empresa Sertão Mineração Ltda. e o E.5 na Orinoco Gold. Ambos, aos serem questionados sobre seu conhecimento de impactos ambientais, apresentaram suas ideias e fizeram uma defesa da atuação da empresa em que trabalharam. Essas opiniões também foram observadas nas demais entrevistas dos entrevistados diretamente ligados às duas últimas atividades de mineração. Contudo, os entrevistados que trabalharam na década de 80 disseram que o garimpo causou impacto ambiental.

Outras razões foram citadas como possíveis causadoras de impacto ambiental. O entrevistado E.16 disse, quando perguntamos: o que o senhor entende por impactos ambientais?: “Uai, é essa coisa ambiental o maior provocador do ambiental é os próprios fazendeiros, desmata as fluente tudo dos corgo né, e aí vai deflorando, vai cabando com a vazão da água, e a água vai diminuindo, vai né, e isso aí que dá” (E.16, 2018).

Segundo o seu entendimento, impacto ambiental está ligado à destruição da natureza e atribui aos fazendeiros a responsabilidade nesse processo, por promoverem o desmatamento nos afluentes dos córregos, gerando a diminuição da água e, por consequência, a seca. Veja que nesse momento o entrevistado reduz o impacto ambiental à atividade agropastoril. No entanto, quando foi questionado sobre as coisas positivas, o entrevistado disse, referindo-se ao garimpo, que “Não trouxe nada de bom pra aqui, só trouxe exploração, depredação da natureza, mais nada”. Disse também a atividade era responsável por acabar com as matas e os leitos dos córregos.

O entrevistado E.3/E.4 mencionou fatos como corrupção, burocracia e a atuação dos proprietários rurais, relacionando-os à ideia de impacto ambiental:

Impactos ambientais, impactos ambientais hoje, modo do outo, a gente intendi poco, mais são as erosões, são impacto ambiental que mais prejudica são as erosões, as inseticida aplicado né são impacto ambiental também, que hoje tá sendo uma causa, tava sendo discutida onti passo um projeto na televisão desses impactos ambientais aí, inseticidas. É, desmatamento que é um impacto ambiental aí também, não respeitando as lei, é um impacto ambiental. Eu memo acredito, eu tenho, minha visão de, a minha visão que eu tenho uma limpeza de pasto, desmatamento dentro da lei não é um impacto ambiental. Mas em forma, não é todo mundo que sua conscientização acaba causando impacto ambiental num desmatamento né...muita gente fala, ah, atividade de exploração de areia é um impacto, não é um impacto ambiental (E.3, E.4, 2018).

O entrevistado E.3/ E.4 inicia dizendo que tem pouco conhecimento sobre impactos ambientais, mas, em todo caso, entende que impacto ambiental são resultados de ações que geram erosões, que tenham uso de inseticidas, do desmatamento realizado por fazendeiros e, em alguns casos, excedem as leis ambientais. No entanto, ressalta que atividades como desmatamento e exploração de areia não são impactos ambientais quando ocorridas de acordo com a lei. Dessa forma, a noção de impacto ambiental está relacionada ao desrespeito legal:

Todas as atividades que são dentro da lei, se cumprindo a lei, não há impacto ambiental. Certo? A, a, a hoje tem seus técnicos ambiental que chega pra orienta as pessoa, seguindo as regras eu acho que a gente consegue acabar com o impacto ambiental, que existe hoje no nosso Brasil né, apesar de tanta burocracia que tem, que existe, que os impactos ambientais que existe hoje maior que eu, no meu ponto de vista, na minha visão, são as burocracias que existe. Né. Os cara deixa de cumprir as lei por burocracia e acaba colocando a fazendo nos impacto ambiental. Então, acho que as lei for um poco mudada eu acho que a gente consegue diminuir o impacto ambiental que insiste no Brasil hoje. E tira as corrupção também né. Por causa que hoje muitas coisas faiz aí por corrupção, as pessoa corrupta, e hoje tem, no modo do outo, tem nossa polícia ambiental aí que são muito corrupta. Pega dinheiro pa faze desmatamento, e acaba fazendo desmatamento ilegal por causa de dinheiro, você deva ter conhecimento disso. Então, se acabar com isso, para a burocracia, menos burocracia em leis e tirar a corrupção do mei, os impacto ambiental eu acredito que saí bem menos (E.3, E.4, 2018).

Posteriormente, o entrevistado E.3/E.4 disse que os impactos ambientais decorrem de burocracias que as pessoas enfrentam no Brasil e, também, por motivos de ilegalidade nas práticas do desmatamento, que justificariam as corrupções cometidas pela própria polícia ambiental.

No trecho a seguir, o entrevistado E.10, ao ser indagado sobre impactos ambientais, também afirmou “não saber muito” sobre o assunto. Mas, ainda sim, respondeu à questão:

Na verdade, eu sou mei assim, eu num entendo bem assim, de impactos ambientais, né; mas é, acho que mesmo assim, em questão a mineradora, essa que tá aí hoje, parece que ela num oferece assim, tanto né, assim risco a natureza né, porque é um trem muito bem organizado né. Agora em relação a antiga, ela já oferecia muito risco né!? É! Em questão ao impacto ambiental e até pras pessoas que trabalhavam né, na época não tinha condições assim, as condições eram muito precárias na época né de trabalho, era muito precária. Agora hoje não, hoje as fiscalização ta aí, essa mineradora que ta aí hoje no momento, eu creio que impacto ambiental não tem, né!? Não, de maneira

nenhuma. Até a gente vê alguém comentando assim, que ela é muito organizada, né!? A questão daqueles rejeitos que eles falam né, diz que é bem organizado, que tem os lugares certinho de depositar eles, que não oferece riscos, tipo assim pra nascentes, pros rios, não. Isso, é vizinho mesmo lá dá mineradora que já comentou a respeito disso; dessa parte aí (E.10, 2018).

O fragmento acima nos mostra que o entrevistado, mesmo ao afirmar que não entende o que é impacto ambiental, ainda acredita que a mineradora atual não está gerando impacto negativo para o ambiente do município de Faina. Assim como outras entrevistas que já foram citadas nesse texto, também sinaliza que a “mineração antiga” - no caso, o garimpo - provocava impactos ambientais, inclusive para as pessoas que trabalhavam nesses locais.

Quando perguntamos aos entrevistados sobre seu entendimento acerca de impactos ambientais, a intenção era perceber nesses relatos as relações entre os moradores e o meio ambiente de Faina a partir desse cenário de utilização dos recursos naturais. No entanto, suas observações trouxeram à tona outros incômodos: duas entrevistas, que serão apresentadas logo mais, informaram a questão da água como um problema que vem sendo enfrentado e, que são resultados de práticas de roçagens, desmatamentos irregulares pelos produtores rurais e fazendeiros da região.

Eu acho uma coisa boa né, porque principalmente as beiras de corgo. Eu tiro a experiência por nós aqui mesmo; lá na cabeceira desse corgo aqui, teve um dia roçou a beira do corgo todinho, hoje, esse ano a água teve até faltando. Então eu acho que segurando essas beiras de corgo, a água sempre conserva. Eu acho que é uma boa coisa é segurar o meio ambiente, num é? Eu acho que ajuda muita coisa, né!? Por que eu vejo mesmo passar muita entrevista na televisão que o povo tá renovando a água de novo sob a planta né, reflorestamento de novo. Então eu acho que isso aí é uma coisa muito boa, é continuar né? (E. 19, 2018).

No relato acima, o entrevistado falou da importância de “segurar o meio ambiente”, ou seja, a constatação de que garantir a proteção dos rios e córregos mantém a existência da água. Afirmou que houve uma passagem de seca ocasionada pelo desmatamento das margens dos rios e córregos. Dessa forma, a compreensão de impacto ambiental para o entrevistado E.19 está ligada às práticas de desmatamento ou de roçagem, por ele próprio presenciado.

A entrevistada E.8, ao falar sobre impacto ambiental, também apresentou uma observação aproximada do entrevistado anterior. Para ela, impacto ambiental está associado à destruições da natureza e nesse sentido, mencionou que em Faina há um impacto provocado pelas ações dos pequenos produtores, em razão do desmatamento. Tendo em conta tal acontecimento, a entrevistada considera um impacto maior que a atividade da mineração do ouro, pois a prática dos desmatamentos levou à falta d’água nos períodos de estiagem:

[...] Um impacto ambiental no meu modo de ver, é aquilo que prejudica a natureza, é aquele, é aquele “tchan” né. Que vai e destrói. É, nós temos um impacto ambiental muito grande na nossa região, não só em relação à mineração, mas em relação ao desmatamento. Porque a cidade, o município, é feito de pequenos produtor. Mas eles, tem muitos que ainda não tem noção que tem que preservar. Né. A preservação das margens das nascentes, a preservação das margens dos córregos, dos rios, eles não têm essa noção. Se tem, também não tem nenhum órgão que venha fiscalizar ou que venha ajudar, mas esse impacto maior, não a mineração em si. Mas o impacto maior é em relação à preservação da água, porque o ano passado a gente passou apertado em questão de água, nosso rio quase secou a fonte né, e muitos córregos secam, e quando chega no mês de agosto, setembro, não tem água mais (E. 8, 2018).

Conforme se observa nas duas entrevistas acima, os impactos ambientais, especificamente no que diz respeito à questão da água, são causados pelos pequenos produtores rurais locais. Afirmam que suas práticas de desmatamento, sem o devido cuidado, afetam as nascentes e resultam na seca de alguns rios.

As duas opiniões expostas acima não são casos isolados, pois no início da discussão dessa questão outras entrevistas também apontaram formas similares de destruição da natureza como impacto ambiental. Contudo, os entrevistados E. 8 e E.19, ao falarem sobre tal questão, relataram essas ocorrências na região de Faina (a falta de água) como um problema ambiental – causa, não consequência.

Essa questão, *o que você entende por impactos ambientais?*, se propôs a refletir o entendimento dos entrevistados acerca das questões ambientais. Em relação aos resultados obtidos num total de 18 entrevistas, todos responderam à questão, mesmo aqueles que disseram não ter conhecimento do tema.

Entre as respostas, no grupo diretamente ligados às atividades, observamos que 5 entrevistados, trabalhadores entre os períodos Sertão Mineração Ltda. e Orinoco Gold, disseram que essas mineradoras não geraram impactos ambientais para Faina. Os demais, num total de 4 entrevistados, apontaram outras causas como impacto ambiental em Faina, entre elas as atividades exercidas pelos pequenos produtores do município.

Em relação aos não diretamente ligados às atividades, 1 entrevistado disse que não tinha conhecimento sobre impactos ambientais, mas afirmou que a mineradora presente (Orinoco Gold) não oferece riscos ambientais como os percebidos no período do garimpo. Outro entrevistado também mencionou o garimpo como principal causador de impactos ambientais. 5 entrevistados apenas falaram sobre como entendiam impacto ambiental, porém não fizeram nenhuma associação à alguma ocorrência em Faina. E por fim, 2 entrevistados apontaram a questão da água como um problema ambiental, resultante das ações dos pequenos produtores rurais.

Em relação às coisas negativas, perceberam-se dois grupos de respostas: os que *viram coisas negativas* e relataram coisas sobre questões ambientais como destruições de rios, desmatamento, contaminações das águas por produtos químicos e pelas formas da extração do ouro; e os pontos relacionados ao econômico, como questionamentos sobre os retornos financeiros e a contribuição para desenvolvimento do município, bem como aspectos relacionados às questões de segurança.

A maioria das respostas se dividiram entre insatisfação com a questão econômica e a questão ambiental. Entretanto, no que se refere aos impactos ambientais, os entrevistados mencionaram apenas o garimpo como causador desses impactos. Essa observação foi feita principalmente pelos entrevistados que tiveram vínculos com os últimos processos mineratários.

E aqueles que *não viram coisas negativas* reafirmaram as coisas positivas trazidas pela mineração. No entanto, os entrevistados trabalhadores da Sertão e da Orinoco apontaram que não houve coisas negativas ao meio ambiente, pois as empresas atendem a todas as leis ambientais.

Embora esse tópico tenha se ocupado a dar ênfase às questões ambientais, ficou evidente nas respostas dos entrevistados em estender à questão ambiental também a questão econômica, sobretudo aqueles que não estão diretamente ligados às atividades. Pois, ao falarem sobre o meio ambiente, também mencionaram as questões econômicas, como observou a entrevistada E.18. Quando questionada sobre as coisas negativas, mencionou: “Uai, as negativas com certeza deve ser sobre o meio ambiente né”. Em seguida, sua observação recaiu sobre o econômico e, metaforicamente, relacionou o caso de Faina ao contexto Brasil e Portugal. Essa percepção, em que demonstra uma insatisfação com esses processos mineratários, foi evidenciada pela maioria dos entrevistados não diretamente ligados às atividades mineradoras. Contudo se observou tal fato também para o entrevistado E. 16, que trabalhou no garimpo e afirmou não ter visto nada de positivo. Na ocasião, parecia insatisfeito com a mineradora atual.

Conforme o proposto nesse tópico apresentaram-se as percepções dos entrevistados em relação às questões ambientais no município de Faina no Âmbito desses processos mineratários: o garimpo, o período da Sertão mineração Ltda. e, atualmente, no exercício da atividade da Orinoco Gold.

### **3.4. Percepções das questões ambientais ou percepções econômicas?**

Este trabalho teve como principal motivação responder a questionamentos que atingissem outra dimensão dos estudos relacionados a questão da mineração de ouro, ou seja, ir além dos aspectos técnicos e econômicos para poder alcançar o domínio da percepção da população que vivenciou, de forma direta ou indiretamente, tal processo. Assim, buscar entre os relatos dos entrevistados suas impressões positivas e negativas, seus sentimentos em relação à natureza de Faina e as formas como essas atividades impactaram no município.

Para a realização dessa pesquisa foram elaboradas quatro questões cujas respostas foram buscadas entre as pessoas residentes no município de Faina: trabalhadores e ex-trabalhadores dos períodos mineratários e também os moradores que não trabalharam: comerciantes, professores e pequenos produtores. Tais questões são: 1) Quais as coisas positivas a mineração trouxe para Faina? 2) Na sua opinião, a mineração é a única fonte de renda para Faina? 3) Quais as coisas negativas você percebe que a mineração trouxe para Faina? e 4) O que você sabe sobre impactos ambientais?

No conjunto das respostas obtidas, nos foi possível identificar quatro grupos de respostas distribuídas entre questões ambientais, aspectos socioeconômicos, conhecimentos e questões de segurança.

No que se refere as questões ambientais, percebemos que as respostas se dividiram da seguinte forma: os que viram impactos ambientais como o principal ponto negativo e aqueles que apontaram as questões ambientais em conjunto com outros aspectos relacionados a economia e/ou segurança. Quanto aos que mencionaram somente questões ambientais identificamos três entrevistados entre os com vínculos e sem vínculos, cujas respostas mencionaram a atividade do garimpo sendo o período em que se observou maiores impactos ambientais no município de Faina. Tais justificativas se deu em razão das técnicas utilizadas para a extração do ouro, por exemplo o uso do mercúrio nos leitos dos rios e a destruição de suas margens, conforme enfatizou os entrevistados E.10, E.14 e E.1., no qual também relataram presenciar as cenas de destruições no período.

Em relação a percepção sobre as questões ambientais em comparação aos outros aspectos relacionados a economia e/ou segurança, verificamos outras cinco respostas. A entrevistada E.18, no primeiro momento manifesta que coisas negativas ocorrem no campo ambiental, mas posteriormente se mostra indignada quanto aos retornos econômicos desses

processos mineratórios. Essa observação também se assemelhou a resposta da entrevistada E.8, em que enfatizou as questões relacionadas ao sentido econômico. Também se percebe resposta aproximada com o entrevistado E.16, que enfatizou que não viu nada deixado como positivo por essas atividades e tudo havia sido gasto pelos próprios garimpeiros e não restado nenhum lucro positivo para o município. Posteriormente esse entrevistado apresenta indignação sobre os impactos causados à natureza de Faina e principalmente Santa Rita. É preciso ressaltar que quando contestou sobre retornos econômicos, o entrevistado referiu-se a todas as atividades, mas quando falou do aspecto ambiental como negativo exemplificou o garimpo.

Com exceção da entrevistada E.8, que relacionou impactos ambientais à empresa Sertão Mineração, relatando a existência de um grande lago que resultou da atividade da Sertão, referiu-se sobre o perigo de sua profundidade e citou também a parte de reflorestamento afirmando que não foi concluída. Os demais entrevistados atribuíram somente ao garimpo única responsabilidade dos problemas ambientais.

Conforme percebemos em relação às questões ambientais, do total de oito entrevistados acima, sete pessoas associaram as questões ambientais ao período do garimpo, na década de 80 e, apenas uma entrevistada à empresa Sertão Ltda. No que diz respeito à mineradora Orinoco Gold, não observou nenhum relato que denunciasse impactos ambientais provocados por essa mineradora no município. Isso foi observado tanto nas respostas dos entrevistados com vínculos, quanto dos entrevistados sem vínculos, o que parece confirmar que a ênfase sobre os impactos ambientais recaiu sobre a atividade do garimpo.

Contudo, observando tais respostas, questionamentos se abrem em torno dessa construção do negativo; primeiro, grande parte desses entrevistados responsabilizam um único período pelos impactos ambientais gerados no ambiente de Faina, nesse caso, a atividade do garimpo. Segundo, as empresas mineradoras Sertão Mineração Ltda. e Orinoco Gold, cujas atividades foram recentes foram dissociadas de qualquer parcela de culpa desses impactos ambientais, pela maioria dos entrevistados. Diante de tais considerações, qual a natureza dos pensamentos que manifestam as percepções desses indivíduos sobre esse panorama histórico de atividades de exploração/explotação do ouro em Faina?

Durante o período do garimpo é certo que não havia por parte dos garimpeiros nenhuma preocupação em promover uma atividade sem causar impactos ambientais para a natureza. Da mesma forma em que as leis ambientais que regulavam as atividades mineratórias não estavam sendo seguidas. Desse modo, é certo que naquele momento os envolvidos nessa atividade e a população em geral que não tinha acesso às discussões ambientais podem não ter

se questionado sobre os impactos ambientais decorrentes da atividade de mineração, como os entrevistados demonstraram hoje. No entanto, as minerações atuais encabeçam tais discussões, sobretudo, do desenvolvimento sustentável como chave de acesso e permanência nessas regiões, o que também pode produzir uma consciência ambiental na população. Agora, o desafio é também compreender como esse discurso do desenvolvimento sustentável produzido pelas mineradoras tem impactado nesses entrevistados.

A Sertão Mineração Ltda., inicialmente vinculada a empresa AMAZÔNIA, trazia como principal característica uma organização política ambiental com a proposta de promover atividades nesse setor com o ideal do desenvolvimento sustentável. Assim, a inovação apresentada pela Sertão Mineração Ltda. foi assegurar “a neutralização total dos rejeitos industriais da produção do ouro, permitindo seu retorno seguro ao meio ambiente (GALLI, 2005, p. 102).”

Quanto a essa informação, verificamos que o entrevistado E.17 afirmou ter exercido na empresa Sertão Mineração o trabalho que se responsabilizou por realizar a desintoxicação dos produtos químicos presentes nos rejeitos e então retornar para o meio ambiente com segurança. O entrevistado fez uma comparação entre a Sertão e o garimpo, no qual disse que diante dos cuidados realizados pela Sertão, não notou impactos ambientais acarretados para o município de Faina, como foi identificado no garimpo, pois, depositavam -se os materiais químicos diretamente nos leitos dos córregos, como afirmou.

Assim como se percebeu que a Sertão Mineração Ltda. defendia ideais de sustentabilidade em suas atividades, também verificamos semelhanças na empresa Orinoco Gold. Conforme o jornal Diário de Goiás – *online*, no pronunciamento do projeto *Mina Cascavel Faina – Estado de Goiás*, uma das propostas apresentadas pelo Governador (Marconi Perillo) é que tal projeto iria garantir aos próximos anos uma produção de maneira sustentável e geradora de renda: “Será um projeto duradouro, sustentável, também existem outros minerais a serem explorados como cobre. Como o minério é finito, felizmente teremos mais décadas de extração, gerando assim empregos” (MATOS, 2015, - *online*).

Até aqui fiou evidenciado que os entrevistados mencionados apontaram para impactos ambientais trazidos pela mineração, embora nenhum desses entrevistados tenha imputado a culpa às empresas Mineração Sertão Ltda. Orinoco Gold. É importante ressaltar que ambas as atividades difundiram o discurso da sustentabilidade.

Apesar das respostas terem apontado questões ambientais, também se notou entre os entrevistados preocupações com outras questões que foram vistas pelo lado negativo

proporcionado por esses processos mineratórios, que são as questões econômicas e de segurança, como se observou nas respostas dos entrevistados E.17 e E.2 que as únicas coisas vistas como negativas na Sertão Mineração Ltda. foram assaltos que ocorreram durante o período de atividade e que justificou o trabalho da polícia na região. Conforme descreveu E.17, as pessoas vizinhas da fazenda onde estava instalada a Sertão mineração sentiram-se constrangidas devido o trabalho que a polícia teve que exercer. Mas, ainda sim o entrevistado afirmou que esse era o trabalho da polícia para garantir a segurança do local e assim houve a compreensão da população.

Para o entrevistado E.15, a violência foi ocorrida no garimpo e para ele, os garimpeiros foram os próprios responsáveis, pois era resultado do excesso de bebidas o que causava brigas e, em alguns casos morte, como ele relatou que viu ocorrer.

Também observamos a entrevistada E.6, ao mencionar as coisas negativas referiu-se apenas a questão econômica, no qual a entrevistada revelou uma grande insatisfação, principalmente com as empresas dos períodos recentes, Sertão Mineração Ltda. e Orinoco Gold, em especial direcionados a questão dos retornos econômicos a partir desta atividade, que em sua opinião não favoreceram tão bem a economia de Faina, principalmente no que se refere ao comércio e os empregos, destacou a entrevistada.

Na questão anterior vimos que alguns entrevistados relacionaram as atividades de mineração a impactos ambientais causados em Faina, no entanto, ao observar a questão sobre impactos ambientais percebemos que as respostas dos entrevistados apontaram outras causas de impactos ambientais e outros responsáveis para além da mineração. Nesta pergunta os entrevistados falaram a respeito da água como um impacto ambiental observado em Faina, principalmente nos períodos de seca, que é quando os córregos secam ou diminuem volumes significativos o nível da água. 4 entrevistados apresentaram outros responsáveis pelos impactos ambientais no município: os pequenos produtores rurais e fazendeiros, que foram responsabilizados por impactos ambientais causados pelo desmatamento realizado desordenadamente as margens e afluente dos rios, o que consequentemente resultou na diminuição e até a seca de alguns rios/córregos, como mostrou a entrevistada E.8 em suas respostas que o caso do desmatamento chega a ser mais agressivo para o município que a própria atividade da mineração. O entrevistado E.19 também mencionou que os desmatamentos realizados pelos fazendeiros e pequenos produtores rurais provocaram a seca dos rios/córregos.

O entrevistado E.16, quando também respondeu à questão sobre impactos ambientais disse que os fazendeiros e pequenos produtores rurais são os maiores causadores dos impactos

ambientais gerados em Faina. Contudo, nas questões referente as coisas positivas e negativas provocadas pela mineração, o entrevistado apresentou-se indignado com as questões ambientais, pois, afirmou que o garimpo só provocou destruição e desvalorização da natureza. No entanto, também observa que sua indignação acompanhava- se da desilusão em relação aos retornos econômicos desses processos para o município e reforçou a ideia de que o poder público deveria levar uma empresa de calcário para o município, que contribuiria para a geração de renda do município.

Se por um lado alguns entrevistados apontaram os fazendeiros e pequenos produtores rurais, por outro, três entrevistados reafirmaram que os impactos ambientais foram causados pela atividade do garimpo. E observando no relato do entrevistado E.10, que ao responder à questão afirmou que não entendia o que era impacto ambiental, mas disse que a mineradora atual não estaria levando riscos para o ambiente de Faina, como se observou no garimpo, disse o entrevistado.

Essa opinião sobre a empresa atual no município não é única e outros 5 entrevistados também afirmaram que tanto a Sertão Mineração Ltda. quanto a Orinoco Gold não provocaram impactos ambientais em Faina e ainda acrescentaram que as empresas desempenharam um trabalho com responsabilidade com o meio ambiente, acompanhado das fiscalizações dos órgãos responsáveis pela proteção ambiental.

Contudo, observamos no relato do entrevistado E.12, quando questionado sobre impactos ambientais, o entrevistado disse “[...] eu não tenho bem conhecimento não. Tenho pouco conhecimento dessa área aí. Mas eles faz o possível para não prejudicar o meio ambiente (E.12, 2018)”. A opinião desse entrevistado aproxima -se do entrevistado E.10, no qual ambos parecem reproduzir o discurso que essas empresas tem apresentado em cada um desses períodos, a imagem de que estão utilizando os recursos naturais sem causar danos para o município.

As respostas apresentadas nos possibilitaram descrever-las em quatro grupos distintos: entrevistados que viram questões ambientais relacionados ao garimpo, entrevistados que viram questões ambientais e se estenderam a aspectos econômicos e entrevistados que viram questões ambientais e se estenderam a segurança, entrevistados que viram somente questões socioeconômicas, entrevistados que não viram questões ambientais como negativos.

Do total de oito entrevistados que apontaram questões entre ambientais e aspectos econômicos e/ou segurança, três respostas se referiram unicamente a impactos ambientais, em específico acusando a atividade do garimpo. Também se percebeu que outras cinco respostas,

ainda que apontassem questões ambientais como pontos negativos também estenderam a outras questões, como a econômica e segurança.

Essas insatisfações que também se relacionou à questão econômica foram apontadas em maior parte pelos entrevistados que não trabalharam na mineração, com exceção apenas do ex- garimpeiro E.16. que afirmou que não via nada de positivo deixado por esses processos e reforçou a ideia de que o poder público deveria levar uma empresa de calcário contribuiria para a geração de renda do município. Mesmo afirmando que esses processos mineratórios proporcionaram impactos ambientais em Faina, o entrevistado E.16 acredita que outra exploração de recurso natural se mostra como uma saída eficaz para os problemas econômicos do município.

A essas impressões também se juntaram outros relatos, como exemplo os entrevistados E.8 e E.18, que demonstraram suas indignações aos impactos ambientais, mas enfatizaram a questão econômica como uma questão que incomoda a população, pois não conseguem ver o retorno necessário dessas atividades no município.

Observando as respostas acima, tanto dos entrevistados E.8, E.18 quanto o E.16 percebemos que os três falaram sobre questões ambientais, mas suas respostas também evidenciam que o aspecto econômico é um problema no município. No entanto, também percebe entre esses entrevistados acima é que a questão econômica parece superar as indignações com a questão ambiental relatada. Tal constatação pode ser observada nas próprias respostas, no qual a questão econômica sempre aparece como sustentação das coisas negativas que foram abordadas por esses entrevistados. Essa percepção se manifestou desde a questão *quais as coisas positivas a mineração traz para Faina?* no qual esses mesmos entrevistados já demonstravam que não estavam satisfeitos com as questões econômicas que resultavam dessas atividades em Faina.

Diante de tais informações surge a questão: qual lugar a natureza tem ocupado na vida desses entrevistados e qual a relação estabelecida, o que mudaria na interpretação desses indivíduos sobre o meio ambiente diante dessas atividades se os resultados fossem outros? Ou seja, se as expectativas socioeconômicas fossem atendidas, a indignação em relação as questões ambientais seriam as mesmas ou passariam despercebidas, como notou-se entre aqueles que de alguma forma se beneficiaram através do emprego.

A relação mineração e impacto ambiental dadas nas respostas dos entrevistados é algo difícil de se perceber, uma vez que, dado a familiaridade que a população possui com tal atividade, desde a formação da cidade, faz com que ela seja naturalizada, ocasionando que a

percepção dos aspectos econômicos encubram os aspectos ambientais. Somada a essa naturalização há ainda os discursos disseminados pelas mineradoras e poder público sobre as medidas adotadas de responsabilidade ambiental, o que faz eclipsar mais ainda os impactos ambientais provenientes da atividade mineratória.

Por outro lado, a experiência desses ex-trabalhadores com esses processos também traz outros sentidos para o entendimento dessa relação entre os entrevistados e a mineração, que é também o *conhecimento* compartilhado em suas vivências no interior das atividades, como relatou os entrevistados E.17, E.2, E.3/E.4.

Nas palavras dos entrevistados E.3/E.4, o convívio na atividade da mineração lhes possibilitou o contato com outras atividades no seu dia-a-dia, como por exemplo resolver questões burocráticas. O que leva os entrevistados considerarem que ter convivido com outras pessoas e outras demandas resultou numa forma de conhecimento adquirido durante a vivência na mineração.

O entrevistado E.2 apontou que estar no meio dessas pessoas que vieram de outras cidades para trabalhar em Faina lhe proporcionou “aprender a conversar”, pois conforme disse antes de ter tido a experiência na mineradora Sertão Ltda. tinha vergonha de falar em público, e a convivência com essas pessoas melhorou isso. Já o entrevistado E.17, não especificou o que o envolvimento na mineração lhe possibilitou de aprendizado, mas afirmou que adquiriu conhecimento.

Ao observar os entrevistados acima, suas respostas revelam em comum o sentimento de gratidão pela mineração, em especial pela empresa Mineração Sertão Ltda., no qual ambos os entrevistados trabalharam durante seu período de atividade. Apesar do sentimento de gratidão expressado pelos entrevistados, outros aspectos também se revelam diante desse cenário que envolve população e mineração. Os resultados positivos apontados por esses entrevistados, que em maior parte trabalharam nas empresas e também no garimpo remetem a coisas como melhoria em estradas, hospitais, escolas e o emprego com a vinda das empresas para o município. Contudo, essas melhorias apontadas parecem apenas evidenciar que a presença da mineração no município é tão marcante entre a população que ela não consegue distinguir as melhorias que são provenientes da administração pública daquelas alcançadas pela atividade de mineração. O que, historicamente, reforça a ideia de que tal população sempre depositou mais esperança de melhoria de vida na mineração e não nas ações do governo local.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A questão central que motivou essa pesquisa foi compreender nas atividades de mineração no município de Faina, questões que vão além da dimensão econômica e política do processo mineratório, ou seja, compreender as percepções entre os moradores do município sobre as modificações, mudanças ambientais na paisagem e os sentimentos das pessoas em relação a essas transformações.

O município de Faina, uma parte é composta por fazendeiros que desenvolve atividade voltada para a pecuária de corte. Outra parte é constituída por pequenos produtores rurais, por isso que a questão de empregabilidade é carente na região, já que não tem grandes demandas de mão de obra nas fazendas, tampouco nas pequenas propriedades. Nunca houve a criação de outras atividades, como a agroindústria.

Outra atividade que a população coexiste é a mineração. Esta também, assim como a pecuária nunca foi geradora de emprego quando realizada de maneira tradicional, o que chamamos de garimpo. Contudo, a partir do ano de 2003, o município começou a ter experiência com a mineração do tipo industrial, o que proporcionou uma maior empregabilidade e também uma migração. Nos períodos de ápices dessas companhias Sertão Ltda. entre os anos 2003 e 2008, Orinoco Gold 2015 – atualmente, gerou uma euforia na população com relação as melhorias. Mas com o fim desse período, conforme foi mostrado nas entrevistas, o resultado não foi satisfatório conforme a população esperava.

Mas, por outro lado, as percepções demonstraram que população de Faina tão habituada com a atividade acaba atribuindo as melhorias de infraestruturas ao sucesso da mineração, quando na verdade a melhoria ou não deve ser imputada ao governo municipal, o que demonstra o quanto naturalizado está a mineração na história de Faina, que convive com a mineração de ouro desde a sua formação. E desta maneira, o que se percebe é que a presença dessas empresas, ainda que não seja a principal fonte de renda do município, acabam alimentando a esperança dessas pessoas por melhorias de vida a partir da atividade da mineração.

Quanto as percepções ambientais, dois entrevistados não sabiam o que é impacto ambiental, quatro dos entrevistados atribuiu impactos ambientais a fazendeiros e três entrevistados a garimpeiros, eles não conseguiram imputar impactos as grandes mineradoras. O que ficou evidente, essas respostas apontaram para uma outra dimensão da questão ambiental, devido as propagandas das mineradoras, que foi corroborado pelo governo estadual e, para a

população ficou entendido que essas mineradoras não criaram impactos ambientais no município. Ficou claro nas entrevistas o desconhecimento sobre impactos ambientais, pois foram poucos que demonstraram saber sobre questões ambientais e entre outras coisas mostra como a população não teve acesso.

No entanto, os que souberam, foi pela chegada das mídias sociais e meios de comunicação, o que para nós evidencia que as dimensões da sociedade natureza precisa ser melhor pesquisada pra se compreender o Estado de Goiás. A realidade de Faina mostrou o desconhecimento sobre questões ambientais, como se nunca tivessem ouvido falar. Por isso que a população ficou tão suscetível a aceitar as propagandas do governo.

Por outro lado, uma outra dimensão dessa questão ambiental foi que a atividade da mineração está tão naturalizada na história, na cultura de Faina, que ninguém percebe que há uma destruição ambiental. Ou, ainda que suspeita de uma destruição, mesmo assim, alimenta esperanças no uso dos recursos naturais. Acreditamos que essa dimensão também possa contribuir para estudos posteriores, que também se dedique a pensar sobre essa relação sociedade e questões ambientais no âmbito de processos mineratórios.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Marcelo Cláudio. *Erivaldo entrega certificação a quilombolas goianos*. 2017. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=47931>>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. *Região da Estrada do Boi: usos e abusos da natureza*. Goiânia: Editora UFG, 1997.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>> Acesso em 20 de outubro de 2018.
- \_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Produção Mineral. *Anuário Mineral Brasileiro: Principais substâncias metálicas – ano base 2003*. Brasília: DNPM, 2004. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br>>. Acesso em: 08 jun. 2019.
- \_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Produção Mineral. *Anuário Mineral Brasileiro: Principais substâncias metálicas – ano base 2004*. Brasília: DNPM, 2005. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br>>. Acesso em: 08 jun. 2019.
- \_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Produção Mineral. *Anuário Mineral Brasileiro: Principais substâncias metálicas – ano base 2005*. Brasília: DNPM, 2006. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br>>. Acesso em: 08 jun. 2019.
- \_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Produção Mineral. *Anuário Mineral Brasileiro: Principais substâncias metálicas – ano base 2015*. Brasília: DNPM, 2016. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br>>. Acesso em: 08 jun. 2019.
- \_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Produção Mineral. *Anuário Mineral Brasileiro: Principais substâncias metálicas – ano base 2016*. Brasília: DNPM, 2017, Disponível em: <<http://www.anm.gov.br>>. Acesso em: 08 jun. 2019.
- \_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Produção Mineral. *Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CEFEM)*. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br>>, acesso em: 02 nov. 2018.
- \_\_\_\_\_. *Regiões de Planejamento do Estado de Goiás*. Goiânia, SEPLAN, 2006. Disponível em:<http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/regioesplanejamento/regpaln2006.pdf> Acesso em : 17 de jul. 2018.
- BERTRAN, Paulo. *Formação Econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia/Brasília: Solo Editores, 1997. v. I.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*: ou o ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CASTRO-GOMEZ, Santiago. *La hybris del punto cero: ciéncia, raza e ilustración em la Nueva Granada*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CARVALHO, Wanderlino Teixeira de. *Política Mineral Goiana (1960-1986)*. 1988. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 1988.

CRULS, Luiz. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. v.258.

MENDONÇA, Heloísa. *Prefeito de Mariana: Nós somos enrolados pela Vale*. 2019. Disponível em:< <http://brasil.elpais.com/brasil/>> Acesso em: 27 jan. 2019.

DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DRUMOND, José Augusto. Investimentos privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico – o caso do manganês de Serra do Navio (Amapá). *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, v.VI, p.753-792, set. 2000.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: Globalização ou pós-desenvolvimento. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.1-18.

FERNANDES, Maria de Fátima. *Fronteira e Recursos Naturais: História Ambiental e Mineração em Pilar de Goiás (Séculos: XVIII – XX)*. 2014. Dissertação (Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente) – UniEvangélica, Anápolis, 2014.

FERREIRA, Flora Maria Valim; CASTELO, Juciara Mendes de Souza. *Faina: Dos pioneiros a emancipação política*. 2001. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Goiás, Cidade de Goiás, 2001.

FERNANDES, Francisco Rego Chaves; LIMA, Maria Helena Machado Rocha; TEIXEIRA, Nilo da Silva. *A grande mina de ouro em Crixás em Goiás*. 2011.

GALLI, Ubirajara. *A história da Mineração em Goiás: das primeiras lavras aos dias de hoje*. Goiânia: Contato Comunicação, UCG, 2005.

GEERTZ, Cliford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura In: \_\_\_\_\_: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.

GONÇALVES, Ricardo Júnior Fernando de Assis; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Expansão dos Grandes Empreendimentos de Mineração e Territórios em disputa no Cerrado Goiano Goiás/Brasil). *Sociedade e Território*, Natal, v.27, p. 206-228, set. 2015.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Paris: Vértice, 1990.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. [S. l.: s.n. S.d.].

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEFF, Henrique. Construindo a história Ambiental da América Latina. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 12, n. 13, 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/383/9913>>.

\_\_\_\_\_. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. *Educação e Realidade*, [S.I.], p.17-24, set/dez. 2009.

LEITE, Antonio Ferreira. *Giros e Pousos, moradores e foliões*: identidade territorial e mobilidade espacial na folia da “comunidade negra rural” de Água Limpa, Faina, Goiás. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, 2008.

LEITE, Ubajara Berocan. *Os Efeitos Regionais da ‘Grande Mineração’*: a experiência do Norte de Goiás. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília/UNB, Departamento de Geografia, Brasília, 2013.

MATOS, Marcley. *Empresa Australiana vai investir R\$39 milhões para extrair ouro em Faina*. 2015. Disponível em:<<http://www.diariodegoias.com.br/tvdg-ao-vivo-marconi-perillo-assina-protocolo-de-intencoes-com-orinoco-mineracao/>> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

MORESI, Eduardo. Pesquisa quantitativa e qualitativa. In: \_\_\_\_\_. *Metodologia da Pesquisa*. Brasília: UCB, 2003.

FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes. *Política, Razão e Desrazão*: dimensões políticas e históricas do “insucesso” do Polo Minero-Químico Industrial de Catalão/Ouvidor (1962- 1992). 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1998.

PÁDUA, José Augusto de. As bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, José Luiz de Andrade, et.al. (Org.). *História Ambiental*: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PALACÍN, Luís. *O século do ouro em Goiás 1722-1822*: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas 4 ed. Goiânia: UCG, 1994.

PALACÍN, Luís, MORAES, Maria Augusta Sant’Anna. *História de Goiás: 1722-1972*. 6 ed. UCG, Goiânia: 1976.

PASSOS, Flora Lopes; COELHO, Poliana; DIAS, Adelaide. *(Des)territórios da mineração*: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana. São Paulo, v.19, n.38., jan/abr 2017. p. 269-297. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3811>>

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgar (Org.). *A Colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-Americanas. Argentina: 2005.

WORSTER, Donald. Para fazer história Ambiental. In: *Estudos Históricos*. Tradução: José August Drummond. Rio de Janeiro, v. 4, n.8.p. 198-215. 1991.

\_\_\_\_\_. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica da história. In: *Ambiente e Sociedade*. Tradução: Maria Clara Abalo Ferraz de Andrade. [S.I.], v.V, n.2, p. 23-44, Jan/Jul. 2003.

RIBEIRO, Guilherme. A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geo-história e a longa duração. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015, p.605-639.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens às Nascentes do Rio São Francisco e Pela Província de Goyaz*. Tradução: Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. v. 68.

\_\_\_\_\_. *Viagens às Nascentes do Rio São Francisco e Pela Província de Goyaz*. Tradução: Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. v. 78.

SILVA, Marcos Pedro da. *Sustentabilidade da Agricultura Familiar e das Ações Mineratórias Auríferas no Município de Faina -Go*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

SILVA, Edgar de Oliveira. *O Papel do Estado na Produção e Organização do Território Goiano: Um estudo de Caso a Partir do Município de Faina- GO*. 2015. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás, 2005.

SILIPRANDI, Ema. Ecofeminismo: Contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 61-71, jan./mar. 2000.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. et al. *Arte Rupestre no centro do Brasil*: pinturas e gravuras da pré-história de Goiás e Oeste da Bahia. Goiânia: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1984.

SHIVA, Vandana, MYES, Maria. *El Ecofeminismo*. Exponentes Y Posturas Críticas. [S.l.: s.n.,s.d.] Disponível em: < <https://www.flacsoandes.edu.e> > Acesso em: 05 nov. 2017.

THOMAS, Keith. O predomínio humano. In: \_\_\_\_\_. *O homem e o mundo natural*: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais, 1500-1800. Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VEIGA, Marcello Mariz da Veiga; SILVA, Alberto Rogério B.; HINTON, Jennifer J. O garimpo de Ouro na Amazônia: Aspectos Tecnológicos, ambientais e sociais. In: *Extração de ouro: princípios, tecnologia e meio ambiente*. Cap.11, Rio de Janeiro: CETEM/MCT,2002. p.277-305. Disponível em: <<http://mineralis.cetem.gov.br/handle/cetem/1233>>. Acesso em: 10 set. 2019.

ZARTH, Paulo Afonso. Agricultura e Impactos Ambientais no planalto do Rio Grande do Sul. In: KLUG, João; NODARI, Eunice Sueli (Org.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p.54-76.

**APÊNDICE I**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA/PPGH**

**QUESTIONÁRIO I**

Cumprimentos: Bom dia/boa tarde/boa noite

Apresentação da entrevistadora (Nome, instituição, idade)

- 1) Qual o seu nome completo? E a idade? Profissão?
- 2) Há quanto tempo mora em Faina?
- 3) O senhor(a)/Você já ouvir falar da atividade de exploração de ouro em Faina? Desde quando tem conhecimento dessas atividades? Consegue se lembrar de quais regiões aqui em Faina foram explorados? Você tem conhecimento de quais mineradoras fizeram essas explorações?
- 4) Na sua opinião, quais as coisas positivas a mineração trouxe para a cidade?
- 5) Quais as coisas negativas você percebe que a mineração trouxe para o município? Você já presenciou ou ouvir falar em alguma delas?
- 6) Na sua opinião, a mineração é a principal atividade de renda em Faina? (Qual/is outra)
- 7) O que você sabe sobre impactos ambientais?

**APÊNDICE II**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA/PPGH**

**QUESTIONÁRIO II**

- Cumprimentos: Bom dia/boa tarde/boa noite
  - Apresentação da entrevistadora (Nome, instituição, idade)
- 1) Qual o seu nome completo? E a idade? Profissão?
- 2) Há quanto tempo mora em Faina?
- 3) Qual o nome da sua propriedade? Há quanto tempo você a tem?
- 4) O senhor(a)/Você já ouvir falar da atividade de exploração de ouro em Faina?  
Desde quando tem conhecimento dessas atividades? Consegue se lembrar de quais regiões aqui em Faina foram explorados? Você tem conhecimento de quais mineradoras fizeram essas explorações?
- 5) Já trabalhou em alguma? Qual? Em que ano?
- 6) Qual atividade você desenvolvia/e? Como era a forma que vocês retiravam o ouro?
- 7) Qual era/é a região aqui de Faina, ocupada para essa(s) explorações?
- 8) Senhor(a)/Você se lembra de quantos funcionários trabalhavam nesta época?  
Todos eram/são de Faina? Sabe se houve/há mulheres que também trabalharam/trabalham?
- 9) Na sua opinião, quais as coisas positivas a mineração trouxe para a cidade?
- 10) Quais as coisas negativas você percebe que a mineração trouxe para o município? Você já presenciou ou ouvir falar em alguma delas?
- 11) Na sua opinião, a mineração é a principal atividade de renda em Faina? (Qual/outra)
- 12) O que você sabe sobre impactos ambientais?